



Escola Superior de Altos Estudos

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Sexualidade e Diversidade Sexual na
Formação em Serviço Social nos cursos de
1º Ciclo no Instituto Superior Miguel
Torga e na Faculdade de Psicologia e
Ciências da Educação da Universidade de
Coimbra

Ana Elisabete Simões Rocha

Coimbra, Outubro de 2009



Escola Superior de Altos Estudos

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Sexualidade e Diversidade Sexual na Formação
em Serviço Social nos cursos de 1º Ciclo no
Instituto Superior Miguel Torga e na
Faculdade de Psicologia e Ciências da
Educação da Universidade de Coimbra

Ana Elisabete Simões Rocha

Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada à Escola Superior de
Altos Estudos - Instituto Superior Miguel Torga - elaborada sob a orientação da Prof.^a
Doutora Alcina Martins

Coimbra, Outubro de 2009

*“Estamos preparados para expandir
o círculo da dignidade humana mais uma vez,
para dizer que nunca mais voltará a ser
permitido discriminar alguém por causa
da pessoa por quem se apaixona ou
por causa da sua orientação sexual.”*

Al Gore (Prémio Nobel da Paz 2007)

Agradecimentos

Com o culminar desta etapa, não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização desta dissertação. Neste sentido, agradeço de uma forma muito especial:

Aos meus pais e irmã, pelos sacrifícios e apoio.

Ao meu namorado, pelo apoio, paciência e companheirismo.

À Prof.^a Doutora Alcina Martins, orientadora do trabalho, pela sua disponibilidade, pelos conhecimentos transmitidos ao longo do mestrado e pelas críticas construtivas.

Às coordenadoras dos cursos de 1º ciclo em Serviço Social do ISMT (Prof.^a Doutora Helena Mouro) e da FPCEUC (Prof.^a Doutora Cristina Albuquerque), pela receptividade e disponibilidade.

A todos os alunos da licenciatura em Serviço Social do ISMT e da FPCEUC pela sua colaboração neste trabalho de investigação.

E, a todas as colegas do VI curso de Mestrado em Serviço Social do ISMT.

Siglas utilizadas:

AIESS - Associação Internacional de Escolas de Serviço Social

APF - Associação para o Planeamento Familiar

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRP - Constituição da República Portuguesa

FIAS - Federação Internacional de Assistentes Sociais

FPCEUC - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

IES - Instituições de Ensino Superior

ISMT - Instituto Superior Miguel Torga

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgéneros

UC - Unidade(s) Curricular(es)

Índice de Tabelas e Gráficos

Tabela 1: Distribuição dos alunos inquiridos por ano e por IES

Tabela 2: Nacionalidade dos alunos inquiridos

Tabela 3: Situações de discriminação com base na orientação sexual presenciadas pelos alunos

Tabela 4: Conhecimento dos alunos relativamente a pessoas que foram alvo de discriminação

Tabela 5: Conhecimento do art.º 13º da CRP segundo os alunos inquiridos

Tabela 6: Conhecimento de movimentos, associações e grupos LGBT pelos alunos das IES

Tabela 7: Relação entre Diversidade Sexual e Serviço Social segundo os alunos de 1º ciclo em Serviço Social por ano de frequência

Tabela 8: Formas de combate à discriminação são ou não abordadas no âmbito do 1º ciclo em Serviço Social

Tabela 9: Conteúdos programáticos discriminatórios na formação em Serviço Social

Tabela 10: Conteúdos programáticos omissos na formação em Serviço Social

Tabela 11: Professores têm atitudes/opiniões discriminatórias segundo os alunos

Tabela 12: Professores têm atitudes/opiniões omissas de acordo com os inquiridos

Tabela 13: Necessidade de introduzir ou não no ensino básico e secundário uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual

Tabela 14: Necessidade de introduzir ou não uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual na formação em Serviço Social

Tabela 15: Grau de conforto dos alunos perante um colega Árabe

Tabela 16: Grau de conforto dos alunos perante um colega Cigano

Tabela 17: Grau de conforto dos alunos perante um colega Deficiente

Tabela 18: Grau de conforto dos alunos perante um colega Homossexual

Tabela 19: Grau de conforto dos alunos perante um colega Muçulmano

Tabela 20: Grau de conforto dos alunos perante um colega Negro

Apêndice 1:

Tabela 21: Simpatia Árabe

Tabela 22: Aceitação Árabe

Tabela 23: Admiração Árabe

Tabela 24: Cordialidade Árabe
Tabela 25: Indiferença Árabe
Tabela 26: Hostilidade Árabe
Tabela 27: Desagrado Árabe
Tabela 28: Rejeição Árabe
Tabela 29: Ódio Árabe
Tabela 30: Simpatia Cigano
Tabela 31: Aceitação Cigano
Tabela 32: Admiração Cigano
Tabela 33: Cordialidade Cigano
Tabela 34: Indiferença Cigano
Tabela 35: Hostilidade Cigano
Tabela 36: Desagrado Cigano
Tabela 37: Rejeição Cigano
Tabela 38: Ódio Cigano
Tabela 39: Simpatia Deficiente
Tabela 40: Aceitação Deficiente
Tabela 41: Admiração Deficiente
Tabela 42: Cordialidade Deficiente
Tabela 43: Indiferença Deficiente
Tabela 44: Hostilidade Deficiente
Tabela 45: Desagrado Deficiente
Tabela 46: Rejeição Deficiente
Tabela 47: Ódio Deficiente
Tabela 48: Simpatia Muçulmano
Tabela 49: Aceitação Muçulmano
Tabela 50: Admiração Muçulmano
Tabela 51: Cordialidade Muçulmano
Tabela 52: Indiferença Muçulmano
Tabela 53: Hostilidade Muçulmano
Tabela 54: Desagrado Muçulmano
Tabela 55: Rejeição Muçulmano
Tabela 56: Ódio Muçulmano
Tabela 57: Simpatia Homossexual

Tabela 58: Aceitação Homossexual
Tabela 59: Admiração Homossexual
Tabela 60: Cordialidade Homossexual
Tabela 61: Indiferença Homossexual
Tabela 62: Hostilidade Homossexual
Tabela 63: Desagrado Homossexual
Tabela 64: Rejeição Homossexual
Tabela 65: Ódio Homossexual
Tabela 66: Simpatia Negro
Tabela 67: Aceitação Negro
Tabela 68: Admiração Negro
Tabela 69: Cordialidade Negro
Tabela 70: Indiferença Negro
Tabela 71: Hostilidade Negro
Tabela 72: Desagrado Negro
Tabela 73: Rejeição Negro
Tabela 74: Ódio Negro

Gráfico 1: Número e Percentagem de alunos inquiridos por Estabelecimento de Ensino

Gráfico 2: N.º e Percentagem de alunos inquiridos por ano da licenciatura que frequentam

Gráfico 3: Género (masculino/feminino) N.º e % de alunos

Gráfico 4: Estado Civil dos alunos inquiridos (n.º e % de alunos)

Gráfico 5: Posicionamento perante a própria orientação sexual

Gráfico 6: Tipo de discriminação que presenciou (n.º e % de alunos)

Gráfico 7: Posição dos alunos inquiridos perante a afirmação: O sistema de ensino básico e secundário português não incorpora nos conteúdos curriculares questões que abordem a diversidade sexual/orientação sexual! (Percentagem e N.º de alunos)

Gráfico 8: Necessidade de introduzir uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual no 1º ciclo em Serviço Social

Resumo

O presente trabalho de investigação, *Sexualidade e Diversidade Sexual na Formação em Serviço Social nos cursos de 1º ciclo no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC)* foi realizado no âmbito do VI Curso de Mestrado em Serviço Social.

As razões deste trabalho residem no facto de não existirem em Portugal trabalhos desta natureza e, por persistirem os preconceitos, estereótipos, discriminação e exclusão em relação à população cuja orientação sexual não se pauta pela “norma” da heterossexualidade. Propôs-se investigar em que medida os alunos da licenciatura em Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) em Coimbra, futuros Assistentes Sociais, são informados sobre os problemas decorrentes das questões de discriminação relativamente à população cuja orientação sexual não se pauta pela dita norma e, são sensibilizados para trabalhar com a população LGBT e seus movimentos.

Constituíam-se como objectivos específicos, analisar o lugar atribuído à sexualidade e à diversidade sexual na formação em Serviço Social partindo dos planos de estudos do ISMT e da FPCEUC; abordar os alunos de 1º ciclo quanto aos conhecimentos transmitidos, se contemplam e/ou problematizam temas relacionados com estas questões; proceder a um levantamento dos programas e bibliografia de disciplinas que abordem estas temáticas; auscultar as coordenadoras científicas destes cursos quanto às disciplinas existentes e à necessidade de abordar questões relacionadas com sexualidade e diversidade sexual; auscultar os alunos sobre a sua posição no que respeita à necessidade de introduzir e/ou desenvolver esta componente da formação e analisar as suas atitudes perante a diversidade sexual, étnica, racial, entre outras.

Recorreu-se à análise documental, método da entrevista para as coordenadoras científicas e inquérito por questionário a todos os estudantes que frequentavam estas licenciaturas.

No que respeita às unidades curriculares (UC) o curso do ISMT apresenta-se com um maior número na área científica do Serviço Social cujos conteúdos programáticos incluem temas sobre questões de discriminação, sexualidade e diversidade sexual tendo inclusive a UC *Educação para a Saúde e Sexualidade*. No entanto, ainda são incipientes uma vez que não se dirigem especificamente para as questões da discriminação em função da orientação sexual. A bibliografia integra obras sobre promoção de igualdade, direitos humanos e sexualidade mas não obras especializadas.

Segundo os resultados do inquérito, 87,7% dos alunos consideraram a necessidade de introduzir uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual na formação em Serviço Social de modo a melhorarem e aprofundarem os seus conhecimentos. No entanto, constatou-se que alguns alunos têm atitudes de discriminação manifestando sentimentos de ódio para com cidadãos portadores de deficiência (7,6%), para com muçulmanos (6,8%), 7,6% face aos ciganos, 6,1% perante negros e, tanto para pessoas árabes como homossexuais 8,4% dos inquiridos.

Para as coordenadoras destes cursos de 1º ciclo, as questões associadas à sexualidade não são fundamentais na formação de futuros Assistentes Sociais.

Palavras-Chave: Sexualidade; Diversidade Sexual; Discriminação; Homofobia; Formação em Serviço Social

Summary

This research work, *Sexualidade e Diversidade Sexual na Formação em Serviço Social nos cursos de 1º ciclo no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC)* was performed under the Master's degree in Social Work.

The reasons for this work are that in Portugal there are no studies of this nature, and continue the prejudice, stereotypes, discrimination and exclusion in relation to people whose sexual orientation is not based on “standard” of heterosexuality. Proposed to investigate the extent to which undergraduate students in Social Work Institutions of Higher Education in Coimbra, future social workers are informed about the problems linked to issues of discrimination against people whose sexual orientation can not be framed by that standard, and are sensitized to work with the LGBT population and their movements.

Constituted themselves as specific objectives, consider the emphasis on sexuality and sexual diversity training in Social Work building on the curricula of ISMT and FPCEUC; address the students of 1st cycle and the acquired knowledge, are contemplated and / or current issues related to these issues; conduct a survey of programs and literature of disciplines that address these issues; hear the scientific coordinators of these courses in the disciplines exist and the need to address issues related to sexuality and sexual diversity; listen to the students about their position regarding the need to introduce and / or develop this component of training and examining their attitudes towards sexual diversity, ethnic, racial, and others.

Appealed to the document analysis, interview method for coordinating scientific and survey questionnaire to all students who attended these training programs.

With regard to units (UC) the course of ISMT presented with a larger number in the scientific area of Social Work whose contents include topics on discrimination issues, sexuality and sexual diversity and including the UC *Educação para a Saúde e Sexualidade*. However, it is rarely as it does not specifically address the issues of discrimination based on sexual orientation. The bibliography includes works on promotion of equality, human rights and sexuality but not specialized works.

According to the survey results, 87,7% of students felt the need to introduce a component that addresses the issues of sexual diversity / sexual orientation training in social work in order to improve and deepen their knowledge. However, it was found that some students have attitudes of discrimination expressing feelings of hatred towards people with disabilities

(7,6%), for the Muslims (6,8%), 7,6% against the Roma, 6,1% compared to black and Arab people both gay and 8,4% of respondents.

To the coordinators of these courses of the 1st cycle, issues related to sexuality are not central to the formation of future social workers.

Keywords: Sexuality, Sexual Diversity, Discrimination, Homophobia, Training in Social Work

Índice

Introdução	1
Capítulo 1- Diversidade sexual, Homofobia e Movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgéneros)	5
1.1- Da Sexualidade à Diversidade Sexual.....	5
1.2- Da Homofobia aos Movimentos LGBT em Portugal.....	7
1.3- Objectivos alcançados e finalidades a prosseguir no combate à Homofobia.....	9
Capítulo 2- Sexualidade e Diversidade Sexual na Formação em Serviço Social	12
2.1- Breve abordagem de concepções críticas do Serviço Social contemporâneo.....	12
2.2- O lugar da Sexualidade e Diversidade Sexual na formação em Serviço Social.....	14
2.3- A formação em Serviço Social a partir dos anos 80 em Portugal.....	16
Capítulo 3- Procedimentos Metodológicos da Investigação	19
3.1- Objectivos – Geral e Específicos.....	19
3.2- Apresentação e análise dos procedimentos metodológicos adoptados.....	19
Capítulo 4- Sexualidade e Diversidade Sexual nos cursos de 1º ciclo em Serviço Social no ISMT e na FPCEUC	24
4.1- Caracterização da população estudantil inquirida.....	24
4.2- Análise dos Planos, programas de Unidades Curriculares e referências bibliográficas relativos à temática.....	29
4.2.1- Segundo a perspectiva dos alunos inquiridos.....	33
4.2.2- Abordagem segundo a coordenação científica dos cursos.....	35
4.3- Perspectivas (anti)discriminatórias na formação em Serviço Social.....	37
4.3.1- Segundo os inquiridos.....	37
4.3.2- Conforme as coordenadoras dos cursos.....	48
4.4- Atitudes dos alunos face aos cidadãos portadores de deficiência e à diversidade cultural, racial e sexual.....	55
Capítulo 5- Discussão dos resultados e questões a serem equacionadas na actual formação	61
Conclusão	64
Bibliografia	67
Apêndices	
Anexos	

Introdução

A presente dissertação, *Sexualidade e Diversidade Sexual na Formação em Serviço Social nos cursos de 1º ciclo no Instituto Superior Miguel Torga e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*, apresentada à Escola Superior de Altos Estudos insere-se no plano curricular do VI Curso de Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga.

Tendo em conta que a sexualidade humana sempre teve como princípio a heterossexualidade como norma, no sentido de reprodução, tudo o que se oponha a esta “norma” acaba por transmitir-se mediante a própria negação da diversidade humana, através de preconceitos, estereótipos, discriminação e exclusão relativamente às questões de diversidade sexual. Deste modo, muitas pessoas cuja orientação sexual é bissexual ou homossexual são obrigadas a viver de um modo discreto, isto é, muitos são obrigados a ocultar-se, a não assumirem a sua orientação sexual, outros apenas o assumem a alguns amigos ou familiares com receio de serem alvo de rejeição e/ou exclusão e, outros há até, que não aceitam eles próprios a sua orientação sexual.

O ódio, a aversão ou a discriminação de uma pessoa relativamente aos homossexuais e à homossexualidade denomina-se de homofobia. Esta desencadeia graves riscos, por vezes irreversíveis, para aqueles que dela são alvo. Alguns exemplos mais comuns de manifestação da homofobia internalizada são a negação da sua orientação sexual para si mesmo e perante os outros; tentativas de mudar a sua orientação sexual; sentir que nunca se é “suficientemente bom”; pensamentos obsessivos e/ou comportamentos compulsivos; fraco sucesso escolar e/ou profissional; desenvolvimento emocional e/ou cognitivo atrasado; baixa auto-estima e imagem negativa do próprio corpo; desprezo pelos membros mais “assumidos” da comunidade Gay, Lésbica, Bissexual e Transexual; projecção de preconceitos em outro grupo alvo; tornar-se psicologicamente ou fisicamente abusivo, entre outros.

Por estes factores e por não se conhecerem trabalhos desta natureza por parte de Assistentes Sociais em Portugal, quanto à análise da formação como à própria acção profissional e a relação com os movimentos sociais, propôs-se a realização deste trabalho de investigação no âmbito do Mestrado em Serviço Social por se considerar a sua realização bastante pertinente tanto ao nível pessoal como social, de modo a que, como nos diz Saéz (2006: 75), a situação de injustiça social que vivem as pessoas cuja orientação sexual é homossexual “*interpele nos Assistentes Sociais um dever ético de estar onde os homossexuais*

são vítimas de violência, marginalização e/ou exclusão social e onde lhes são vetados os direitos e liberdades que lhes são inerentes como seres humanos”¹.

Actualmente estas questões integram a agenda política, discute-se a possibilidade de aprovação do casamento civil entre casais homossexuais à semelhança de outros países. Temos o caso da Holanda, que a 12 de Setembro de 2000 se tornou no primeiro país europeu a adoptar legalmente o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Também aprovou em Junho de 2005 as alterações à legislação de forma a permitir a adopção por casais homossexuais. Na Bélgica também se realizam casamentos entre pessoas do mesmo sexo desde Julho de 2003. Relativamente à adopção, seguiu uma trajectória semelhante à Holanda. A partir de 2 de Julho de 2005 também é possível realizar o casamento civil entre homossexuais na nossa vizinha Espanha. Já nos países escandinavos e no Reino Unido optou-se por criar um novo instituto jurídico de modo a conferir às uniões de homossexuais os mesmos direitos e benefícios do casamento civil. Na França optaram por um contrato específico para as uniões de homossexuais contribuindo assim para a discriminação.

No que diz respeito ao resto do mundo, nos Estados Unidos da América (EUA) o casamento entre pessoas do mesmo sexo é apenas permitido (legal) no Estado de Massachussets. A 29 de Junho de 2005 foi aprovada no Canadá uma lei que permite realizar casamentos homossexuais. No início de Dezembro de 2005 o Tribunal Constitucional de África de Sul constatou que era ilegal os homossexuais não poderem aceder aos benefícios do casamento civil que eram concedidos aos casais heterossexuais. Assim, concedeu um prazo de um ano para o Parlamento proceder à alteração da legislação no sentido de permitir o casamento entre homossexuais e a partir de 2006 passou a ser possível.

Seria pertinente fazer uma análise ao nível do país, isto é, ter-se analisado todas as IES com o 1º ciclo em Serviço Social. No entanto, e atendendo às características a que obedecia a realização do trabalho de investigação optou-se por escolher duas IES que se situam na mesma localidade, ambas de ensino universitário mas, uma de âmbito público e outra privado. O curso do ISMT conta com mais de sete décadas de história (72 anos) tendo sido uma das escolas pioneiras em Serviço Social em Portugal e, o curso da FPCEUC é recente (4 anos).

Constituía-se como objectivo geral desta pesquisa investigar em que medida os alunos da licenciatura em Serviço Social das IES em Coimbra, futuros Assistentes Sociais, são informados sobre os problemas decorrentes das questões de discriminação relativamente à população cuja orientação sexual não se pauta pela norma da heterossexualidade e são sensibilizados para trabalhar com a população LGBT e seus movimentos.

¹ A tradução de todos os extractos desta obra foi, neste trabalho, desenvolvida pela autora.

Os objectivos específicos consistiram em: analisar o lugar atribuído à sexualidade e à diversidade sexual na formação em Serviço Social partindo dos planos de estudos do ISMT e da FPCEUC; abordar os alunos de 1º ciclo quanto aos conhecimentos transmitidos, se contemplam e/ou problematizam temas relacionados com as questões de sexualidade e diversidade sexual; proceder a um levantamento dos programas e referências bibliográficas de disciplinas ministradas no 1º ciclo, das duas escolas, onde sejam abordados temas referentes à sexualidade e diversidade sexual e auscultar quais as concepções que as coordenadoras científicas destes cursos têm quanto às disciplinas existentes e à necessidade de abordar questões relacionadas com sexualidade e diversidade sexual; auscultar a opinião dos alunos destas licenciaturas relativamente ao tema em causa e qual a sua posição no que respeita à necessidade de introduzir e/ou desenvolver uma componente da formação que apreenda as questões de diversidade sexual e analisar quais as suas atitudes perante a diversidade sexual, étnica, racial, entre outras.

Este trabalho é constituído por cinco capítulos em que no primeiro se abordam questões sobre sexualidade e diversidade sexual, homofobia e movimentos LGBT. Também se abordam estas questões em Portugal, objectivos alcançados e finalidades a prosseguir na luta contra a homofobia.

No segundo capítulo faz-se uma breve abordagem de concepções críticas do Serviço Social contemporâneo sob a perspectiva de alguns autores. Analisam-se o lugar da sexualidade e diversidade sexual neste curso e alguns aspectos sobre esta formação a partir dos anos 80 em Portugal, nomeadamente a criação das primeiras escolas, de natureza privada. A luta para que os Institutos fossem integrados nas Universidades públicas e a luta pela obtenção do grau de licenciatura. A criação dos primeiros cursos de mestrado e doutoramento. A generalização do curso de Serviço Social a todo o país e a todos os tipos de ensino e, a adequação dos cursos ao processo de Bolonha.

A terceira parte do trabalho diz respeito aos procedimentos metodológicos da investigação onde se apresentam os objectivos geral e específicos, assim como a análise dos procedimentos metodológicos adoptados para esta pesquisa.

O quarto capítulo subordina-se à *Sexualidade e Diversidade Sexual nos cursos de 1º ciclo em Serviço Social no ISMT e na FPCEUC* constituindo o desenvolvimento da investigação empírica do trabalho. Assim, caracteriza-se a população estudantil inquirida para esta pesquisa. Analisam-se os Planos de estudos, programas de Unidades Curriculares (UC) e referências bibliográficas relativos à temática, segundo a perspectiva dos alunos inquiridos e a coordenação científica dos cursos. Apresentam-se perspectivas (anti)discriminatórias na

formação em Serviço Social de acordo com os inquiridos e as coordenadoras dos cursos e, as atitudes dos alunos face aos cidadãos portadores de deficiência e à diversidade cultural racial e sexual.

O último capítulo refere-se à discussão dos resultados e a questões a serem equacionadas na actual formação terminando a dissertação com a apresentação das conclusões desta investigação.

Capítulo 1- Diversidade sexual, Homofobia e Movimentos LGBT

Inicialmente será feita uma breve abordagem ao conceito de sexualidade e, conseqüentemente aos vários desejos sexuais como sejam as diferentes vertentes da orientação sexual. Analisar-se-ão alguns dos factores que têm contribuído para reforçar a homofobia. Apresenta-se uma breve análise dos movimentos LGBT em Portugal, objectivos alcançados e finalidades a prosseguir no sentido de combater a homofobia.

1.1- Da Sexualidade à Diversidade Sexual

Segundo Marlene B. Rodrigues o termo sexualidade surgiu em 1936, no Oxford English Dictionary e designava a “*qualidade de determinado ser possuir sexo*”. Designou também a “*preocupação pelo que é sexual.*” (2006: 97).

A mesma autora refere que (...) *esta unidade fictícia só passa a ser relevante a partir do momento em que começa a classificar, determinar e produzir uma série de desejos sexuais como homo, bi, hetero, etc.* (2006: 97).

Assim, a orientação sexual refere-se à atracção física e/ou emocional que uma pessoa sente por outra, seja do sexo masculino ou feminino. Por este motivo pode falar-se de diversos tipos de orientação sexual, ou seja, esta pode ser assexual, em que não existe nenhuma atracção sexual; pode ser bissexual, atracção por pessoas de ambos os sexos; heterossexual, atracção por pessoas de sexo oposto; homossexual, em que o objecto de atracção são pessoas do mesmo sexo e a orientação pansexual ou omnissexual, isto é, atracção por diversos géneros como por exemplo, atracção por transgéneros.

De acordo com Santos “o termo ‘homossexual’ foi cunhado pelo médico suíço Karoly Benkert em 1869.” (2006: 9). Gabriela Moita diz-nos que em Portugal existem clínicos que interpretam negativamente a homossexualidade: ou verbalizando-a explicitamente como “défice” ou “falha” (“é uma parafilia”), “um desvio sexual”, “uma disfunção”; “um processo anómalo de comportamento (...)” (2006: 59).

Este é um dos factores que interpela nas pessoas cuja orientação sexual não se pauta pela tal norma da heterossexualidade, um certo medo de revelar a sua orientação sexual e até receio de irem ao médico devido a possíveis reacções homófobas como serem alvo de cuidados médicos de baixa qualidade. De acordo com a Associação Panteras Rosa - Frente de combate à homofobia² não existem, de modo geral, campanhas de prevenção acerca de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) ou outras que se dirijam à população LGBT

² Consultado no site: <http://www.rea.pt/forum/index.php?topic=5545.msg83622#msg83622> acedido no dia 18/11/2008

(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Trangéneros e Travestis). Refere também que o estudo sobre sexualidade (particularmente, sobre orientação sexual) é omitido no ensino médico português, não sendo, portanto, de admirar que alguns destes profissionais continuem a encarar a homossexualidade como uma doença, apesar da Organização Mundial de Saúde (OMS) ter deixado de classificar a homossexualidade como uma doença mental. Até à década de 90 a orientação sexual homossexual era considerada uma doença mental, pela Classificação Internacional de Doenças (CID 10), editado pela OMS.

Deste modo, a formação de profissionais de saúde, educação e da área social, entre outras, parece continuar a basear-se na discriminação uma vez que profissionais de várias áreas demonstram ser preconceituosos para com a população LGBT. Temos o exemplo da formação em Serviço Social, que antes de 1974, fora controlada pelo conservadorismo político e religioso imposto pela ditadura persistindo ainda, actualmente, algumas influências dessa época.

A discriminação relativa às pessoas de orientação sexual homossexual denomina-se de homofobia. Esta deriva do Grego φόβος - Phobos e significa "medo" (*homo* = igual / *fobia* = medo)³. Este termo é utilizado para identificar o ódio, a aversão ou a discriminação de uma pessoa aos homossexuais e à homossexualidade, ou de um modo geral e pejorativo, qualquer expressão de crítica ou questionamento perante o comportamento homossexual.

Pode, também, assumir diversas facetas como homofobia cultural, institucional, internalizada/internalizada assim como pessoal ou interpessoal.

De acordo com Sáez a *homofobia é estruturante ou modeladora do psiquismo da pessoa homossexual instalando-se na sua subjectividade, "parasitando-a", convertendo-se em homofobia internalizada*. Para este autor esta *homofobia internalizada justifica a intervenção dos Assistentes Sociais com a finalidade de gerir o estigma, ajudando os homossexuais a desconstruir e reconstruir, a desmantelar o processo mediante o qual a homofobia se internalizou* (2006: 74).

Relacionada com homofobia está a palavra heterossexismo. Esta é bastante recente e tem sido utilizada com os termos *sexismo* e *racismo* para denominar uma opressão semelhante que anula os direitos de gays, lésbicas e bissexuais.

Assim, muitas destas pessoas vêm-se como que obrigadas a ocultar uma parte de si pelo medo que sentem em serem discriminadas, perseguidas, despedidas e, em alguns casos, até vítimas de assassinato.

³ Consultado na morada: <http://pt.wikipedia.org/?id=2007-08> (12/11/2008).

Todavia existem, ainda, outros aspectos que muito têm contribuído para que a homofobia se dissemine.

1.2- Da Homofobia aos Movimentos LGBT em Portugal

Um dos agentes que tem vindo a colaborar na propagação da homofobia é a Igreja Católica e a sua influência por todo o mundo. Recentemente demonstraram a sua oposição relativamente a esta vertente da sexualidade quando o cardeal do Vaticano para os assuntos da família, Alfonso Lopez, considerou a aprovação do anteprojecto de lei espanhola que legaliza os casamentos homossexuais no país e a adopção de crianças por casais homossexuais como um "passo infeliz". Estas declarações foram de encontro ao que já havia sido proferido pelo Papa João Paulo II contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo.⁴ A questão do reconhecimento legal das uniões entre estes casais foi abordada num documento proferido pelo então Cardeal Ratzinger onde inicialmente era referido "lei moral natural". Nesse documento são ainda mencionadas as uniões entre homossexuais como um fenómeno preocupante e de "carácter imoral".⁵

Em Portugal, mais concretamente em Fátima, também decorreu uma reunião entre os bispos para debater a questão lançada pelo Primeiro Ministro José Sócrates, no Congresso do Partido Socialista realizado na Guarda em Fevereiro de 2009, acerca da implementação da proposta que permitirá o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. As conclusões que os bispos apresentaram após a reunião foram as de que a proposta do Primeiro-ministro constitui *um atentado ao matrimónio* e que *não é fiável quem se mete nestas aventuras* apelando, ainda, aos fiéis que pensem bem na sua decisão, no momento de votar.⁶

Outro factor que muito contribui para a disseminação da homofobia é a falta de informação e formação. Embora hoje em dia se fale mais abertamente sobre sexualidade e diversidade sexual nota-se, ainda, em algumas situações, uma certa dificuldade por parte das pessoas em falarem sobre tais temas o que demonstra que na nossa sociedade ainda se constitui como um tema tabu.

Por estas razões, combater a homofobia no sentido de alcançar uma sociedade não discriminatória, sem preconceitos, mais justa e igualitária, relativamente à população homossexual, é um dos objectivos pelo qual lutam movimentos, associações e grupos

⁴ <http://portugalgay.pt> (02/12/2008).

⁵ <http://portugalgay.pt/politica/ecclesia03.asp> (02/12/2008).

⁶ Informações auscultadas no Jornal noticiário do canal de televisão SIC.

portugueses como Ilga-Portugal, Panteras Rosa, Opus Gay, Clube Safo, Não te prives, Marcha do orgulho, Arraial Pride, Rede ex-aequo, entre outros.

De acordo com Cascais *embora a comunidade já tivesse principiado a constituir-se há muito, não existe movimento associativo gay, lésbico, bissexual ou transgénero organizado em Portugal antes da Revolução de 25 de Abril de 1974* (2006: 110). O que se explica pela ausência de liberdades democráticas que, segundo o autor, são uma condição essencial da sua emergência, embora não o sejam unicamente.

Deste modo, só com a “revolução dos cravos” se criaram condições fundamentais para as mudanças de mentalidade política, social e legislativa. Estas eram uma base fundamental para aceitar a homossexualidade em Portugal. Contudo, esta mudança ocorreu muito lentamente e considera-se que hoje em dia ainda não foi alcançada totalmente porque, senão, não existiriam movimentos a lutar pela obtenção de igualdade de direitos.

Pode dizer-se que os movimentos sociais em Portugal, também, conheceram a sua ênfase a partir da referida “revolução” uma vez que até aqui se vivia em uma ditadura, numa sociedade marcada pelo conservadorismo e opressão. Como referi anteriormente, o próprio contexto histórico do Serviço Social marcado pela influência da Igreja Católica e do conservadorismo com as primeiras práticas assistencialistas, explica, algumas influências de cunho conservador que ainda persistem.

Pós-74, os próprios assistentes sociais iniciaram um processo de mobilização no sentido de obterem o grau de licenciatura, uma vez que as escolas apenas conferiam um diploma profissional. Depois de 1977 a licenciatura passou a ser essencial e a ser requisito para que integrassem a carreira técnica superior.

Segundo Estanque (2001), as especificidades das experiências de acção colectiva e de mobilização popular que tiveram lugar na conjuntura sociopolítica do pós 25 de Abril de 1974, constituíram um marco fundamental para a compreensão da sociedade portuguesa contemporânea. Os movimentos populares e as inúmeras experiências de luta e de participação colectiva que se fizeram sentir pós-74, combinaram dimensões de rebeldia espontânea por parte da multidão com as dimensões dos movimentos sociais.

Actualmente assistimos a vários grupos, associações, entre outros, que se organizam e movimentam em torno de objectivos comuns. Uns, lutam por melhores condições de trabalho e pela obtenção de direitos, outros, pelas questões ambientais e ainda outros pelas questões de cidadania, por uma sociedade sem preconceitos, mais justa e igualitária, como é o caso dos movimentos LGBT e, também, os movimentos de mulheres. Assim, parece óbvia a necessidade de um reforço entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais, uma vez que

muitos destes se organizam em prol da luta pela efectivação de direitos e pela justiça social, podendo existir, assim, uma relação de cooperação e entajuda entre ambos, seja no combate ao preconceito, à desigualdade, discriminação, seja na luta pela obtenção de políticas sociais dirigidas aos grupos alvo desta exclusão.

Segundo Cascais podem traçar-se três estádios do associativismo LGBT em Portugal. O primeiro de 1974 até 1991. Este período ainda se pode dividir em duas fases, a anterior e a posterior ao surgimento da epidemia da SIDA em Portugal. Entre 1990-1991 e 1995-1997 o segundo estádio e, finalmente, o terceiro de 1997 até aos dias de hoje (Cascais, 2006: 109).

É com a viragem para o século XXI que se assiste a um surgimento intenso de grupos e movimentos como a primeira Marcha do Orgulho LGBT em 2000. Posteriormente surgem outras associações como a *Não te privas* em 2001 (esta é um grupo de defesa dos direitos sexuais), a Rede *ex aequo* destinada a jovens GLBT entre os 16 e os 30 anos de idade e a Associação para o Estudo e Defesa dos Direitos à Identidade de Género, ambas em 2003. Surge também o grupo Lilás ou NÓS que é um Movimento Universitário para a Liberdade Sexual entre 2000 e 2003; o grupo Oeste Gay entre 2000 e 2005; Coisas de Género entre 2001 e 2003 e ainda algumas associações como a Muralha e a Associação Portuguesa de homossexualidade Masculina em 2006. Estas associações já se expandiram para fora dos grandes centros urbanos como Lisboa e Porto, estendendo-se a todo país, através de actividades que realizam, do trabalho em rede e do facto de já terem sedes fora de Lisboa e Porto.

Deste modo, pode dizer-se que o movimento LGBT levou alguns anos a se afirmar e se confrontou com várias vicissitudes numa sociedade (portuguesa) marcada pela opressão, negação e controlo social onde este mesmo movimento não teria sido possível antes da instauração da democracia. É com o combate à epidemia da SIDA que o associativismo LGBT ganha impulso em Portugal.

1.3- Objectivos alcançados e finalidades a prosseguir no combate à Homofobia

Apesar de tudo alguns pequenos mas, grandes passos têm sido dados e alcançados em Portugal. No dia 17 de Maio é assinalado o dia Mundial contra a homofobia. Neste dia a Associação Ilga-Portugal entregou à Assembleia da República um desdobrável relativo ao casamento civil entre homossexuais. O canal de televisão RTP cobriu este evento e assinalou pela primeira vez este dia em Portugal.

Também o Código Penal⁷, a vigorar desde 15 de Setembro de 2007, passou a penalizar o incentivo à discriminação com base na orientação sexual prevendo igualmente o agravamento penal explícito de crimes motivados pela homofobia.

Desde 2001 com a aprovação da Lei n.º 7/2001 de 11 de Maio são admitidas em Portugal as uniões de facto entre pessoas do mesmo sexo a par das uniões entre pessoas de sexo diferente.

Um outro aspecto importante foi a alteração do artigo 13º, *Princípio da Igualdade*, da Constituição da República Portuguesa (CRP), com a revisão constitucional em 2004. Tendo em conta o n.º 2 do referido artigo “*Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.*” E, a referência, pela primeira vez, à proibição de discriminação em função da orientação sexual, no Artigo 22º *Direito à igualdade no acesso ao emprego e no trabalho* e 23º *Proibição de discriminar* do Código do Trabalho aprovado com a Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, sendo que a igualdade de tratamento dos trabalhadores se apresenta como um dos princípios base.

Actualmente os movimentos, associações e grupos LGBT têm como finalidades combater a discriminação homófoba que existe em Portugal no sentido de alcançarem uma sociedade não discriminatória e sem preconceitos relativamente a esta população como já havia sido proferido. Desejam também a igualdade no acesso ao casamento civil, já que este é apenas permitido aos casais heterossexuais. Temos o exemplo da Associação Ilga-Portugal que no ano de 2005 lançou uma petição com o intuito de promover uma revisão ao Código Civil Português. Esta foi entregue no ano seguinte, 2006, ao presidente da Assembleia da República, todavia, não foram efectuadas as alterações pretendidas, permanecendo o impedimento de casais gays e lésbicas acederem ao casamento civil.

Outro exemplo, é que apesar das uniões de facto entre pessoas do mesmo sexo estarem reconhecidas em Portugal desde 2001, existem ainda algumas limitações pois, não é possível o registo o que dificulta a reivindicação de direitos por parte dos casais homossexuais, assim como a impossibilidade de adoptarem uma criança, de serem herdeiros do seu parceiro e vice-versa, de poderem adoptar o apelido do parceiro(a), como também não lhes ser permitido escolher um regime de comunhão de bens ou de comunhão de adquiridos.

⁷ Consultado na morada: http://dgpj.mj.pt/sections/noticias/revisao-do-codigo-penal/downloadFile/attachedFile_1_f0/L_59_2007.pdf (03/12/2008)

Um outro objectivo dos movimentos é a parentalidade. A Procriação Medicamente Assistida (PMA) é permitida em vários países europeus a mulheres lésbicas, no entanto, em Portugal o acesso a estas técnicas é apenas permitido em casos de infertilidade e para mulheres heterossexuais que sejam casadas ou vivam em União de Facto ficando, assim, excluídas todas as que apresentem uma orientação sexual que não a heterossexualidade.

Um dos desejos de vários casais de homossexuais é adoptarem uma criança e, até mesmo, serem pais biológicos, todavia, este é um desejo que está muito longe de se concretizar pois, existem vários preconceitos em torno desta problemática em Portugal. A adopção por parte de casais homossexuais é permitida em países como a Dinamarca, Alemanha, Islândia, Noruega, Suécia, Bélgica e a nossa vizinha Espanha.

Em suma, os movimentos LGBT portugueses pretendem uma sociedade baseada na igualdade, em que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades enquanto seres humanos, onde aqueles cuja orientação sexual não se identificando com a heterossexualidade não sejam alvo de discriminação, exclusão e preconceito, alcançando assim uma sociedade não homófoba, uma vez que a homofobia provoca consequências graves e por vezes irreversíveis.

Capítulo 2- Sexualidade e Diversidade Sexual na Formação em Serviço Social

Apresentam-se três pontos. Far-se-á uma breve abordagem de concepções críticas do Serviço Social contemporâneo. Analisam-se o lugar da Sexualidade e Diversidade Sexual na formação em Serviço Social e alguns aspectos sobre esta formação a partir dos anos 80 em Portugal.

2.1- Breve abordagem de concepções críticas do Serviço Social contemporâneo

De acordo com Robert Mullaly (1998), autor do Serviço Social estrutural, existem quatro paradigmas/ideologias do Serviço Social, o neo-conservadorismo e liberalismo, a social-democracia e o marxismo. O trabalho social estrutural tem, no fundo, a ver com o Serviço Social radical (preocupação de se considerar que as desigualdades são provenientes do grupo social a que se pertence).

Mullaly considera que o pensamento radical se baseia em três escolas, a social-democracia, o marxismo revolucionário e o marxismo evolucionista. Os sociais-democratas consideram que a fonte de opressão vem das questões de género, raça, sexo, idade, etc. Já os marxistas revolucionários dão relevo ao conflito de classes como fonte de opressão. Para este autor a teoria crítica é a abordagem que alimenta a prática estrutural do Serviço Social. As desigualdades são o objecto de intervenção dos Assistentes Sociais, e face a essas desigualdades procurava-se avaliar os efeitos negativos nas pessoas que são alvo de alienação, bem como transformar as condições e a estrutura social que causam esses efeitos negativos.

Dominelli e Mcleod reportam-se ao serviço social feminista, consideram-no como contributo para o bem-estar. Segundo estas autoras, o Serviço Social mantém estereótipos e desigualdades, referindo que *como profissão reproduz o modelo patriarcal com as mulheres na base da pirâmide cujo vértice superior é ocupado pelos homens* (Dominelli, Mcleod, 1999: 36). Assim, no Serviço Social, a abordagem feminista traduz-se no facto de ter de existir um compromisso para uma prática igualitária.

Resgatando Yamamoto um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efectivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (...) Pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem

estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao serviço social (Iamamoto, 1998: 20, 169).

Também o autor Ángel Saéz nos refere que a principal tarefa dos Assistentes Sociais *se encontra em trabalhar na sensibilização, consciencialização, transmissão de informação e formação à população, em geral de modo a eliminar séculos de história marcados por preconceitos e estereótipos sem base e pressupostos mal fundamentados* (Sáez, 2006: XXIX).

Deste modo, perspectiva-se que o Assistente Social, enquanto profissional que visa a mudança societária, seja capaz de alargar os horizontes da sua prática profissional e intervencional. Para isso a formação em Serviço Social deverá contemplar as questões de sexualidade e diversidade sexual, assim como, temas relacionados com género, raça, etnia, etc., para que os alunos, futuros assistentes sociais, não mantenham o preconceito e a desigualdade que ainda marcam algumas práticas.

Verifica-se, assim, a necessidade de uma formação (em Serviço Social) que incorpore, afirme e defenda a questão dos valores, dos direitos humanos e sociais, da justiça e da liberdade, ou seja, que garanta a efectivação dos direitos e liberdades fundamentais a todos os seres humanos. As próprias associações de profissionais de Serviço Social devem organizar-se e actuar na defesa dos direitos, apoiando os movimentos LGBT assim como trabalhar com esta população.

Deste modo, devem seguir o exemplo do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que representa cerca de 75 mil assistentes sociais de todo o Brasil e, que actua na defesa da ética e dos direitos humanos. Na 1ª Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, realizada de 5 a 8 de Junho de 2008 em Brasília, o CFESS referiu que *É preciso tornar visível a ação política e a coragem dos sujeitos políticos GLBTT na luta pelas respostas concretas que o Estado tem que assegurar para impedir o avanço do conservadorismo e a instauração da barbárie. A luta pela livre orientação e expressão sexual é uma questão política porque questiona a imposição da heterossexualidade como norma* (Santos et Al, 2008: 1).

O Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social coordenado também pelo CFESS é outro exemplo a seguir. Mesquita refere-nos que no actual Código de Ética dos assistentes sociais brasileiros (...) *há uma abordagem que considera outras dimensões: o género, a etnia, a geração e a orientação sexual. O Código coloca-se claramente contrário à exploração de classe e a todas as outras formas de opressão* (Mesquita et Al 2001: 8).

2.2- O lugar da Sexualidade e Diversidade Sexual na Formação em Serviço Social

Como nos diz Sáez *a intervenção dos Assistentes Sociais deve dirigir-se para os sectores da sociedade que influem na nossa socialização e que fomentam a permanência e consolidação de estereótipos e preconceitos, base da discriminação e marginalização social de homossexuais como os mass-media, a própria família, escolas, igrejas, entre outros* (2006: 75).

Deste modo, considera-se que a formação em Serviço Social deve incorporar um conjunto de conhecimentos que abordem a cultura da sexualidade e as questões da sua discriminação pois é crucial que os Assistentes Sociais tenham formação e estejam sensibilizados para trabalhar estas questões, assim como para trabalhar em conjunto com os movimentos e população LGBT.

De acordo com o documento *Estándares Globales para la Educación y Capacitación del Trabajo Social*⁸, resultante da colaboração entre a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AIESS) e a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS), documento preparado em 2004 em Adelaide-Austrália, a formação em Serviço Social deveria atender às questões sobre sexualidade e diversidade sexual.

O que é designado como 4º padrão, respeitante ao curriculum fundamental – paradigma da profissão, refere que é de particular relevância para a educação, capacitação e prática do Serviço Social a aceitação e o reconhecimento da dignidade, valor e singularidade de todos os seres humanos e a valorização e respeito pela diversidade relativamente à raça, cultura, género, religião, etnia, língua, orientação sexual e outros.

O 5º padrão relativo aos profissionais, refere que as escolas de Serviço Social devem comunicar com clareza, sempre que possível, políticas ou preferências com base na igualdade de género, etnia, raça ou qualquer outra forma de diversidade no processo de recrutamento e nomeação de pessoal.

O 6º padrão é relativo aos estudantes de Serviço Social. As escolas devem preocupar-se em não discriminar nenhum aluno com base na sua raça, cor, cultura, etnia, língua de origem, religião, política, sexo, orientação sexual, idade, estado civil, condição físico ou situação sócio-económica.

E, o 8º padrão respeitante à diversidade cultural, étnica e inclusão de género, em que as escolas de Serviço Social devem garantir que os seus alunos sejam capazes de estabelecer

⁸ Documento que se traduziu neste trabalho por *Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social* e que se fará uso em todo o trabalho.

relações com todas as pessoas e tratá-las com respeito e dignidade, independentemente das suas crenças culturais, etnia e orientações.

Relativamente à produção de conhecimento sobre as questões de orientação sexual, género, étnicas, raciais, entre outras, pode dizer-se que, ao nível mundial existem imensas obras publicadas sob a forma de livros, artigos de revistas e jornais, etc. No que diz respeito a estudos gays e lésbicos, segundo Binnie⁹, destaca-se o carácter pioneiro dos Estados Unidos da América (EUA).

Vejam-se também, por exemplo, as comunicações apresentadas pelos colegas Assistentes Sociais brasileiros na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social da Bahia em Agosto de 2008. Várias dessas comunicações reportaram-se às questões de expressão e orientação sexual onde os colegas e futuros colegas Assistentes Sociais apresentaram as suas preocupações para com a população que sofre a discriminação e o preconceito devido à sua orientação sexual. Por exemplo a comunicação “Diversidade Sexual na Amazónia: Políticas Públicas como mecanismo de sustentabilidade no combate a Homofobia” (de Lidiany Cavalcante, mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia). A autora considera que as questões relacionadas com a orientação sexual e a homofobia ainda se apresentam como um desafio para o Serviço Social pois, *“é uma temática ainda pouco explorada no cotidiano da prática profissional, não pela sua inexistência, mas pela falta de políticas que ofereçam mecanismos ao profissional, assim como ações e capacitação que ultrapassem o tradicionalismo e as atitudes homofóbicas no campo de atuação.”* (Cavalcante, 2008: 1).

Outros colegas, nomeadamente três alunos da disciplina Pesquisa Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) comunicaram a sua preocupação relativamente à violência física contra os homossexuais no Brasil, facto que tem vindo a aumentar nos últimos anos. Os autores referem que *“no Brasil, uma evidência desta violência é o número de assassinato de homossexuais.”* (Lessa et Al, 2008: 1).

Ao nível nacional, a produção de conhecimento sobre estas questões também já conta com inúmeras obras. Contudo, pode dizer-se que, ao nível do Serviço Social, especialmente no que diz respeito às questões de orientação sexual, a produção é inexistente. Este, foi também um dos aspectos que motivou a realização da presente investigação no sentido de incentivar e de poder contribuir para a realização de futuros trabalhos e estudos nesta área.

⁹ BINNIE, Jon *The Globalization of Sexuality*. London: Sage, 2004 p. 176 cit in SANTOS, Ana Cristina, Recensões, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 76 Dezembro de 2006: 141-147.

2.3- A formação em Serviço Social a partir dos anos 80 em Portugal

De acordo com Alcina Martins (1996) a génese do Serviço Social em Portugal prende-se com o período que vai da passagem da Monarquia para a República, isto é, a 1ª República (05/10/1910). A emergência do Serviço Social tem a ver com as primeiras práticas no sentido de desenvolver e colocar em prática ensaios sobre o Serviço Social na 1ª República. Nesta época era considerado como uma forma laica de prestar assistência (Martins, 1996: 46). Finalmente, a institucionalização do Serviço Social Português, que é aquilo que Paulo Netto nos refere como a existência da profissão que é a formação.

Enquanto área de formação académica em Portugal, o Serviço Social institucionaliza-se com a criação da primeira escola, em 1935, o Instituto de Serviço Social de Lisboa. Dois anos mais tarde, 1937, com a criação da Escola Normal Social de Coimbra (posteriormente designada Instituto de Serviço Social, a partir de 1998, Instituto Superior Miguel Torga) e, alguns anos mais tarde, em 1956, a criação do Instituto de Serviço Social do Porto.

Segundo Negreiros estas três escolas são de natureza privada e apenas em 1961 o ensino nelas ministrado é formalmente considerado superior, por despacho do Ministro da Educação. Embora o ensino seja considerado superior, os seus planos curriculares terem uma duração de 4 anos e dos requisitos de acesso serem os mesmos do ensino universitário era conferido apenas um diploma profissional pois só as Universidades conferiam graus académicos de ensino superior (Negreiros, 1998: 17).

Deste modo, os Institutos Superiores de Serviço Social, até ao ano de 1974, davam uma formação superior não universitária controlada pelo conservadorismo político e religioso que era imposto pela ditadura.

Após o 25 de Abril de 1974 “*num quadro pós-revolucionário os três Institutos exigem a sua integração nas estruturas universitárias públicas.*” Todavia, o processo de luta para que os Institutos fossem integrados nas universidades públicas desenvolveu-se durante 10 anos (de 1974 a 1984) com várias variações sem que o objectivo pretendido fosse alcançado (*Idem*, 1998: 15).

No ano de 1979, altera-se o estatuto dos assistentes sociais no mercado, tendo surgido dois Decretos-Lei, o 191/C e 191/F. Num dos decretos é estabelecida a existência da carreira técnica e da carreira técnica superior. O outro Decreto-Lei estabelecia parâmetros legais para dirigentes. A carreira técnica superior e o segundo Decreto exigiam o grau de licenciatura (*Idem*, 1998: 18).

Assim, os assistentes sociais foram remetidos para a carreira técnica, não tendo acesso à carreira técnica superior, por esse motivo começaram a lutar pela licenciatura, iniciando-se

um processo de mobilização do corpo profissional. O movimento de luta pela obtenção do grau de licenciatura junto ao Ministério da Educação traduziu-se num longo e difícil processo. Este desenvolveu-se pela iniciativa dos Institutos de Lisboa e Porto, pois o de Coimbra desvinculou-se do processo. Com Augusta Negreiros na direcção do Instituto de Lisboa a estratégia para alcançar o grau de licenciatura é alterada.

De Março a Junho de 1989 é definida uma estratégia de intervenção de âmbito político que culmina com a atribuição do grau de licenciatura. A partir deste momento a formação académica em Serviço Social sofre um avanço em termos qualitativos no que diz respeito à legitimação e reconhecimento uma vez que passou a situar-se no quadro do Sistema Universitário, com a Lei n.º 46/68 de 14 de Outubro (*Idem*, 1998: 24).

A década de 90 ficou marcada pela reestruturação curricular, tendo a licenciatura passado de 4 para 5 anos de duração. Criaram-se, também, os primeiros cursos de mestrado. Tinha-se já iniciado em 1987 o 1º mestrado através de um protocolo entre o ISSSL e a PUC-SP, isto numa estratégia de qualificação do quadro docente e de luta pela obtenção do grau de licenciatura.

Os primeiros cursos de doutoramento surgem da parceria entre o ISSSL e a PUC-SP em 1997, contudo, só no ano de 2003 foram criados os primeiros cursos de doutoramento em Serviço Social, na Universidade Católica Portuguesa (UCP) e, na Universidade do Porto (doutoramento em Ciências do Serviço Social) e o doutoramento organizado pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) com o ISCTE (2004).

Actualmente o curso de Serviço Social generalizou-se ao continente e às ilhas, tendo passado de três escolas de ensino superior privado, na década de 90, para as actuais 20 escolas de natureza privada, pública, politécnica e universitária a ministrar o curso de Serviço Social.

Foi em Março e Novembro de 2006 que as instituições de ensino públicas, universitárias, do politécnico e do ensino privado apresentaram as propostas de reorganização dos cursos à Direcção Geral do Ensino Superior de modo a registar a adequação e autorização de funcionamento de acordo com Bolonha para funcionarem nos passados anos lectivos de 2006/2007 e 2007/2008.

De acordo com Alcina Martins (2007) o processo de Bolonha tem por base um compromisso já assinado em 1999 pelos governantes de países europeus e pretende harmonizar até ao ano de 2010 os graus e os diplomas atribuídos de modo a facilitar as equivalências de cursos nas Universidades dos 45 estados signatários, a mobilidade e a empregabilidade dos estudantes dentro do espaço comunitário. Pretende também fomentar

mudanças no modo de ensinar e aprender procurando tornar os alunos mais independentes e autónomos.

Com a influência do processo de Bolonha ocorreu uma reestruturação curricular na formação em Serviço Social, nomeadamente na duração dos cursos, ou seja, surge como consequência o facto do sistema de ensino superior optar por ministrar uma formação académica mais curta, acabando assim por desaproveitar a referência da formação pessoal, social, cultural e intelectual dos estudantes.

Assim, com a adequação a Bolonha o ensino superior passa a ser disposto em três ciclos de formação que, como vimos, no caso da formação em Serviço Social já existiam. O 1º ciclo correspondente à Licenciatura, o 2º ao Mestrado e o 3º ciclo ao Doutoramento. Relativamente ao 1º e 2º ciclos, a sua duração deverá concluir cinco anos e o 3º ciclo três anos. Relativamente à duração do primeiro ciclo em Serviço Social também se encontram algumas diferenças significativas pois, em algumas escolas a licenciatura em Serviço Social apresenta uma duração de 7 semestres enquanto que noutras a duração é ainda menor, de apenas 6 semestres.

Deste modo, a formação passa a ter outros constrangimentos como o facto de ter sido reduzida, não existem directrizes, ou seja, não existem orientações gerais na formação. Esta redução, no tempo de formação, não permitirá alargar muito “os horizontes” mesmo no que diz respeito ao tempo para a investigação/pesquisa, um factor essencial na formação tal como nos diz Paulo Netto.

Capítulo 3- Procedimentos Metodológicos da Investigação

Apresentam-se o objectivo geral e objectivos específicos e, a análise dos procedimentos metodológicos adoptados.

3.1- Objectivos – Geral e Específicos

- ◆ Investigar em que medida os alunos da licenciatura em Serviço Social das IES em Coimbra, futuros Assistentes Sociais, são informados sobre os problemas decorrentes das questões de discriminação relativamente à população cuja orientação sexual não se pauta pela norma da heterossexualidade e são sensibilizados para trabalhar com a população LGBT e seus movimentos.

- ◆ Analisar o lugar da sexualidade e da diversidade sexual na formação em Serviço Social a partir dos cursos do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) e da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC) no sentido de verificar se os conhecimentos transmitidos aos alunos de 1º ciclo contemplam e/ou problematizam temas relacionados com as questões de sexualidade e diversidade sexual;
- ◆ Proceder a um levantamento dos programas e referências bibliográficas das disciplinas ministradas no 1º ciclo em Serviço Social, das duas escolas, onde sejam abordados temas referentes à sexualidade e diversidade sexual;
- ◆ Auscultar a opinião dos alunos destas licenciaturas em Serviço Social relativamente ao tema em causa, verificar qual a sua posição no que respeita à necessidade de introduzir e/ou desenvolver uma componente da formação que apreenda as questões de diversidade sexual, assim como analisar quais as suas atitudes perante a diversidade sexual, étnica, racial, entre outras;
- ◆ Auscultar a opinião das coordenadoras científicas do 1º ciclo em Serviço Social quanto à formação, especificamente, quais as concepções que têm em relação às disciplinas existentes e se consideram a necessidade de abordar questões relacionadas com sexualidade e diversidade sexual na formação em Serviço Social.

3.2- Apresentação e análise dos procedimentos metodológicos adoptados

As técnicas e os métodos de investigação são procedimentos essenciais para alcançarmos determinados resultados na recolha e tratamento da informação.

Para esta pesquisa foi utilizada a técnica de análise documental. *A análise de documentos é dirigida a textos escritos que podem servir como fonte de informação para a*

pesquisa: planos, programas, leis, decretos, artigos, atas, relatórios, ofícios, documentos, panfletos, etc. (Marsiglia, 2001: 27).

Assim, foram analisados textos escritos sob a forma de livros, revistas e artigos disponíveis em bibliotecas e na internet, que serviram de fonte de informação para esta investigação. Alguns dados foram recolhidos a partir dos planos de estudos das duas IES analisadas, tendo seleccionado as UC que faziam referências à sexualidade e diversidade sexual. As obras analisadas no âmbito desta investigação foram, praticamente, na sua totalidade de índole internacional uma vez que em Portugal não se conhecem trabalhos desta natureza em articulação com o Serviço Social.

Desde a viragem para o século XXI tiveram lugar vários planos de estudos nos cursos de Serviço Social das IES estudadas. No ISMT, o plano de estudos de 2003/2004 (Portaria n.º 463/2003 de 3 de Junho) teve uma redução de 5 para 4 anos já sob os ventos de Bolonha. Após dois anos o plano de estudos é adequado a Bolonha e mais uma vez reduzido, passando a funcionar por sete semestres. Neste período a coordenadora do curso era a Prof.^a Doutora Alcina Martins, pois no ano lectivo 2008/2009 assumiram a coordenação deste curso a Prof.^a Doutora Clara Cruz Santos e a Prof.^a Doutora Helena Mouro.

Na FPCEUC o curso surge em 2005/2006 sendo a coordenação científica, na altura, assumida por uma professora da área da Psicologia. O plano de estudos é adequado a Bolonha em 2007. Presentemente é a Prof.^a Doutora Cristina Albuquerque a coordenadora científica deste curso.

Também se optou pelo método qualitativo e quantitativo. O método qualitativo facilita o levantamento de informações que nos levam a encontrar uma resposta para o problema definido, permitindo uma abordagem mais profunda do tema em questão.

Utilizou-se o método da entrevista¹⁰, um dos instrumentos mais utilizados nas pesquisas sociais. Este método distingue-se *pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana* (Quivy e Campenhoudt, 2005: 191). (...) *permitem captar melhor o que as pessoas pensam e sabem, observam também a sua postura corporal, a tonalidade da voz, os silêncios* (Marsiglia, 2001: 27).

Mais concretamente, utilizou-se a entrevista semidirectiva ou semidirigida uma vez que se dispunha de um guião de entrevista com perguntas abertas, não colocadas necessariamente pela ordem de anotação e, para as quais se pretendia receber informação por parte do entrevistado. Deste modo, deixou-se que o entrevistado falasse abertamente. Segundo

¹⁰ O Guião de Entrevista pode ser consultado no Apêndice 2.

Quivy e Campenhoudt, *com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier* (2005: 192,193).

Efectuaram-se duas entrevistas às coordenadoras científicas do 1º ciclo em Serviço Social das duas IES, as quais foram gravadas com a sua permissão. Assim, na FPCEUC entrevistou-se a Prof.^a Doutora Cristina Albuquerque¹¹ no seu gabinete a 15/07/09. No ISMT a entrevista decorreu com a Prof.^a Doutora Helena Mouro¹², no gabinete de Serviço Social a 16/07/09.

Optou-se por entrevistar as actuais coordenadoras, pois são as pessoas que os representam em colaboração com os restantes docentes dos cursos.

Ambas as entrevistas ultrapassaram a meia hora de diálogo, porém não chegaram a uma hora e foram transcritas na íntegra. As coordenadoras responderam a todas as questões colocadas sendo que em algumas das respostas se evidenciou que apresentaram opiniões pessoais não havendo uma fronteira entre a sua própria concepção e a formação em Serviço Social. Contudo, sabemos que não é possível descrever no texto escrito aquilo que foi o “ambiente” da entrevista, nomeadamente os gestos, silêncios, expressões faciais, entoação da voz, etc. Marsiglia chama-nos à atenção...*que cada indivíduo é portador da cultura e das subculturas às quais pertence e é representativo delas, pois interioriza os modelos de comportamento sociais por elas prescritos.* (2001: 38). Assim, as respostas dadas pelas coordenadoras representam as suas opiniões, pontos de vista, o que pensam e sentem.

Foram colocadas questões sobre a actual formação em Serviço Social, nomeadamente sobre o plano de estudos em vigor em ambas as instituições, UC e respectivas referências bibliográficas e as disponíveis nas bibliotecas. Atendendo ao documento *Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social*, já anteriormente explicitado, perguntou-se às coordenadoras se os cursos os tomam por referência para análise da formação.

A utilização desta metodologia tinha como finalidade auscultar a opinião das coordenadoras quanto à formação, especificamente, quais as concepções que têm em relação às disciplinas existentes e se consideram a necessidade de abordar questões relacionadas com sexualidade e diversidade sexual na formação em Serviço Social.

Relativamente ao método quantitativo, foi aplicado um inquérito por questionário¹³ a todos os alunos que frequentam o 1º ciclo em Serviço Social¹⁴ nas duas IES e, que se

¹¹ O curso de Serviço Social surgiu na FPCEUC no ano lectivo de 2005/2006. No seu início a coordenação científica era assumida por uma professora que não da área do Serviço Social.

¹² Actualmente a coordenação científica do curso de Serviço Social é repartida pela Prof.^a Doutora Helena Mouro e pela Prof.^a Doutora Clara Santos que assumiram a coordenação deste curso no ano lectivo de 2008/2009. Foi a Prof.^a Doutora Helena Mouro a entrevistada.

¹³ O Inquérito por Questionário pode ser consultado no Apêndice 3.

encontravam em sala de aula no momento de aplicação do referido inquérito. Era intenção administrar o questionário à totalidade dos alunos inscritos por ano lectivo, no entanto encontraram-se apenas 131 alunos, 86 da FPCEUC e os restantes 45 do ISMT.

Não dispondo do número efectivo de alunos matriculados a efectuar aquele ano lectivo mas, pelas estatísticas oficiais do Gabinete de Planeamento/Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI)¹⁵ foram inquiridos cerca de metade da totalidade de alunos matriculados nos cursos, se atendermos ao número de matriculados nestas duas IES de 2006/2007 a 2008/2009¹⁶.

Assim, na FPCEUC administrou-se o inquérito aos alunos do 2º, 4º e 6º semestres que correspondem ao 1º, 2º e 3º anos dado que os alunos do 7º semestre tinham terminado o curso em Janeiro/Fevereiro de 2009, entre 18 a 20 de Maio e no ISMT entre 27 a 29 de Maio do corrente ano. Os alunos levaram entre 15 a 20 minutos a responder ao inquérito.

Com a utilização deste método pretendia-se auscultar a opinião dos alunos relativamente ao tema em causa, verificar qual a sua posição no que respeita à necessidade de introduzir e/ou desenvolver uma componente da formação que apreenda as questões de diversidade sexual, assim como analisar quais as suas atitudes perante a diversidade sexual, cultural, étnica, racial, entre outras.

Segundo Quivy e Campenhoudt o inquérito por questionário *consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores* (Quivy e Campenhoudt, 2005: 188).

Este inquérito subdividiu-se em três partes, em que a primeira (A) dizia respeito à caracterização dos alunos. A parte (B), referente a aspectos sobre a formação em Serviço Social. A terceira (C) sobre as atitudes dos alunos perante cidadãos portadores de deficiência e pessoas de outra cultura, raça e orientação sexual. Pretendia-se perceber qual o grau de conforto dos alunos perante um colega deficiente, de outra religião, etnia, orientação sexual e raça. Para o tratamento estatístico dos resultados utilizou-se o programa SPSS (Statistical

¹⁴ Estes cursos após a adequação ao Processo de Bolonha têm uma distribuição por semestres. No entanto, ao longo do trabalho farei referência ao 1º, 2º e 3º anos correspondendo ao 2º, 4º e 6º semestres.

¹⁵ GPEARI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Pesquisado em <http://www.gpeari.mctes.pt/index.php?idc=172&idt=156> em 28/09/2009.

¹⁶ De acordo com as estatísticas referidas, no ano lectivo de 2006/2007 a FPCEUC contou com 50 alunos inscritos no 1º ano pela primeira vez; no ano lectivo 2007/2008 inscreveram-se igualmente 50 alunos e em 2008/2009 49 alunos; Relativamente ao ISMT, no ano lectivo 2006/2007 inscreveram-se 75 alunos; no ano seguinte, 2007/2008, 49 alunos; em 2008/2009 31 alunos.

Package of the Social Sciences), através do qual se apresentam os resultados em tabelas e gráficos.

Capítulo 4- Sexualidade e Diversidade Sexual nos cursos de 1º ciclo em Serviço Social no ISMT e na FPCEUC

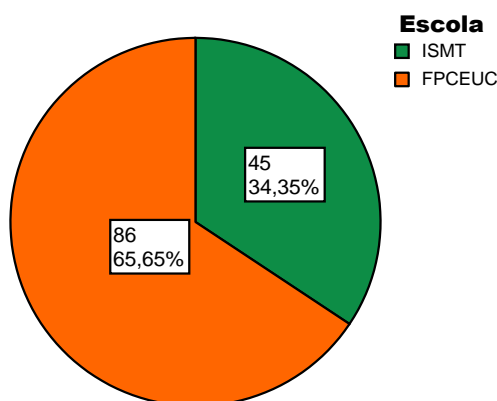
Neste ponto do trabalho faz-se a caracterização da população estudantil inquirida para esta pesquisa; analisam-se os planos de estudo¹⁷, programas de UC e referências bibliográficas relativos a esta temática, sob a perspectiva dos alunos inquiridos e segundo a coordenação científica dos cursos. Igualmente se analisam as perspectivas (anti)discriminatórias na formação em Serviço Social segundo os alunos e a coordenação dos cursos.

As atitudes dos alunos face aos cidadãos portadores de deficiência e à diversidade cultural, racial e sexual são outro dos pontos a abordar.

4.1- Caracterização da população estudantil inquirida

Como se referiu anteriormente, foram inquiridos em contexto de sala de aula 131 alunos. O número de alunos diferenciado numa e noutra escola não permitiu que a amostra fosse a prevista. Assim, na FPCEUC foram inquiridos 86 alunos (65,65%) e no ISMT 45 alunos (34,35%), verificando-se, deste modo, uma menor presença às aulas por parte dos alunos do ISMT (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Número e Percentagem de alunos inquiridos por Estabelecimento de Ensino



Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Dos 86 alunos inquiridos na FPCEUC, 24 frequentavam o 1º ano, 31 o 2º e outros 31 o 3º ano de 1º ciclo em Serviço Social. No ISMT encontraram-se menos alunos aquando da

¹⁷ Os Planos de Estudos dos cursos de 1º ciclo em Serviço Social do ISMT e da FPCEUC podem ser consultados em Anexo, respectivamente Anexo 1 e 2.

administração do inquérito, pois foram inquiridos apenas 12 alunos do 1º ano, 11 do 2º ano e 22 a frequentarem o 3º ano desta licenciatura (Tabela 1).

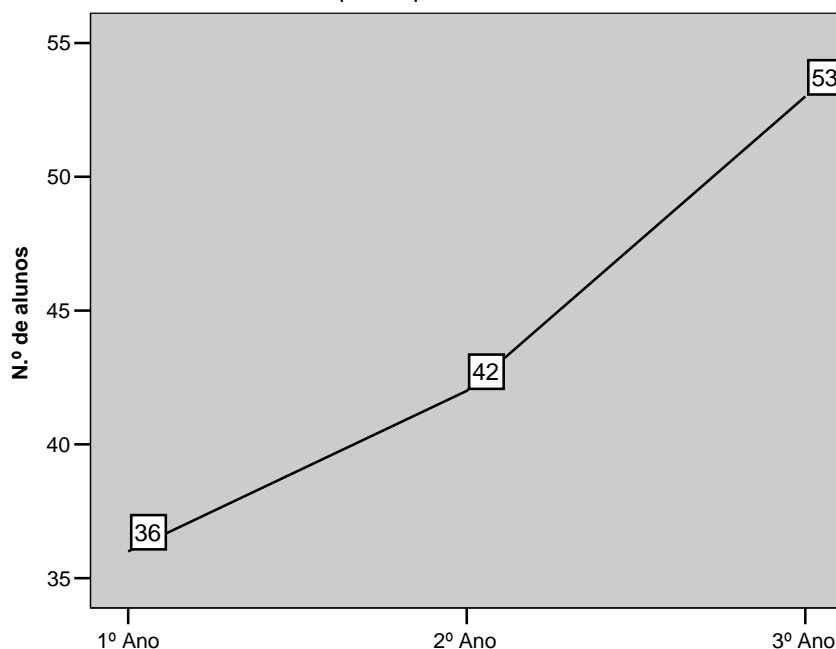
Tabela 1 - Distribuição dos alunos inquiridos por ano e por IES

Count		Ano que frequenta			Total
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	
IES	FPCEUC	24	31	31	86
	ISMT	12	11	22	45
Total		36	42	53	131

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Deste modo, verifica-se que o maior n.º de alunos inquiridos frequentava o 3º ano de 1º ciclo em Serviço Social. A frequentar o 1º ano foram inquiridos 36 alunos. Do 2º ano 42 alunos e 53 alunos do 3º ano de ambas as IES (Gráfico 2).

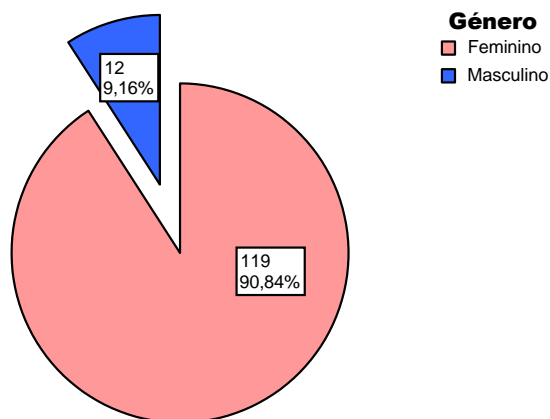
Gráfico 2 - N.º e percentagem de alunos inquiridos por ano da licenciatura que frequentam



Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

No que diz respeito ao género, verificou-se que a esmagadora maioria dos alunos inquiridos pertence ao género feminino (90,8%) sendo os restantes 9,2% do género masculino (Gráfico 3).

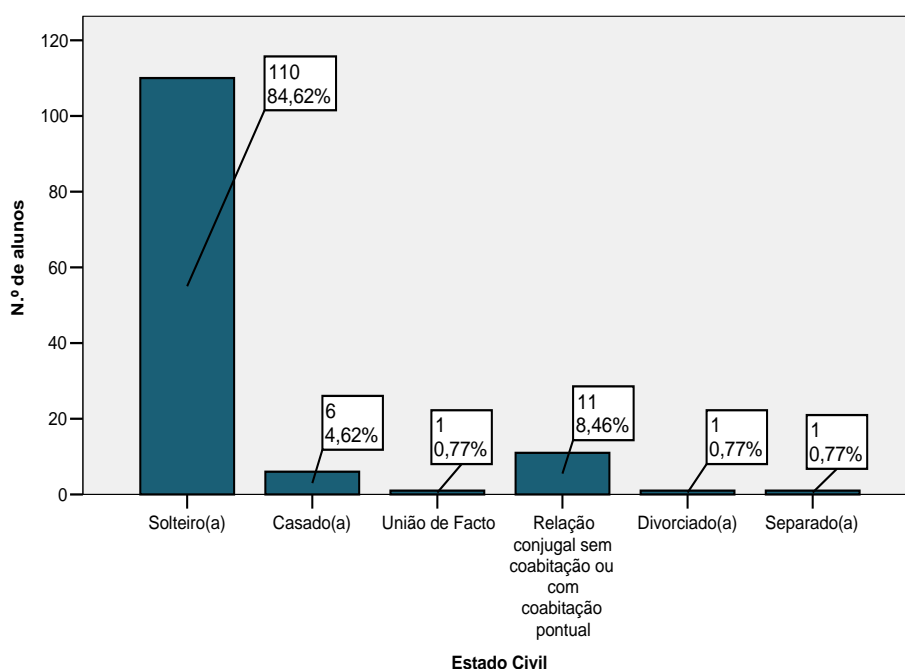
Gráfico 3 - Género (masculino/feminino) N.º e % de alunos



Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Relativamente ao estado civil, 84% dos 131 alunos encontram-se no estado de solteiros; 11 inquiridos (8,4%) referem ter uma relação conjugal sem coabitação ou com coabitação pontual e seis alunos são casados. As restantes situações são residuais, 1 aluno divorciado e outro separado. Um inquirido não respondeu qual o seu estado civil (Gráfico 4). Este facto também se explica pelas idades sendo que 75,5% dos alunos têm entre 18 e 23 anos. É de registar que 6 dos inquiridos não responderam à questão idade. A média de idades é de 22,49 anos. Estas variam entre os 18 e os 51 anos.

Gráfico 4 - Estado Civil dos alunos inquiridos (n.º e % de alunos)



Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Quanto à nacionalidade, 94,7% dos alunos inquiridos têm nacionalidade portuguesa, encontrando-se os restantes 5,3% (7 alunos) com nacionalidade Brasileira, Espanhola, dos EUA, Angolana, Venezuelana e dois com dupla nacionalidade, Brasileira/Portuguesa e Portuguesa/Sul-africana (Tabela 2).

Tabela 2 - Nacionalidade dos alunos inquiridos

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Portuguesa	124	94,7	94,7
Brasileira/Portuguesa	1	,8	95,4
Brasileira	1	,8	96,2
Espanhola	1	,8	96,9
Estados Unidos da América	1	,8	97,7
Portuguesa/Sul Africana	1	,8	98,5
Angolana	1	,8	99,2
Venezuelana	1	,8	100,0
Total	131	100,0	

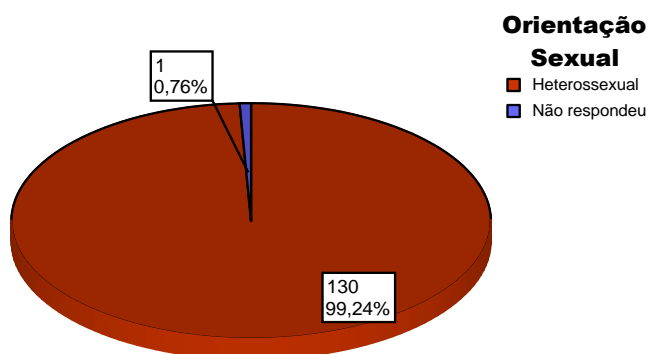
Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Já em relação ao concelho de residência dos alunos inquiridos os resultados não são assim tão uniformes pois, apresentaram-se 66 concelhos diferentes espalhados um pouco por todo o país incluindo a ilha da Madeira com o concelho de Machico. Contudo 26,7% dos inquiridos (35 alunos) reside no concelho de Coimbra. Os outros encontram-se divididos pelos restantes concelhos, alguns referenciados por apenas um, dois e três alunos.

Verificou-se, também, que 19% dos alunos para além de frequentarem o curso de Serviço Social trabalham. Esta situação evidenciou-se mais junto dos alunos do ISMT, uma vez que em 45 alunos inquiridos 26,7% trabalha enquanto que os alunos da FPCEUC que possuem outra actividade para além de estudar representam apenas 15,1% da percentagem total de inquiridos na referida IES.

No que diz respeito à orientação sexual, todos os alunos inquiridos, à excepção de um aluno que não respondeu a esta questão, referiram ser heterossexuais (Gráfico 5). Deste modo, também responderam nunca terem sido alvo de qualquer tipo de discriminação, em contexto algum, por razões ligadas à sua orientação sexual.

Gráfico 5 - Posicionamento perante a própria orientação sexual



Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Relativamente aos motivos pelos quais escolheram o curso de Serviço Social os alunos apresentaram vários, embora 11,4% dos alunos não tenham respondido a esta questão. Chama-se, também, à atenção que esta percentagem é praticamente preenchida por alunos do ISMT, pois da FPCEUC apenas um aluno não respondeu enquanto que do ISMT foram 14 alunos. Dos 23,6% que responderam no ISMT apresentaram como motivos para a escolha deste curso:

“curiosidade”; “Prestar auxílio a quem necessita”; “É uma área que sempre me cativou”; “Participar activamente no que diz respeito à aplicação de política sociais”; “Sinto que tenho vocação”; Interesse pela profissão”; Realização pessoal”; “Gosto de estar em contacto com as pessoas e a oportunidade de poder ajudar o outro”; e alguns motivos um pouco mais distantes da vontade própria para o exercício profissional como “Não ter tido média para frequentar o curso de psicologia no ensino público e por este ser um curso igualmente relacionado com pessoas” e “Por possuir uma instituição no âmbito familiar onde é necessário uma Assistente Social”¹⁸.

Assim, na totalidade dos alunos inquiridos, os da FPCEUC representam 64,8%. Estes apontaram como razões para a escolha do curso:

“o facto de poder ter a oportunidade de vir a minimizar alguns aspectos negativos ligados à sociedade”; A vontade de ajudar os mais necessitados”; “ Realização pessoal e devido à carreira”; “A ânsia de uma transformação da sociedade em que vivemos, mudança de sistemas e valores”; “Porque é uma área de grande interesse e com bastante mobilidade social, ou seja, podemos trabalhar com vários grupos vulneráveis”; “Tentar proporcionar às gerações futuras uma sociedade mais justa e equitativa”; “Todos temos o dever de ajudar, orientar, encaminhar o próximo, escolhi este curso porque o queria fazer de uma maneira mais especializada”, entre outros aspectos. Junto destes alunos também se verificaram alguns

¹⁸ Relativamente às respostas dadas pelos alunos nas questões abertas, optei por colocar no texto as que considerei mais completas e de acordo com a pergunta que era colocada. Portanto, não coloquei todas as respostas dadas pelos alunos.

motivos mais relacionados com benefício próprio como “Por ser um curso que não tem línguas no currículo”; Gostava de trabalhar na área da 3ª idade e depois os meus pais construíram um Lar e foi aí que escolhi Serviço Social sem dúvidas nenhuma”; Ter um vínculo laboral ao Ministério da Justiça”¹⁹.

Salienta-se que a distribuição dos alunos permite encontrar diferentes estádios de conhecimento, pois o maior número de alunos inquiridos frequentava o 3º ano. Por se encontrarem mais avançados na formação têm maior visibilidade, diferentes opiniões e conhecimentos mais abrangentes e fundamentados sobre o que é ou não abordado na licenciatura, uma vez que realizaram mais UC, trabalhos teóricos e práticos, entre outras experiências.

4.2- Análise dos Planos, Programas de Unidades Curriculares e referências bibliográficas relativos à temática

Os cursos de 1º ciclo em Serviço Social nestas IES após a adequação ao processo de Bolonha têm a duração de 7 semestres. Na FPCEUC a adequação foi aprovada pelo Despacho n.º 4571/2007, de 13 de Março com o n.º de registo: R/B – AD – 318/2007. No ISMT sob a Portaria n.º 13129/2006, de 6 de Junho (DR. 2ª Série n.º 119 de 22 de Junho de 2006).

O Plano de estudos da FPCEUC apresenta 38 UC das quais 33 são de carácter obrigatório e 5 de opção escolhidas do elenco do Mestrado Integrado em Psicologia e/ou da licenciatura em Ciências da Educação. No ISMT o número total de UC é de 40, 38 obrigatórias e 2 de opção. Estas duas UC de opção são escolhidas de entre as áreas de Serviço Social, Sociologia, Comunicação ou Línguas, sendo estas duas últimas áreas de outros cursos de 1º ciclo do ISMT. Os Núcleos de estudo são disciplinas obrigatórias da área científica de Serviço Social integrando sete linhas temáticas optativas escolhendo os alunos duas delas.

A duração do estágio curricular também difere entre os dois cursos, uma vez que na FPCEUC o estágio curricular pré profissional de Serviço Social se realiza no último semestre de estudos. No curso de Serviço Social do ISMT o estágio curricular tem a duração de dois semestres, Estágio I no 6º semestre e Estágio II no 7º semestre. Ambos os cursos permitem o acesso a um nível de estudos superiores seja, acesso a estudos de 2º ciclo.

Se analisarmos os objectivos das duas licenciaturas também se verificam determinadas diferenças. No curso do ISMT a área científica de Serviço Social concebe-se como estruturante do Plano de estudos. *Pretende-se que a formação dos futuros Assistentes Sociais conduza à construção de uma postura plural, crítica e promotora da efectividade dos Direitos Humanos e da cidadania, baseada em princípios e valores com o desenvolvimento*

¹⁹ *Idem.*

da autonomia, emancipação e empowerment dos sujeitos sociais.²⁰ Com esta formação pretende-se desenvolver nos alunos:

O conhecimento das relações e determinações históricas e sócio-políticas e principais correntes do pensamento que influenciam a trajetória de Serviço Social como profissão e área disciplinar, que tem de ser analisada no tempo e no lugar, com os seus limites/constrangimentos e potencialidade/possibilidades; A análise da sociedade portuguesa, inserida no espaço europeu e internacional, do ponto de vista histórico, político, económico, social e cultural, de forma a contextualizar o campo do Serviço Social, as solicitações existentes e emergentes e as suas tendências; O equacionar das relações entre o Serviço Social e as Políticas Sociais, não só ao nível da intervenção, mas também ao nível da concepção, elaboração e avaliação de programas, projectos e medidas de política; A compreensão da vertente teórico-metodológica e ético-política que permita desenvolver as competências da intervenção, da planificação, da avaliação e da investigação no Serviço Social, de forma a fazer face aos novos desafios e solicitações que se colocam nas sociedades contemporâneas e particularmente em Portugal; O reforço da formação teórico-prática a partir dos primeiros anos do curso, em várias áreas disciplinares, seguindo uma estratégia pedagógica contínua, designadamente na área de Serviço Social – de observatório, oficina, trabalho de campo e de projecto e núcleos de estudo – que culmina no terminus do curso, com a realização do estágio e a elaboração do trabalho final de curso; A intensificação das relações entre a formação académica e a realidade social, institucional e sócio-profissional através dos núcleos e dos estágios, com supervisão científica, pedagógica e profissional.²¹

O curso da FPCEUC tem como objectivos:

A licenciatura em Serviço Social, consagrando uma articulação complexa de saberes teóricos (multidisciplinares), metodológicos e operativos, visa capacitar os futuros assistentes sociais para a análise crítica, avaliação e transformação de contextos e políticas sociais, sob o enfoque da qualidade de vida, do desenvolvimento social, dos direitos humanos e da Justiça Social. Mediante a utilização fundamentada de conhecimentos sobre o comportamento humano e sobre os sistemas sociais, políticos e económicos, o Serviço Social constitui-se como um mecanismo primordial, e amplamente reconhecido, na resposta a necessidades e problemas sociais, complexos e transversais, no planeamento, avaliação e execução de políticas sociais, bem como na construção de estratégias integradas de reconstituição da coesão social e da efectivação do desenvolvimento humano e territorial.²²

Ao analisar os planos de estudos das duas licenciaturas e ao proceder ao levantamento dos conteúdos programáticos e referências bibliográficas de UC ministradas verifica-se que:

²⁰ Retirado do site oficial do ISMT – http://www.ismt.pt/licenciaturas/servico_social.html (16/01/2009).

²¹ *Idem.*

²² Retirado do site oficial da FPCEUC – <https://woc.uc.pt/fpce/course/infocurso.do?idcurso=38> (16/01/2009).

no **ISMT** algumas de carácter obrigatório ou opcional, aludem a estas questões, nomeadamente UC da área científica de Serviço Social como *Direitos Humanos e Serviço Social; História e Identidade do Serviço Social; Teorias Sociais Contemporâneas; Ética e Deontologia em Serviço Social e Educação para a Saúde e Sexualidade* e as UC da área científica da Psicologia e Sociologia respectivamente *Psicologia Social e de Grupos e Sociologia*.

Assim, a UC ***Direitos Humanos e Serviço Social*** (1º semestre) apresenta uma bibliografia bastante rica no que diz respeito à promoção da igualdade e inclusão, a práticas anti-opressão, anti-discriminação, ou seja, tudo o que tenha em consideração o respeito pelos direitos humanos.

A UC ***Psicologia Social e de Grupos*** (2º semestre) também apresenta nos seus conteúdos programáticos um ponto referente à discriminação e preconceito -*O julgamento social: preconceitos, discriminação e estereótipos*.

Na UC de ***Sociologia*** (1º semestre) uma parte do programa é dedicada a temas específicos a serem apresentados pelos alunos, um dos quais sobre *Género e Sexualidade*. Os temas são retirados da obra de Anthony Giddens (1997) *Sociologia*.

A UC ***História e Identidade do Serviço Social*** (1º semestre), apresenta como introdução à disciplina um ponto sobre *Serviço Social, justiça social e direitos humanos*.

A UC ***Teorias Sociais Contemporâneas*** (2º semestre), em que a parte II do programa apresenta alguns pontos onde são referidas questões sobre sexualidade e diversidade sexual, nomeadamente, o ponto 2 *Sexo e Género: as origens das diferenças sexuais* e o ponto 6 *Violência doméstica, raça, cultura*. Na bibliografia também são referidas algumas obras, respectivamente, *Identidade e Violência – a Ilusão do Destino* de Amartya Sen (2007); *Domestic Violence at the Margins. Reading on race, class, gender and culture* de Natalie Sokoloff (2007).

A UC ***Ética e Deontologia em Serviço Social*** (4º semestre) referente aos princípios éticos e deontológicos do Serviço Social. O respeito pelos direitos humanos, liberdade, dignidade humana e justiça social são fundamentais.

E, a UC de opção ***Educação para a Saúde e Sexualidade*** (4º semestre). Esta UC, tal como a própria designação indica, refere-se a temas sobre sexualidade. Assim, tanto os conteúdos programáticos como as referências bibliográficas mencionam questões sobre sexualidade e diversidade sexual. Faz parte dos conteúdos programáticos o estudo sobre vários conceitos como, educação, saúde, sexualidade e educação da sexualidade; a carta dos direitos sexuais e reprodutivos; modelos de educação da sexualidade; Também é proposto aos

alunos a realização de um trabalho de grupo a apresentar e discutir em sala de aula sobre temáticas específicas, nomeadamente, *Sexualidade na Infância e Orientação Sexual; Sexualidade na Adolescência, Planeamento Familiar, Gravidez e sua interrupção; Doenças Sexualmente Transmissíveis e sua prevenção; Abuso Sexual, Pedofilia e Violação; Deficiência, Envelhecimento e Sexualidade; Novas Tecnologias: as implicações sociais, económicas e bioéticas.*

A bibliografia é diversificada, por exemplo, *Breve história do sexo* de Bantman Béatrice; *Educação da Sexualidade no dia-a-dia da prática educativa* de Alda Dias; *Educação Sexual, caminhos possíveis* de Hermenegildo e Forreta; *História da Sexualidade I* de Michel Foucault; *Sexualidade e envelhecimento* de Mónica Maia e Gerson Lopes; *Para compreender a sexualidade* de António Fuertes e Félix Sánchez; *Sexualidade de A a Z* de Nuno Nodin; *O Sexo por cá* de José Pacheco; *Guia de Educação Sexual e Prevenção do Abuso* de Manuela M. Pereira; *Corpo, Sexualidade e Violência Sexual* de Marlene B. Rodrigues; *Educação sexual na escola* de Machado Vaz et Al; *Aborto: o ponto de vista da bioética* de Elio Sgreccia, etc.

Relativamente à **FPCEUC** distinguem-se os conteúdos programáticos de UC da área científica de Serviço Social e Psicologia. No entanto, apenas uma UC da área científica de Serviço Social se evidencia, *Ética e Deontologia do Serviço Social*, ainda que esteja mais relacionada com a questão de direitos humanos, não apresentando uma relação directa com as questões de sexualidade e diversidade sexual. Da área científica da Psicologia apresentam-se as UC, *Comportamentos Anti-Sociais e Intervenção* e *Questões Psicossociais do Envelhecimento*.

Deste modo, a UC ***Comportamentos Anti-Sociais e Intervenção*** (3º semestre), mais concretamente, no ponto 9 “*Algumas questões éticas, científicas e culturais*” apresenta um subponto sobre *a questão do abuso sexual*. A bibliografia propõe duas obras sobre sexualidade, embora não relacionadas directamente com as questões de diversidade sexual. São elas, *A reabilitação dos delinquentes sexuais in Psicologia e Justiça* de A. Fonseca e *Tratamento dos autores dos delitos sexuais in Psicologia Forense* de A. Fonseca et Al..

A UC ***Questões Psicossociais do Envelhecimento*** (5º semestre). A parte IV do programa faz referência aos Mitos e preconceitos acerca do envelhecimento e da população idosa, em que alguns mitos e preconceitos estão relacionados com a sexualidade nos idosos.

E, a UC ***Ética e Deontologia do Serviço Social*** (7º semestre) que apresenta no módulo IV *Em torno dos fundamentos para uma ética social* um subponto referente às *exigências de uma ética global: Direitos Humanos e a construção da Paz; Os fundamentos éticos da Justiça*

Social. Aqui são abordadas as questões relacionadas com os princípios éticos e deontológicos do Serviço Social, podendo ser abordadas as questões relacionadas com o respeito pelos direitos humanos, pela igualdade e liberdade, pela justiça social, pela diversidade seja racial, sexual, étnica, etc.

Comparando as duas IES, verifica-se que são mais as UC do ISMT que incluem em partes ou pontos do programa questões sobre discriminação, sexualidade e diversidade sexual tendo também uma UC que se direcciona especialmente para estas questões: *Educação para a Saúde e Sexualidade*.

A FPCEUC não apresenta nenhuma UC cuja designação apreenda estas questões. No que diz respeito às referências bibliográficas, nas UC do curso da FPCEUC também não se identificaram obras, textos, artigos ou outros sobre estas questões.

4.2.1- Segundo a perspectiva dos alunos inquiridos

No inquérito por questionário solicitava-se aos alunos que assinalassem, de entre temas propostos, aqueles que constassem dos programas das UC que já tivessem realizado. Os temas apresentados foram *Gravidez na adolescência*; *Planeamento familiar (métodos contraceptivos)*; *Aborto (interrupção voluntária da gravidez)*; *Sexualidade nos idosos*; *Doenças sexualmente transmissíveis (formas de prevenção e tratamento)*; *Diversidade sexual/orientação sexual* e *Abusos sexuais e outros tipos de agressão*.

Após analisar as respostas dadas pelos 131 alunos inquiridos verificou-se que 22,9% deles não assinalaram qualquer dos temas, considerando na resposta seguinte que nenhum dos temas apresentados foi abordado em UC que realizaram. Dos restantes alunos, 54,8% assinalaram mais do que um dos temas propostos e 22,3% referiram apenas um de entre os sete temas. Assim, seis dos alunos inquiridos (4,6%) assinalaram apenas o tema *Gravidez na adolescência*; um aluno (0,8%) referiu ter sido abordado apenas o tema *Planeamento Familiar (métodos contraceptivos)*; dois alunos (1,5%) o tema *Aborto (interrupção voluntária da gravidez)*; *Sexualidade nos idosos* foi mencionado por quatro alunos (3,1%); outros três alunos (2,3%) referiram o tema *Doenças sexualmente transmissíveis (formas de prevenção e tratamento)*; quatro alunos (3,1%) o tema *Diversidade/orientação sexual* e, os restantes 9 alunos (6,9 %) assinalaram apenas o tema *Abusos sexuais e outros tipos de agressão*.

Relativamente às UC onde essas temáticas foram abordadas, dos 86 alunos inquiridos na FPCEUC, 59 (68,6%) referiram as UC de *Introdução Fundamental de Direito*; *Contextos de Desenvolvimento Humano*; *Psicologia Social*; *Comportamentos Anti-Sociais e Intervenção*; *Sociologia do Desenvolvimento e das Transformações Sociais*; *Serviço Social e*

Sectorial I; Contextos Sociais de Desigualdades e Exclusão; Psicossociologia da Família e a UC de opção, *Género e Educação*. Os restantes 27 (31,4%) não responderam.

No ISMT dos 45 alunos inquiridos, 37 (82,2%) mencionaram a UC de opção *Educação para a Saúde e Sexualidade* e as UC de *Serviço Social e Política Social IV- Desvio, Justiça e Reinserção Social; Direito Social I; Direitos Humanos e Serviço Social; Antropologia; Sociologia; Psicologia e Teorias Sociais Contemporâneas*. Os restantes não responderam à questão (8 alunos).

Salienta-se que os alunos que frequentam o 1º ano, do 1º ciclo em Serviço Social, foram aqueles que menos responderam a esta questão, talvez pelo facto de ainda terem frequentado poucas UC. No ISMT responderam 8 alunos em 12 inquiridos do 1º ano. Na FPCEUC também 8 alunos do 1º ano, em 24 que foram inquiridos.

Pode verificar-se que as UC referidas pelos alunos não coincidem totalmente com aquelas que mencionei como tendo nos seus conteúdos programáticos e nas referências bibliográficas temas que abordassem as questões de sexualidade e diversidade sexual. Isto deve-se ao facto, como referiram alguns alunos, de que em certas UC os temas não aparecem explícitos nos programas e/ou referências bibliográficas mas, por vezes, surgem a propósito de debates nas aulas e de trabalhos de grupo e/ou individuais, que os alunos têm de realizar, optando alguns por estas questões.

Solicitou-se, também, aos alunos que identificassem alguma(s) obra(s) sobre diversidade sexual/orientação sexual que já tivessem lido e que lhe tivesse(m) sido referenciada(s) nas UC e, se pessoalmente conhecem ou já leram alguma obra que aborde estas questões.

Do ISMT responderam a esta questão apenas 6 alunos (13,3%), que referiram a obra de Marlene Braz Rodrigues *Corpo, Sexualidade e Violência Sexual*²³. Na FPCEUC obteve-se a resposta de apenas 3 alunos (3,48%). Estes referiram a obra *Mamãs de Palmo e Meio*, (2003) coordenação de Otília Roque²⁴ e *Adrian Mole aos 13 anos e ¾*, seja *O Diário de Adrian Mole aos 13 anos e ¾* (2005) de Sue Townsend.

Relativamente à segunda questão os alunos da FPCEUC responderam as mesmas obras que referiram anteriormente. Já os alunos do ISMT acrescentaram a obra de Élio

²³ Marlene Braz Rodrigues é licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL). Efectuou o mestrado e doutoramento na mesma área na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ao abrigo de um protocolo com o ISSSL. A obra referenciada pelos alunos constitui a sua tese de doutoramento.

²⁴ Otília Roque é psicóloga da Associação de Planeamento Familiar. Tem publicado várias obras no âmbito da sexualidade na adolescência, nomeadamente a questão da gravidez na adolescência.

Sgreccia *Aborto - O ponto de vista da Bioética* (2006) e a obra de António Manuel Marques e Ivone Félix *E nós...somos diferentes?*, da APF sobre sexualidade e deficiência.

Assim, verifica-se que os alunos do ISMT referem o livro que constitui a tese de doutoramento em Serviço Social, para Assistentes Sociais enquanto que os alunos da FPCEUC referem obras apenas associadas à adolescência e direccionadas para a área da psicologia. A questão dos direitos, do preconceito e da discriminação parece passar ao lado sendo mais por via da saúde sexual e reprodutiva que a sexualidade é analisada.

4.2.2- Abordagem segundo a coordenação científica dos cursos

As coordenadoras científicas do curso também foram questionadas quanto à existência, ou não, de disciplinas da área científica de Serviço Social que contenham conteúdos programáticos que abordem especificamente as questões de discriminação. As respostas obtidas foram as seguintes:

“Existem. Aliás há uma UC onde está incluído o Serviço Social anti-discriminatório e anti-opressivo. Penso que é em *Teorias e Metodologias do Serviço Social*.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social do ISMT).

“Se se refere a uma disciplina que se baseie nesse tipo de questões não. (...) Especificamente uma disciplina sobre esse assunto não existe, acho que é estruturante dos conteúdos que são abordados em diversas disciplinas particularmente na disciplina de *Ética e Deontologia* mas também no domínio da *Política Social*... logo na *Introdução ao Direito* nós procuramos não apenas dar aos nossos estudantes referenciais históricos mas sobretudo pensar sobre eles...portanto mesmo numa disciplina desde logo histórica do Serviço Social essa ideia está subjacente ou esse conceito está subjacente.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social da FPCEUC).

Perguntou-se, também, sobre se existe alguma preocupação por parte da coordenação da licenciatura, no sentido dos conteúdos programáticos não serem discriminatórios e/ou omissos relativamente às questões em apreço.

“ Sim. Não está de maneira nenhuma discriminatório ou omissos. Em *Direitos Humanos*, disciplina que dei, a vertente de Serviço Social anti-discriminatório foi dada com muito cuidado e até objecto de avaliação. Está implícito na ligação dos direitos humanos a não discriminação em termos de princípios. Na UC *Teoria e Metodologias* está explícito assim como as correntes feministas do Serviço Social, todas essas novas correntes que aparecem pouco na ramificação das correntes clássicas do pensamento do Serviço Social. Por outro lado não consigo conceber uma prática de Serviço Social em termos profissionais sem que esteja subjacente e sustentada neste princípio da não discriminação. O quer por vezes não é a cultura dominante mas tudo bem. O nosso papel nós fazemos, alertamos para isso.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social do ISMT).

“Claro que se nós procuramos promover um ensino que à partida se orienta para um pensamento crítico em relação àquilo que convém ser os posicionamentos políticos, sociais, ideológicos e outros, que condicionam uma prática discriminatória obviamente que nós tentamos que não apenas os conteúdos vão nesse sentido mas que a nossa própria postura também seja exemplificativa daquilo que ensinamos. A grande aprendizagem é de facto nós termos perante ou outros, também, uma atitude que seja elucidativa daquilo que pensamos. Tentamos que essa prática quotidiana seja também a tradução para além do ensino, para além de um conjunto de trabalhos que eles vão fazendo e que à partida nos permitem ir ponderando essas questões, o que poderíamos chamar de unidade de observação em contexto que vamos tendo ao longo do curso. O estágio é um momento privilegiado em que se discutem essas questões no quotidiano, vamos promovendo esse tipo de práticas não discriminatórias.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social da FPCEUC).

Embora não sendo uma responsabilidade directa e única das coordenações, a bibliografia das UC, assim como as obras existentes na biblioteca sobre as questões de discriminação, perguntou-se às coordenadoras se as consideram suficientes ou se devem ser reforçadas.

“É obrigação não só da coordenação mas também de todos os docentes na sua relação com o Serviço Social e com a formação em apelarem à biblioteca para adquirir as obras que consideram importantes para a formação dos alunos. Deve haver também uma preocupação grande dos docentes, seja de Serviço Social ou não, em ter presente a questão da não discriminação. Porém acredito que nem sempre acontece.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social do ISMT)

“(…) Que eu tenha conhecimento não existem propriamente textos que se orientem especificamente e linearmente para esse objectivo. Se a base do curso é ponderar aquilo que são as condições sociais de existência obviamente que a abordagem de grupos que pelas suas características e pelo seu enquadramento social podem ser sujeitos a discriminação está subjacente um conjunto de obras que nós temos e que nós promovemos. Nós ainda estamos a construir a nossa biblioteca. Se aquilo que serve de base às propostas anuais de compra da bibliografia são as questões de discriminação, não lhe posso dizer que seja assim. O princípio base é assegurar que todas as UC tenham um conjunto de manuais que são essenciais para a aprendizagem.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social da FPCEUC).

Assim, verifica-se que a bibliografia existente e disponível para os alunos de 1º ciclo em Serviço Social sobre as questões de discriminação é praticamente inexistente, situação que se prende com o facto dos alunos referirem apenas duas ou três obras sobre estas questões.

4.3- Perspectivas (anti)discriminatórias na formação em Serviço Social

4.3.1- Segundo os inquiridos

Quando os alunos foram questionados sobre se já presenciaram alguma situação de discriminação com base na orientação sexual, não os envolvendo directamente, 58,8% dos alunos afirmam ter presenciado situações de discriminação em função da orientação sexual, situação que contraria a posição anteriormente tomada relativamente a nunca terem sido alvo de discriminação. Os restantes 41,2% dizem nunca ter assistido a uma situação de discriminação com base na orientação sexual (Tabela 3).

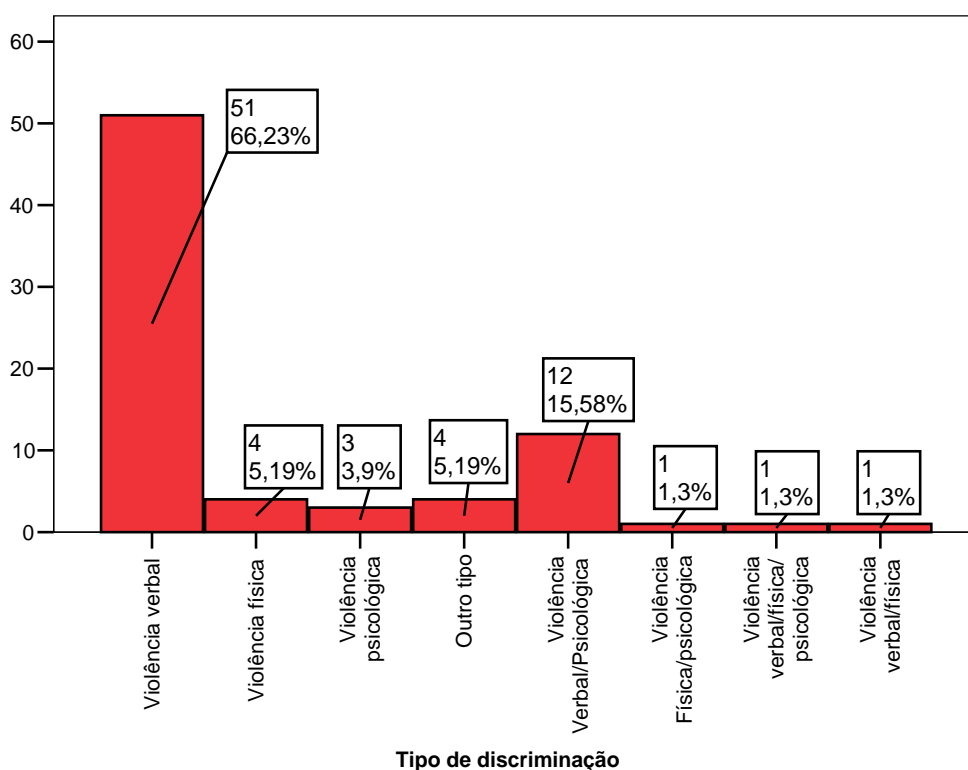
Tabela 3 - Situações de discriminação com base na orientação sexual presenciadas pelos alunos

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Sim	77	58,8	58,8
Não	54	41,2	100,0
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Quanto ao tipo de discriminação que presenciaram, 66,23% dos alunos referiram *Violência Verbal*; 15,58% mencionaram *Violência Verbal/Psicológica*; 5,19% *Violência Física*; 3,9% *Violência psicológica*; 5,19% outro tipo de violência, designadamente exclusão; 1,3% referiram *Violência Verbal/Física/Psicológica*; 1,3% *Violência Física/Psicológica* e os restantes 1,3% disseram *Violência Verbal/Física* (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Tipo de discriminação que presenciou (N.º e % de alunos)



Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Relativamente ao facto de terem ou não conhecimento de pessoas que foram alvo de discriminação com base na orientação sexual, 48,9% dos alunos referiram ter conhecimento e os restantes 50,4% não. Um aluno (0,8%) não respondeu à questão (Tabela 4).

Tabela 4 - Conhecimento dos alunos relativamente a pessoas que foram alvo de discriminação

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Sim	64	48,9	49,2
Não	66	50,4	100,0
Total	130	99,2	
Não respondeu	1	,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Quando questionados, *Face ao conhecimento de uma situação de discriminação que informação prestaria à pessoa que fora vítima de agressão/discriminação?* 31,3% do total de alunos inquiridos não responderam à questão. Do ISMT mais de metade dos alunos (55,5%) não responderam a esta pergunta. A percentagem de alunos que respondeu (44,5%) referiu informar a vítima de agressão/discriminação:

“Sobre os seus direitos”; “Que somos todos iguais perante a lei e que cada um tem direito a ter a orientação sexual que deseja, sem que isso seja razão para ser discriminado ou agredido.”; Dava-lhe ânimo para não desistir dos seus ideais porque vivemos numa sociedade livre e democrática.”; “Se a agressão fosse física informá-la-ia dos devidos procedimentos para uma denúncia.”.

No que diz respeito aos alunos da FPCEUC foram mais aqueles que responderam pois, apenas 18,6% dos alunos inquiridos nesta IES não responderam à questão. Os que responderam (81,4%) mencionou informar a vítima sobre:

“a existência de entidades (associações) que prestam apoio ao nível de ajuda psicológica ou outras.”; “a existência de uma lei que proíbe a discriminação.”; “de que a discriminação é crime e para apresentar queixa junto das autoridades competentes.”; consciencializar a pessoa “ dos seus direitos em manifestar a sua orientação sexual e na contribuição que isso teria na sua qualidade de vida”; “Informá-la-ia de que a violência (qualquer que seja) e a discriminação são crime e atentados à pessoa e à sua liberdade e como tal, devem ser denunciados e punidos e, não constituem motivo de embaraço, vergonha, humilhação ou inibição.”;

Contudo, houve um aluno da FPCEUC que referiu informar a vítima de agressão/discriminação para se orientar e acordar para a vida. No final do inquérito por questionário existia um espaço onde os alunos podiam escrever o que consideravam importante a respeito da temática e questionário. Este aluno relatou não ser a favor da homossexualidade, “*considero-os pessoas que necessitam de reeducação sexual*”. Ainda assim, verificamos que os alunos da FPCEUC apresentaram respostas mais elucidativas e fundamentadas que, em casos reais, esclareciam e informariam melhor as pessoas vítimas de agressão/discriminação.

Relativamente ao conhecimento do artigo 13º da CRP, que proíbe a discriminação em função da orientação sexual, por parte dos alunos verificou-se que 50,3% referem conhecer este artigo enquanto que 48,8% mencionou não ter conhecimento. Um aluno (0,8%) não respondeu. No entanto, se analisarmos os dados referentes à totalidade de alunos inquiridos em cada escola, nota-se que são os alunos da FPCEUC que menos conhecimento têm sobre a existência deste artigo uma vez que 56% referiu não conhecer. Já os alunos do ISMT, 62,2% confirmaram conhecer, 35,6% não têm conhecimento e, um aluno não respondeu (2,2%) (Tabela 5).

Tabela 5 - Conhecimento do artº 13º da CRP segund os alunos inquiridos

Count		Conhecimento Artigo 13º			Total
		Sim	Não	Não sabe/não respondeu	
IES	FPCEUC	38	48	0	86
	ISMT	28	16	1	45
Total		66	64	1	131

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Outra das perguntas abertas que testava o conhecimento dos alunos era sobre qual o significado da palavra homofobia, questão à qual 42,2% dos estudantes inquiridos no ISMT não responderam. Os outros 57,8% referiram ser:

“O medo da presença de homossexuais”; “Aversão a homens”; “Fobia a pessoas”; Designa a discriminação de uma pessoas contra homossexuais”; “Ter medo/pavor de se relacionar ou ter algum tipo de relacionamento com pessoas que têm orientação sexual de homossexuais”; “Medo de estar perante um homossexual”; “Pessoas que não aceita uma orientação sexual diferente da sua”; “Estar contra as orientações sexuais diferentes”;

As respostas de dois alunos estiveram mais próximas, pois referiram que “identifica o ódio ou a discriminação de uma pessoa contra homossexuais ou homossexualidade”. O outro aluno acrescentou a palavra aversão.

Relativamente aos alunos da FPCEUC, apenas 15,1% não responderam. Os que responderam à pergunta (84,9%) disseram que a palavra homofobia significa:

“fobia a pessoas do mesmo sexo”; “Indivíduo que tem fobia por pessoas que não tenham como orientação sexual a heterossexualidade”; “É o medo de qualquer ser humanos dito não normal. Uma pessoa homofóbica é alguém que não aceita outra por ter uma raça, língua, orientação sexual (entre outras) diferente da sua”; “Sentimento de repulsa ou superioridade face à população homossexual”; “Medo dos homens, de ser pessoa, da socialização”; “Medo/receio das pessoas com orientações sexuais homossexuais, o medo de transmissão da doença como muitos dizem”.

E, três respostas mais próximas, ainda que distantes do que se pretendia sendo que alguns aspectos não foram referidos como, ódio, aversão ou discriminação de uma pessoa aos homossexuais e à homossexualidade, ou de um modo geral e pejorativo, qualquer expressão de crítica ou questionamento perante o comportamento homossexual. Estes alunos referiram que homofobia significa “discriminar as outras pessoas com base na sua opção sexual, discriminar homossexuais”; “Discriminação de pessoas por terem orientação sexual homossexual” e “a homofobia relaciona-se com uma repulsa ou preconceito contra a homossexualidade”.

No que diz respeito ao conhecimento dos alunos perante movimentos, associações e grupos LGBT presentes em Portugal denota-se que a grande maioria dos inquiridos (79,3%) não tem conhecimento da sua existência, 19,8% referem conhecer embora alguns destes alunos, na questão seguinte, não os identifiquem. Outros dizem ter conhecimento da Parada Gay, Associação ILGA, Opus Gay, Orgulho Gay e Portugal Gay que é um site. Houve um aluno do ISMT que respondeu Movimento Anti-Lésbicas, ou seja, o contrário do que era pretendido. Se analisarmos as respostas tendo em conta a IES a que os alunos inquiridos pertencem, os resultados também não diferem, pois a maioria dos alunos referiu não ter conhecimento destes movimentos, associações ou grupos LGBT existentes em Portugal. Assim, na FPCEUC 80,2% dos alunos mencionou não ter conhecimento contrariamente aos 19,8% que referem conhecer. No ISMT verifica-se situação semelhante, 77,8% não tem conhecimento, 20% diz ter conhecimento. Um aluno desta IES (2,2%) não respondeu a esta pergunta (Tabela 6).

Tabela 6 - Conhecimento de movimentos, associações e grupos LGBT pelos alunos das IES

Count					
		Sim	Não	Não sabe/não respondeu	Total
IES	FPCEUC	17	69	0	86
	ISMT	9	35	1	45
Total		26	104	1	131

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Relativamente à participação em iniciativas destes movimentos, associações e grupos LGBT, todos os alunos (100%) responderam não participar.

Foram, também, questionados se no âmbito das UC e do estágio (para os que se encontrassem a realizá-lo) consideram que existe alguma relação entre as questões de diversidade sexual e o Serviço Social. Para a obtenção destes dados cruzaram-se duas variáveis, o ano de 1º ciclo que frequentam com a existência ou não de relação entre as questões de diversidades sexual e o Serviço Social. Verificou-se que a maioria dos alunos (71%) referiu existir relação entre ambos. No entanto, 14,5% (Ni=19) diz não existir qualquer relação entre estas questões e o Serviço Social e outros 14,5% nem sequer responderam à questão.

Os que se encontram no ano de formação mais avançado estão mais conscientes da relação existentes entre os Serviço Social e estas questões. (Tabela 7).

Tabela 7 - Relação entre Diversidade Sexual e Serviço Social segundo os alunos de 1º ciclo em Serviço Social por ano de frequência

Count					
		Sim	Não	Não sabe/Não respondeu	Total
Ano de 1º ciclo em SS	1º Ano	26	1	9	36
	2º Ano	30	6	6	42
	3º Ano	37	12	4	53
Total		93	19	19	131

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

No que diz respeito à questão, *No âmbito das disciplinas da licenciatura em Serviço Social são abordadas formas de combate à discriminação?* verificou-se que a grande maioria dos alunos inquiridos (83,2%) manifestou serem abordadas. Contudo, 15,3% (Ni=20) diz que não são abordadas formas de combate à discriminação nas UC do 1º ciclo em Serviço Social.

Dois alunos não responderam à questão (1,5%). Ao analisarmos os resultados tendo em conta a IES a que pertencem, as respostas também não apresentam diferenças significativas embora sejam mais os alunos da FPCEUC a referir que não são abordadas formas de combate à discriminação (12,9% =17 alunos). Dos restantes, 51,9% dizem ser abordadas e um aluno (0,8%) não respondeu à pergunta. Dos alunos inquiridos no ISMT 31,3% revela que são abordadas formas de combate à discriminação, apenas 2,3% diz que não. Um aluno não respondeu (0,8%) (Tabela 8).

Tabela 8 - Formas de combate à discriminação são ou não abordadas no âmbito do 1º ciclo em Serviço Social

Count					
		Sim	Não	Não sabe/Não respondeu	Total
IES	FPCEUC	68	17	1	86
	ISMT	41	3	1	45
Total		109	20	2	131

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Alguns alunos também revelaram considerar os conteúdos programáticos da licenciatura que frequentam discriminatórios e omissos. Ainda que uma maior percentagem relativamente a omissos e por parte dos alunos da FPCEUC. Assim, apenas 7 alunos (5,3%), 5 da FPCEUC e 2 do ISMT, consideram os conteúdos programáticos abordados na licenciatura discriminatórios. A esmagadora maioria dos alunos inquiridos (121 = 92,4%) não considera os conteúdos discriminatórios e 3 alunos não responderam (2,3%) (Tabela 9).

Tabela 9- Conteúdos programáticos discriminatórios na formação em Serviço Social

Count					
		Sim	Não	Não sabe/Não respondeu	Total
IES	FPCEUC	5	80	1	86
	ISMT	2	41	2	45
Total		7	121	3	131

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Como havia referido, a percentagem de alunos que consideram os conteúdos programáticos omissos aumenta relativamente àqueles que os consideram discriminatórios, representando 32,8% do total de alunos inquiridos nas duas IES, sendo que a maioria desta

proporção também é composta por alunos da FPCEUC. Assim, dos 43 alunos (32,8%) que responderam *Sim*, 27,5% são alunos da FPCEUC. Do ISMT responderam *Sim* apenas 5,3% dos inquiridos. Dos restantes, 62,6% (82 alunos) não consideram os conteúdos omissos e 4,6% (6 alunos) não responderam (Tabela 10).

Tabela 10- Conteúdos programáticos omissos na formação em Serviço Social

Count					
		Sim	Não	Não sabe/não respondeu	Total
IES	FPCEUC	36	49	1	86
	ISMT	7	33	5	45
Total		43	82	6	131

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

A mesma questão foi colocada em relação às atitudes/opiniões dos professores. As respostas revelaram que os alunos consideram que os professores têm atitudes/opiniões mais omissas do que discriminatórias no que diz respeito às formas de sexualidade não heterossexuais. Deste modo, apenas 3% dos inquiridos (4 alunos) consideram as atitudes/opiniões dos seus professores discriminatórias em relação aos 20,6% (27 alunos) que as consideram omissas.

Em relação à existência de atitudes/opiniões omissas por parte dos professores, 75,6% dos alunos responderam *Não* e 5 alunos (3,8%) não responderam a esta questão (Tabelas 11 e 12).

Tabela 11- Professores têm atitudes/opiniões discriminatórias segundo os alunos

Count					
		Sim	Não	Não sabe/Não respondeu	Total
IES	FPCEUC	2	84	0	86
	ISMT	2	40	3	45
Total		4	124	3	131

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 12- Professores têm atitudes/opiniões omissas de acordo com os inquiridos

Count					
		Sim	Não	Não sabe/Não respondeu	Total
IES	FPCEUC	19	67	0	86
	ISMT	8	32	5	45
Total		27	99	5	131

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Alguns alunos consideram a existência de atitudes/opiniões discriminatórias e omissas por parte dos seus professores o que demonstra a presença de dimensões morais implícitas.

Outra das questões abertas, existente no questionário, solicitava aos alunos que enquanto futuros Assistentes Sociais reflectissem como procederiam num caso de discriminação com base na orientação sexual. Pergunta à qual 22,1% do total de alunos inquiridos não respondeu. Destes, 14,5% são alunos do ISMT e os restantes 7,6% são estudantes da FPCEUC.

Assim, do ISMT responderam apenas 19,8% dos alunos, os quais referiram que enquanto futuros Assistentes Sociais:

“tomava todas as medidas necessárias para que tal não acontecesse, nomeadamente prestar toda a informação e legislação referente ao tema com o intuito de contribuir para a mudança de mentalidade”; “Tentava consciencializar as pessoas que não devem ter esse tipo de preconceitos”; Tentaria intervir no sentido de informar o utente sobre os seus direitos e encaminhá-lo para instituições e/ou serviços destinados a resolver esse tipo de situações”; tentava informar o cliente/utente dos seus direitos tendo como base o artigo 13º da CRP e outros”; Tratava do caso do utente de forma a fazê-lo perceber que aquilo a que está a ser vítima é crime e é preciso fazer queixa”.

Dois alunos referiram:

“para ser sincera ainda não me deparei com um tema destes” e “agiria com base nos meus princípios, valores e tendo em conta a orientação que cada um escolhe.”.

As respostas por parte dos alunos da FPCEUC representam 58% do total de inquiridos. Estes disseram:

“penso que seria preferível actuar mais concretamente no agressor que na vítima, pois é aí que reside a não compreensão da diferença, penso que deveria incidir nesse campo pois essas pessoas é que têm de perceber e aceitar que não somos todos iguais”; “Pediria a parceria de entidades ligadas à protecção das vítimas de discriminação sexual”; “Iria dar apoio/encaminhar para organizações/associações de LGBT e aconselharia a punir legalmente

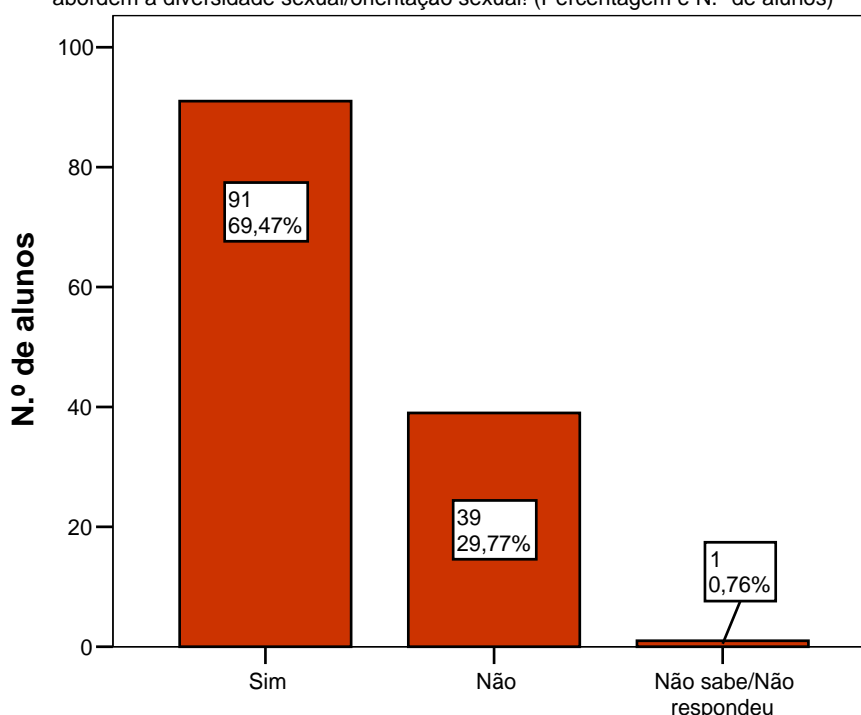
a pessoa que discriminou fazendo queixa”; “da mesma forma que agiria em outros casos respeitando sempre as pessoas, as suas escolhas, a sua individualidade, independentemente das suas preferências sexuais”; “Consultava os direitos, princípios éticos do Serviço Social bem como instrumentos nacionais e internacionais capazes de enfrentar estas situações e a partir daí lutava pelos direitos da(s) pessoa(s) discriminada(s).

Por parte destes alunos também foram apresentadas algumas respostas desapropriadas e que demonstram a existência de preconceito indo de encontro às suas opiniões. Algumas delas foram: “Respondo no final do curso”; “Repugnaria”; “Reeducava o homossexual”; “Mesmo não concordando teria de aceitar a diferença”; “Tentava colocar de lado a minha posição e teria em conta o que o indivíduo pensa”.

Perante tais respostas, equaciona-se que formação está a ser dada para que alguns alunos sustentem a sua aprendizagem em estereótipos e preconceitos.

Questionou-se, também, se consideram que o sistema de ensino básico e secundário português não incorpora questões que abordem a diversidade sexual/orientação sexual. Verificou-se que a maioria dos alunos inquiridos considera que tudo o que se identifique com as formas de sexualidade não heterossexuais não é abordado neste tipo de ensino. Assim, 69,47% (Ni=91) consideram que o sistema de ensino não incorpora; 29,77% (Ni=39) não consideram a ausência deste tipo de questões e um aluno não respondeu à questão (0,76%) (Gráfico 7).

Gráfico 7- Posição dos alunos inquiridos perante a afirmação: O sistema de ensino básico e secundário português não incorpora nos conteúdos curriculares questões que abordem a diversidade sexual/orientação sexual! (Percentagem e N.º de alunos)



Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Dando continuidade a esta questão, perguntou-se aos alunos se consideram necessário introduzir no ensino básico e secundário uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual. Se a maior parte dos alunos referiu na questão anterior que tais temas não eram abordados, 91,6% considera que é necessário introduzir uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual. Contudo, 7,6% ainda consideram que ao nível do ensino básico e secundário estas questões não necessitam de ser abordadas. Um aluno não respondeu (0,8%) (Tabela 13).

Tabela 13- Necessidade de introduzir ou não no ensino básico e secundário uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Sim	120	91,6	92,3
Não	10	7,6	100,0
Total	130	99,2	
Não respondeu	1	,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

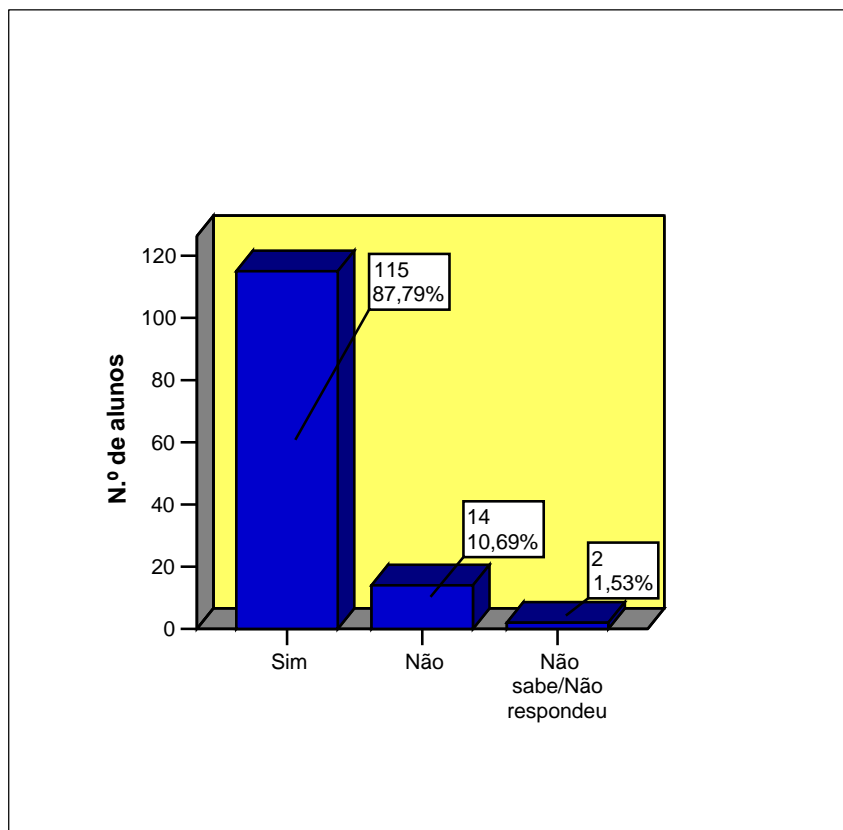
Questionaram-se os alunos sobre a necessidade de introduzir esta mesma componente ao nível da formação em Serviço Social, verificando-se que a sua maioria ponderam esta necessidade. Deste modo, 87,7% dos alunos mencionaram a necessidade desta componente na formação em Serviço Social. Todavia para 10,6% dos alunos não existe essa necessidade e dois não responderam (1,5%) (Tabela 14 e Gráfico 8).

Tabela 14- Necessidade de introduzir ou não uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual na formação em Serviço Social

Count					
		Sim	Não	Não sabe/Não respondeu	Total
IES	FPCEUC	76	9	1	86
	ISMT	39	5	1	45
Total		115	14	2	131

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Gráfico 8- Necessidade de introduzir ou não uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual no 1º ciclo em Serviço Social



Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Pedia-se aos alunos que fundamentassem a sua opção de considerar ou não a necessidade de introduzir esta componente na formação em Serviço Social. Verificou-se que nem todos os alunos que responderam à questão anterior justificaram a sua opinião.

Notou-se que a grande maioria dos alunos inquiridos está de acordo com a necessidade de introduzir na formação uma parte onde se abordem as questões de diversidade sexual/orientação sexual.

Assim, de todos os alunos inquiridos, os que responderam a esta pergunta do ISMT são 18,3% e os que não responderam são 16%. Os que fundamentaram referiram ser importante porque:

“Embora a formação em Serviço Social já englobe questões relacionadas com diversidade sexual/orientação sexual, continua a ser pouco abordado, ou seja, estas questões deviam ser mais aprofundadas”; “Mais do que nas outras áreas de formação, o Serviço Social é um curso, uma profissão que deve dar o exemplo da não discriminação e saber lidar quer com as vítimas quer com os agentes discriminatórios”; “Para que futuramente nenhum Assistente Social não rejeite prestar apoio a um cidadão pela sua orientação”; “Visto que esta problemática é uma constante na nossa sociedade, é necessária formação a este nível para contribuir para uma sociedade de igualdade”; “Sim, porque apesar de dizerem que não

discriminam seja em qualquer situação quase todas as pessoas discriminam, inclusive em relação à orientação sexual”;

Da FPCEUC, tal como em questões anteriores, verifica-se uma maior frequência no que diz respeito em responder às perguntas colocadas. Deste modo, apenas 4,6% não responderam à questão. Registam-se 61% de respostas por parte desta IES. Estes mencionaram a necessidade de introduzir uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual na formação em Serviço Social, uma vez que:

“É necessário que questões como estas não se tornem tabus, que se fale abertamente e sem receios”; “Se é proposto a todos os níveis de ensino conteúdos de educação sexual também deveria ser proposto aos cursos superiores, que irão trabalhar directamente com pessoas como o Serviço Social”; “Penso que deveriam surgir disciplinas ao longo dos anos de licenciatura de modo a ensinar-nos um método mais correcto do que aquele que nos é intrínseco a lidar com os vários tipos de opção sexual”; “É necessário haver mais informação sobre este assunto a fim de esclarecer melhor os alunos e de nos fazer pensar sobre tal, para tentar acabar com a discriminação existente”; “Porque há de certa forma uma cultura de heterossexualidade e não estamos ainda abertos para lidar com a diferença”; “É um tema bastante actual e da mesma forma que se luta contra o racismo ou xenofobia deveria lutar-se contra a homofobia”; “ Ainda hoje em debate nas aulas ouço dos meus colegas, futuros Assistentes Sociais, que um casal homossexual não pode adoptar uma criança porque esta ficaria traumatizada! Acho que este exemplo mostra que mesmo no nosso curso onde se fala de diversidade, igualdade, etc., há que mudar as mentalidades, e rápido!”; “Considero que sim uma vez que as UC que tive até agora nunca fizeram referência a este tema nos conteúdos programáticos”.

No entanto, alguns alunos referiram: “Não porque, no meu caso, considero que existem UC que nos esclarecem acerca do assunto” e “Penso que não é um tema relevante. Hoje em dia já é senso comum”.

4.3.2- Conforme as coordenadoras dos cursos

Perguntou-se às coordenadoras se os *Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social* apresentados em Adelaide (Austrália), em 2004, constituem referência para a formação ministrada nas IES. As respostas foram do seguinte teor:

“A coordenação desse curso, repartida por mim e pela Dr.^a Clara Santos teve sempre a preocupação de suportar os registos que existem.

O que é que se pretende do perfil dos Assistentes Sociais, a formação, todos onde se englobam não só os standars mas também o livro branco espanhol assim como o último documento emanado pela Comunidade Económica Europeia relativamente à formação em Serviço Social, como um conjunto de documentos que existem em termos europeus sobre a

formação e o perfil dos Assistentes Sociais. O plano de estudos não está feito de forma empírica nem subjectiva nem veio responder aos interesses pessoais desta coordenação mas foi tendo em conta exactamente essas referências todas. Se pegar nos documentos que referiu e analisar o novo plano de estudos que vai começar no próximo ano vê que não há um desalinhamento relativamente aos princípios e relativamente ao plano de estudos. Até fugimos um pouco na medida em que nesse global standards a importância que é dada à investigação não é assim tão grande como muitas vezes se afirma. Até retira um pouco a importância da investigação e nós mantivemos uma unidade curricular de investigação e mantivemos um pouco a lógica de que para agir é preciso conhecer.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social do ISMT).

“Sim, acho que posso dizer que sim ainda que são padrões globais e sendo globais é difícil concretizá-los de uma forma imediata em termos de formação. Obviamente que a nossa preocupação é sempre orientarmo-nos por padrões de qualidade que permitam assegurar um boa formação e que os nossos alunos possam corresponder no mercado de trabalho àquilo que é exigido a um Assistente Social. Agora, se me perguntar se respeitamos de uma forma linear, se assim posso dizer, e de uma forma muito concreta àquilo que são os padrões ou standards de qualidade eu acho que é difícil qualquer escola, aliás acho que não é esse o objectivo desses padrões de qualidade, é servirem de referência e depois serem concretizados contextualmente de acordo com aquilo que é possível concretizar. Assim acho que posso dizer que sim. Aliás nós neste momento estamos também a desenvolver um trabalho com um grupo de doutorados de Serviço Social aqui na Faculdade e que tem por base precisamente a discussão sobre como operacionalizar esses padrões e como é que tem sido nos diversos cursos que têm vindo a aparecer até, como é que têm sido respeitados esses mesmos referenciais.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social da FPCEUC).

Perante as respostas obtidas parece não serem utilizados como referência para a formação.

Quanto à questão sobre se concordam com a hipótese de que o desconhecimento sobre a diversidade sexual/orientação sexual e o desconhecimento da própria história dos movimentos, associações e grupos LGBT, por parte dos profissionais reforçam atitudes e opiniões preconceituosas e discriminatórias contra a população LGBT, na resposta da coordenadora do ISMT está subjacente a ideia de que os homossexuais são um grupo de risco, não existindo, portanto, uma atitude positiva antes negativa.

“Quanto a essa matéria o que eu lhe posso dizer é que neste novo plano curricular contrariamente ao que tem existido, existe uma unidade curricular sobre Serviço Social e grupos de risco. Creio que isso diz tudo. Por isso acredito que os alunos que passem a ser formados por esta escola estejam, melhor dizendo, tenham ou deveriam ter a sensibilidade

necessária para no seu quotidiano profissional, terem uma atitude de compreensão e de não exclusão de todas as outras formas de comportamento social, por isso não devem ser discriminatórios, devem aceitar a diferença porque a diferença faz parte da forma de estar.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social do ISMT).

Perante a observação das mudanças ocorridas no novo plano de estudo perguntou-se: *Penso que a unidade curricular Educação para a Saúde e Sexualidade deixou de constar do novo plano de estudos?* A resposta obtida foi a seguinte:

“De facto deixou de constar. Para já porque a educação para a saúde e sexualidade por um lado entrou um seminário novo sobre saúde, qualidade de vida e ambiente.”

Então os seus conteúdos foram integrados nesse seminário?

“Não, podem ou não entrar. Os seus docentes irão propor. Relativamente à questão sobre educação sexual, no meu ponto de vista é uma questão de cidadania mesmo ao nível dos cursos mais ligados à saúde, que não é o caso deste, é aos problemas de ordem social, não é à saúde em si nem tão pouco à sexualidade em si, nem esses muitas vezes no seu plano de estudos têm uma unidade curricular directamente relacionada com a educação para a sexualidade.”

Deste modo, esta coordenadora parte do princípio que os alunos só por passarem pela formação em Serviço Social no ISMT já não terão ou pelo menos não deverão ter atitudes, práticas ou opiniões discriminatórias. Contrariando esta opinião da coordenadora, as respostas dos alunos do ISMT referiram esta UC como sendo a que abordava estes elementos, passando a desaparecer no novo plano de estudos aprovado e a entrar em funcionamento no ano lectivo 2009/2010. Não há por parte da coordenação uma preocupação em incluir estas questões, fica ao critério dos docentes.

Por parte da coordenação do 1º ciclo da FPCEUC foi referido o seguinte:

“Eu acho que o desconhecimento e o medo que ocorre desse desconhecimento acaba por condicionar atitudes, sim. Não sei se será o conhecimento teórico dos movimentos que ajuda a que as atitudes se alterem ou que se tenha um pensamento diferente por referência a esse tipo de grupos ou por referência a determinados comportamentos. O conhecimento consubstancia a nossa forma de ser e dá também a margem para a forma como agimos. Essencialmente é através de um conjunto de elementos mais concretos a par desse conhecimento teórico, que nós tentamos assegurar que se pode promover de facto uma mudança comportamental progressiva. Promover mudança no outro é complicado, o estereótipo é mesmo isso, é consolidação de um conjunto de pensamentos e pré noções que depois é difícil até no momento em que se entra num curso superior é difícil de demonstrar porque há muitas experiências prévias que condicionam e portanto teoricamente eles podem compreender e sabem que há determinados movimentos sociais e que há uma distinção entre

os movimentos sociais clássicos e os movimentos actuais, que se orientam muito mais para as questões de identidade e de um conjunto de afirmações desses mesmos grupos.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social da FPCEUC).

Durante a entrevista, ao serem confrontadas com a questão *Na sua opinião considera necessária a inclusão de uma disciplina e/ou de conteúdos programáticos que abordem explicitamente as questões de diversidade sexual/orientação sexual no plano curricular da licenciatura em Serviço Social?* obtiveram-se, de ambas as coordenações, respostas no sentido de não existir necessidade de abordar tais questões, dando a entender que esta não é uma questão de natureza científica que possa sustentar a formação. Assim, as respostas obtidas foram:

“Não. Não considero que seja pertinente porque aí teríamos de pôr muito mais. E havendo este seminário sobre saúde (referindo-se a um seminário que surge no novo plano de estudos aprovado recentemente e a entrar em funcionamento no ano lectivo 2009/2010 do qual a UC *Educação para a saúde e sexualidade* deixou de constar) ao falar na prevenção e na educação para a saúde então sim, nesse contexto pode-se abordar, entre outras questões, a questão da prevenção ao nível de vários riscos que existem (HIV, etc.) assim. (...) Acho que não tem lógica e acho que até onde está a menoridade na formação não ter educação para a saúde, educação sexual, dá um atestado de melhoria.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social do ISMT).

“Eu acho que não, que não é necessário. Porque se introduzíssemos essa disciplina teríamos de introduzir muitas outras sobre outro tipo de comportamentos. Para além disso eu considero que ao visibilizar determinadas problemáticas estamos também de alguma forma a promover uma certa discriminação, ou seja, se nós constituíssemos uma UC que se orientasse somente para as questões da orientação sexual nós de alguma forma estávamos a dizer que aquelas questões merecem uma atenção especial e ao merecerem uma atenção especial o efeito perverso disso é que estamos a colocar um foco nessas pessoas, nesses comportamentos tal como quando a determinados projectos, a nossa intervenção incide só e basicamente sobre um grupo identificado ainda que tentemos ajudar, ainda que o nosso objectivo seja da transformação, não revolucionária mas a construção com as pessoas de equilíbrios e de novas formas de exercer a sua liberdade e a sua cidadania, o facto é que para o conjunto a mensagem que isso cria é que afinal aquele grupo é mesmo especial, até precisa de um projecto especificamente direccionado e, portanto, há que ter algum cuidado, algum aspecto que não está bem consolidado nem bem aceite porque é necessário que essa focalização especial exista. Mas essa é a minha concepção pessoal.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social da FPCEUC).

Deste modo, verifica-se que ambas consideram não ser necessário a introdução destas questões no plano curricular da licenciatura em Serviço Social apresentando respostas semelhantes. No caso da coordenadora da FPCEUC passa da concepção enquanto coordenadora para a sua concepção pessoal.

Reforçando a ideia e fazendo referência ao princípio 13º da CRP (*Princípio da Igualdade*), que nos diz na alínea 2 que *Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual*, perguntou-se às coordenadoras se têm alguma opinião acerca dos motivos pelos quais estas questões ainda são muito pouco ou por vezes nem chegam a ser abordadas nos conteúdos programáticos da licenciatura em Serviço Social, (tendo em conta os primeiros resultados do tratamento das respostas obtidas através do inquérito por questionário aos alunos). Por parte da coordenação do ISMT a resposta foi:

“Isto é uma questão que tem muito a ver com as mudanças até que se operam ao nível da sociedade, se os problemas já são discutidos desde que as crianças quase já estão no infantário. Poderíamos até questionar a pertinência delas no ensino superior se vivêssemos no Estado Novo ou se vivêssemos num país uma cultura do cultismo, tudo tabus. Mas neste momento felizmente a nossa sociedade já não está muito sustentada em tabus. Agora, se me disser em questões relacionadas em educação para a saúde na medida em que pode haver alunos que vão trabalhar com estas questões ligadas à saúde e ao bem-estar e ao ambiente que são os novos desafios que se põem ao nível do futuro e as novas correntes sociológicas as questões que põe é o ambiente, o lazer e a segurança, isso tudo muito bem. Considero que é um novo desafio para a sociedade. Agora as questões da sexualidade são desafios do mundo de grande mudança de uma sociedade arcaica para uma sociedade moderna. Por isso trabalhar as questões da prevenção, da promoção de qualidade de vida põe-se a todas as faixas etárias, isso obviamente passa pela prevenção de certos riscos que têm a ver com comportamentos. Mas não tem de ser especificamente senão tínhamos de pôr também toxicodpendência, várias áreas muito específicas e depois a sexualidade faz parte da vida de todos nós. Não devemos num plano de estudos dar-lhe uma ênfase maior nem a todos os problemas que fazem parte do quotidiano. É essa a questão.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social do ISMT).

A coordenadora da FPCEUC referiu:

“Primeiro não sei se estamos a partir de um pressuposto que não é o mais adequado, ou seja, quando diz é pouco abordado, é pouco abordado no pressuposto de que não há de facto nenhuma unidade curricular que especificamente se direcione para esse tipo de questões.

Existe por exemplo uma unidade curricular das Ciências da Educação que serve de opção para o Serviço Social que os nossos estudantes escolhem muito que é *Género e Educação* ainda que sob o enfoque da educação, ou seja, de que forma é que na escola ser menino ou menina pode ou não condicionar um determinado tratamento e em consequência determinados resultados. Porque é que não é tão abordado assim, não estamos também numa época também distinta neste momento, eu acho que a transformação dos valores também tem de entrar um pouco nessa ponderação, não é por acaso talvez que os alunos identificam muito mais a componente da discriminação por referência a comportamentos culturalmente enraizados do que propriamente por referência a comportamentos individuais que se relacionam com sexo ou com determinadas opções, outros níveis mais do domínio privado ligados à religião ou outras opções. Até porque eu não tenho a certeza se os tabus estão ou não a cair. Acho que essa fronteira está-se a esbater e que é muito mais fácil hoje falar numa aula sobre homossexualidade por exemplo de uma forma mais natural, digamos assim, e discutir aquilo que isso poderá pressupor em termos de enquadramento social, discutir os comportamentos homofóbicos por referência àquilo que vem sendo noticiado, portanto aquilo que pode ser mais concreto para os estudantes é muito mais fácil hoje do que era há uns tempos atrás. Não sei se para eles é uma questão assim tão fundamental, para nós não é tão fundamental assim, é fundamental sobretudo discutir o que ela poderá ter subjacente e isso sim é a base, é a filosofia do curso, são as questões da justiça, da equidade, da cidadania, da ausência de liberdades, da capacidade de construir com o outro uma vida digna e o capacitar mas sem ficarmos apenas por aquela lógica que é muito restritiva que é capacitar o outro centrando-nos apenas no trabalho com ele. Não, porque isso é singularizar e é julgar o comportamento, capacitá-lo sim mas não esquecer o enquadramento social e trabalhar as possibilidades de integração social. Isso sim é o fundamento do curso e, portanto, de forma subjacente todas as componentes ligadas a qualquer tipo de discriminação sexual e outras, obviamente que estão nuns casos mais explícitos noutros mais implícitos, claro que na disciplina de *Ética* porque se aborda num parte a componente da ética social e nomeadamente as questões da justiça e dos direitos humanos, obviamente que nessa disciplina em particular num caso ou outro a discussão sobre os comportamentos homofóbicos existe.” (Coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social da FPCEUC).

Verifica-se que ambas as coordenadoras falam em tabus, embora a coordenadora do curso do ISMT refira que *a nossa sociedade já não está muito sustentada em tabus* enquanto que a coordenadora do curso da FPCEUC menciona que não tem a *certeza se os tabus estão ou não a cair*. Depois reforçam a ideia de que estas questões não são assim tão fundamentais, não há necessidade de lhe dar ênfase.

Face à pergunta se do elenco dos docentes que leccionam as disciplinas considera terem habilitação/formação mais dirigida para estas questões foi referido pela coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social do ISMT:

“Poderíamos dizer que pelo facto de ter havido uma docente que deu aulas na *Educação para a Saúde e Sexualidade* provavelmente tem estado mais atenta mesmo em termos de conhecimento ou de estratégias, mais dentro desta área. Acontece que isso faz parte do dia-a-dia de todos nós. E não podemos ter atitudes perfeitamente contraditórias, porque é que valorizamos conhecimento para a sexualidade e não valorizamos outro tipo, outras questões tão importantes como neste momento o ambiente que acaba até por ser um risco maior que se prende com a qualidade de vida do que a sexualidade.”

A coordenadora do 1º ciclo em Serviço Social da FPCEUC pronunciou-se no seguinte sentido:

“A habilitação que os docentes das disciplinas de Serviço Social têm aqui na Faculdade é Sociologia, Economia, Direito, Serviço Social e Psicologia. Claro que as pessoas que são formadas em Psicologia têm ao longo do seu próprio curso um conjunto de unidades curriculares que as preparam para interagir com o outro. Agora uma formação específica nessa área, se se refere a cursos de pós-graduação ou algo mais direccionado para este domínio eu não conheço de forma profunda os currículos dos colegas, mas não me parece. Existem sim é trabalhos de investigação e aí estamos numa outras dimensão que já não relacionada directamente com a questão das habilitações mas, vários colegas estão envolvidos em estudos e trabalhos de investigação que tentam de uma forma directa ou indirecta posicionarem essas questões, em termos políticos, sociais, psicológicos. Por exemplo estudos que têm sido desenvolvidos entre o trabalho e a família. De uma forma assim tão específica como gostaria de saber não me parece, pelo menos não é tão visível assim e, portanto, se não é tão visível é porque não é tão fundamental.”

Mais uma vez fortaleceram a ideia de que estas questões não são essenciais na formação de futuros Assistentes Sociais que provavelmente terão no seu quotidiano profissional, de lidar com estas questões.

Questiona-se como é que os Assistentes Sociais na sua actividade profissional terão competência para lidar com a população que sofre a discriminação, preconceito, exclusão, entre outros, em função da sua orientação sexual, se a formação não capacita para esta intervenção. Parece que, pelo facto da sexualidade fazer parte da vida de todos nós, já não há necessidade de abordar um conjunto de questões que lhe estão subjacentes, como o da discriminação sexual que constitui um grave risco para os que dela são alvo.

A coordenadora do curso do ISMT, ao longo das suas respostas faz muita referência às questões do ambiente porém, o ambiente também faz parte da vida de todos nós, que há

longos anos contribuímos directa ou indirectamente para a sua degradação e poluição e, só agora parece ser urgente alertar para a sua existência.

4.4- Atitudes dos alunos face ao cidadão portador de deficiência e à diversidade cultural, racial e sexual

A última parte do questionário colocava aos alunos apenas duas questões. Com a primeira procurava-se perceber até que ponto os alunos se sentem confortáveis, caso tivessem de integrar um grupo de trabalho, com a presença de colegas portadores de deficiência e de determinada religião, raça, etnia, orientação sexual, etc.

Com a segunda pretendia-se saber qual a posição dos alunos, nomeadamente que sentimentos possuem em relação a pessoas deficientes e de outra raça, religião, orientação sexual e etnia. Os exemplos apresentados foram Árabe, Cigano(a), Deficiente, Homossexual (gay/lésbica), Muçulmano e Negro.

Quanto às respostas dos alunos, notou-se que alguns não se sentiriam nada confortáveis caso tivessem de integrar um grupo de trabalho do qual fizesse parte alguma destas pessoas. Assim, notou-se que alguns dos alunos inquiridos, 3,8% (5 alunos) não se sentem nada confortáveis com o facto de ter no seu grupo de trabalho um colega cigano (Tabela 16), um colega muçulmano (4 alunos = 3%) (Tabela 19) e um colega árabe (3 alunos = 2,3%) (Tabela 15). No caso do colega de trabalho ser deficiente houve dois alunos (1,5%) que também não se sentiriam nada confortáveis (Tabela 17) e, com um colega homossexual apenas um aluno (0,8%) assinalou nada confortável (Tabela 18). Os alunos que se sentiam pouco confortáveis apresentam-se em maior número.

Tabela 15- Grau de Conforto dos alunos perante um colega Árabe

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Nada confortável	3	2,3	2,3
Pouco confortável	13	9,9	12,2
Razoavelmente confortável	27	20,6	32,8
Confortável	64	48,9	81,7
Muito confortável	24	18,3	100,0
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

O sentimento que estes alunos manifestaram vai de encontro aos resultados do estudo sobre *Discriminação na União Europeia 2008*, da iniciativa da Comissão Europeia publicado em Julho de 2008. O relatório apresentava as médias da União Europeia (UE), de 27 países, em comparação com os dados recolhidos em contexto português. Verificou-se que a

discriminação com base na orientação sexual foi a que se apresentou como a forma mais comum de discriminação em Portugal, apresentando 65% das opiniões em comparação com os 51% na UE. No que diz respeito à questão sobre atitudes perante a diversidade, usando uma escala de 1 (nada confortável) a 10 (totalmente confortável), notou-se que os portugueses se sentem menos confortáveis se tiverem ciganos na sua vizinhança (5.7). Para além de ciganos, comparando com os resultados da UE, no geral, os portugueses sentem-se menos confortáveis com a ideia de ter na vizinhança pessoas de diferente religião ou crença (7.3), de origem étnica diferente (6.9), assim como, homossexuais (6.6).

Tabela 16- Grau de Conforto dos alunos perante um colega Cigano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Nada confortável	5	3,8	3,8
Pouco confortável	13	9,9	13,7
Razoavelmente confortável	32	24,4	38,2
Confortável	60	45,8	84,0
Muito confortável	21	16,0	100,0
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 17- Grau de Conforto dos alunos perante um colega Deficiente

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Nada confortável	2	1,5	1,5
Pouco confortável	5	3,8	5,3
Razoavelmente confortável	15	11,5	16,8
Confortável	67	51,1	67,9
Muito confortável	42	32,1	100,0
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 18- Grau de Conforto dos alunos perante um colega Homossexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Nada confortável	1	,8	,8
Pouco confortável	1	,8	1,5
Razoavelmente confortável	13	9,9	11,5
Confortável	74	56,5	67,9
Muito confortável	42	32,1	100,0
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 19- Grau de Conforto dos alunos perante um colega Muçulmano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Nada Confortável	4	3,1	3,1
Pouco confortável	8	6,1	9,2
Razoavelmente confortável	30	22,9	32,1
Confortável	64	48,9	80,9
Muito confortável	25	19,1	100,0
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

No caso do colega de trabalho ser negro, as hipóteses *Nada confortável* e *Pouco confortável* não foram assinaladas por nenhum aluno inquirido (Tabela 20).

Tabela 20- Grau de Conforto dos alunos perante um colega Negro

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Razoavelmente confortável	3	2,3	2,3
Confortável	67	51,1	53,4
Muito confortável	60	45,8	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Pedia-se aos alunos que se posicionassem perante pessoas de outra raça, etnia, religião, orientação sexual, etc., ou seja, que assinalassem o seu grau de concordância com os seguintes substantivos: simpatia, aceitação, admiração, cordialidade, indiferença, hostilidade, desagrado, rejeição e ódio. Verificou-se que a maioria dos alunos decidiu não identificar a sua posição sobre pessoas que não pertencem à sua cultura, raça, religião ou orientação sexual, porquanto a opção mais assinalada foi *Nem concordo nem discordo*.

Assim, verificou-se que 39,7% dos alunos manifestaram simpatia para com uma pessoa árabe; 48,1% dos inquiridos não mostraram a sua opinião; 5,4% manifestaram discordar com simpatia por uma pessoa árabe; 1,5% dos inquiridos não responderam (Tabela 21)²⁵.

No que diz respeito à concordância dos alunos perante aceitação, admiração e cordialidade relativamente a pessoas árabes, os resultados foram semelhantes aos anteriores,

²⁵ As tabelas 21 a 74 - atitudes dos alunos perante a diversidade - encontram-se em Apêndice (Apêndice 1).

sendo a hipótese *Nem concordo nem discordo* sempre a mais assinalada (Tabelas 22, 23 e 24).

Manifestaram sentir indiferença por pessoas árabes 9,9% dos alunos inquiridos e 15,2% mostraram hostilidade (Tabelas 25 e 26).

É visível a existência de discriminação por parte dos alunos, futuros Assistentes Sociais, profissionais de quem se espera que não exista qualquer tipo de discriminação, preconceito e exclusão, pois alguns manifestaram desagrado (10,7%), rejeição (10,7%) e ódio (8,4%) perante pessoas árabes (Tabelas 27, 28 e 29).

Relativamente a pessoas da etnia cigana, dez alunos (7,6%) mostraram sentir ódio; 11,5% rejeição e 13% desagrado (Tabelas 36, 37 e 38).

No que diz respeito a cidadãos portadores de deficiência, 12,3% dos inquiridos manifestaram indiferença; 16,8% hostilidade; 9,1% desagrado; 9,2% rejeição e 7,6% ódio (Tabelas 43, 44, 45, 46 e 47).

No caso de pessoas muçulmanas, 3,1% dos alunos manifestaram discordar com simpatia; 4,6% sobre aceitação; 3,1% relativamente a admiração e 6,1% com cordialidade; 12,2% dos inquiridos manifestou indiferença perante muçulmanos; hostilidade foi mostrado por 8,4% dos alunos; outros 8,4% manifestaram desagrado; 6,8% dos inquiridos rejeição e outros 6,8% no que respeita a ódio por muçulmanos (Tabelas 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56).

Relativamente a pessoas homossexuais, 14,5% dos alunos inquiridos manifestaram indiferença; 13,7% mostraram hostilidade; 9,9% desagrado; 9,2% dos inquiridos rejeição e 8,4% manifestaram sentimentos de ódio em relação a homossexuais (Tabelas 61, 62, 63, 64 e 65).

Em relação às atitudes dos alunos inquiridos perante pessoas negras, 0,8% (um aluno) manifestou discordar com simpatia; outro aluno (0,8%) relativamente a aceitação e outro (0,8%) perante admiração (Tabelas 66, 67 e 68). Indiferença foi manifestada por 14,5% dos inquiridos; 13% mostraram hostilidade para com pessoas negras (Tabelas 70 e 71). Manifestaram sentimentos de desagrado 7,6% dos inquiridos; 6,8% rejeição e 6,1% ódio perante negros (Tabelas 72, 73 e 74).

Deste modo, verifica-se a existência de atitudes de discriminação e preconceito por parte de alguns alunos em relação a pessoas portadoras de deficiência, de outra cultura, etnia, raça e orientação sexual manifestando sentimentos de ódio.

No espaço em que se solicitava aos inquiridos para expressar de forma livre tudo aquilo que considerassem importante no que respeita à temática e ao próprio questionário, verificou-se que os alunos do ISMT se mostraram pouco receptivos em escrever algo, apenas

dois alunos (4,4%) o fizeram. Um deles referiu que “Com esta temática ficamos com mais informação acerca da homossexualidade e discriminação em Portugal. Eu sou adepta de existirem mais aulas sobre orientação sexual nas escolas”. O outro aluno disse que as duas últimas perguntas do questionário “são os estão mal feitas para supostos Assistentes Sociais”.

No que respeita à FPCEUC 26,7% dos inquiridos usaram esse espaço. Alguns destes relataram que:

“Tal questionário é de grande valia pois pode-se “avaliar” e constatar o grau de “satisfação” dos estudantes quanto ao público LGBT’s”; “Considero que é um tema bastante interessante nos dias de hoje visto que ainda gera bastante polémica”; “É importante para ultrapassar preconceitos, a própria temática que ainda é um tabu para quase toda a sociedade portuguesa”; “Interessante! Muito. Considero urgente a educação sexual nas escolas”; “Deveria existir uma cadeira específica sobre discriminação no curso de Serviço Social, pois a discriminação é um assunto fundamental na nossa área e mesmo na nossa relação com os outros. Os professores deviam frequentar essa cadeira (especialmente eles) e devia-se abordar todas as temáticas ligadas à discriminação (raça. Sexualidade, etc.)”; “É importante que sejam abordados mais os temas da sexualidade na nossa licenciatura”; “Considero muito importante, uma vez que a discriminação sexual é um tema pouco abordado nas unidades curriculares”; “Considero que esta temática é bastante pertinente na sociedade actual, colocam-se várias questões relativas à homossexualidade nomeadamente a sua natureza, origem, que ainda não estão bem definidas. Penso que não devemos estabelecer ideias fixas neste assunto quando estudos e psiquiatras se dedicam ainda a promover programas de tratamento da homossexualidade”;

Assim, verifica-se que vários alunos admitem a necessidade de abordar estas questões na formação uma vez que nos planos de estudos actuais não lhes é atribuído lugar, proporcionando-se aos alunos apenas um contacto incipiente com tais questões.

Contudo, outros escreveram:

“Muito sinceramente acho esta última parte do questionário um pouco difícil de responder. Como Assistentes Sociais devemos olhar para todos de forma igual e para cada um na sua individualidade. Não posso descrever determinados grupos de pessoas em função da sua raça, religião, orientação sexual porque é discriminatório e demonstraria que mantenho estereótipos positivos ou negativos relativamente a alguns deles”; “O questionário não está correctamente elaborado. Envies a os resultados na medida em que propõe respostas que, por si só, são discriminatórias quando dá a entender uma falsa aceitação. Nem parecem pertinentes as questões relativas ao curso e aos motivos da sua selecção. Algumas perguntas recaem sobre temas já abordados em questões anteriores, não sei se se pode considerar uma formulação correcta”; “Nunca contactei directamente com sujeitos nestas condições, não tenho ideias formadas sobre nenhum porque cada um é como é, e não é a nacionalidade ou

opção sexual que fazem as pessoas mais simpáticas ou me fazem ter mais simpatia. Talvez tivesse dificuldade em trabalhar com deficientes porque teria medo de ao ter atenção à pessoa para que não se magoe ou não se esforce demasiado possa ser considerado de discriminatório ou então a situação inversa, o que faz com que nunca se saiba como agir”; “Penso que este ponto C não está bem concretizado, pois é impossível ter ideia formada de pessoas que eu não conheço, como árabe, muçulmano ou homossexual”.

Capítulo 5- Discussão dos resultados e questões a serem equacionadas na actual formação

Depois de investigar o lugar atribuído à sexualidade e diversidade sexual nos cursos de 1º ciclo em Serviço Social no ISMT e na FPCEUC através da análise dos Planos de estudos, programas de UC e referências bibliográficas relativos à temática verifica-se que algumas UC do ISMT contêm algumas partes ou pontos do programa que aludem a questões sobre discriminação, sexualidade e diversidade sexual tendo, inclusive, a UC *Educação para a Saúde e Sexualidade* que se direcciona para estas questões.

Todavia, os seus conteúdos programáticos e respectiva bibliografia não apresentam qualquer ponto ou obra que se direcione exactamente para as questões de discriminação em função da orientação sexual, um dos motivos para a realização deste trabalho de investigação. Porém, é solicitado aos alunos a realização de um trabalho de grupo com respectiva apresentação e discussão em sala de aula, de entre uma panóplia de temáticas específicas nas quais está presente a questão da orientação sexual.

O Plano de estudos do curso da FPCEUC não apresenta nenhuma UC cuja designação se relacione com estas questões e, no que diz respeito às referências bibliográficas também não se apresentam obras, textos, artigos ou outros que se dirijam para a Sexualidade e Diversidade Sexual especialmente no que diz respeito à questão da discriminação em função da orientação sexual. Os conteúdos programáticos de algumas UC, nomeadamente *Comportamentos Anti-Sociais e Intervenção*, *Questões Psicossociais do Envelhecimento* e *Ética e Deontologia do Serviço Social*, a única da área de Serviço Social que se evidencia, apresentam alguns pontos onde se poderão abordar questões relacionadas com sexualidade, sobretudo a questão do abuso sexual; mitos e preconceitos acerca do envelhecimento e princípios éticos (direitos humanos e justiça social).

O inquérito por questionário permitiu compreender que 90,8% dos alunos inquiridos foram na sua grande maioria do género feminino, 75,5% com idades compreendidas entre os 18 e 23 anos, também na sua maioria solteiros (84,6%), de nacionalidade portuguesa (94,7%) e à excepção de uma aluno que não respondeu, todos manifestaram orientação sexual heterossexual. Dos alunos inquiridos, 58,8% referiram já ter presenciado alguma situação de discriminação com base na orientação sexual, na sua maioria violência verbal.

No que diz respeito à formação, verificou-se que cerca de metade dos alunos inquiridos (48,8%) referiu não conhecer o artigo 13º da CRP, assim como 79,3% que

mencionaram não ter conhecimento de movimentos, associações e grupos LGBT existentes em Portugal.

Embora numa percentagem menor, 14,5% dos alunos diz não existir qualquer relação entre as questões de diversidade sexual/orientação sexual e o Serviço Social, outros 14,5% não responderam à questão. Já 15,2% diz não serem abordadas formas de combate à discriminação na formação em Serviço Social.

No que diz respeito aos conteúdos programáticos, 5,3% dos alunos inquiridos consideram-nos discriminatórios e 32,8% omissos. Em relação às atitudes/opiniões dos professores, 3% dos alunos também as consideram discriminatórias e 20,6% omissas.

Consideraram a necessidade de introduzir uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual ao nível da formação em Serviço Social de modo a melhorarem e aprofundarem os seus conhecimentos relativamente a esta temática 87,7% dos inquiridos. É fundamental para estarem preparados na actividade profissional futura onde poderão vir a lidar com a população que vive a discriminação e exclusão em função da orientação sexual.

A utilização do inquérito por questionário também permitiu verificar que alguns alunos não se sentiriam nada confortáveis ou pouco confortáveis se tivessem de integrar um grupo de trabalho do qual fizesse parte um colega árabe (12,2%), muçulmano (9,2%), deficiente (5,3%), homossexual (1,6%) e, principalmente, se fosse um colega cigano (13,7%).

Tendo em conta a perspectiva dos alunos inquiridos, notou-se que 22,9% não assinalaram qualquer um dos temas propostos no inquérito por questionário, sobre sexualidade e diversidade sexual, por considerarem que nenhum deles havia sido abordado em UC que realizaram. Alguns alunos relataram que em certas UC os temas não aparecem explícitos nos programas e/ou referências bibliográficas mas, por vezes, surgem a propósito de debates nas aulas e de trabalhos de grupo e/ou individuais que têm de realizar, escolhendo alguns deles estes temas. Deste modo, não há uma intencionalidade na abordagem dos temas, eles surgem de forma ocasional.

Relativamente ao conhecimento dos alunos sobre obras ou outro tipo de textos alusivos a esta temática, muito poucos responderam. Os alunos do ISMT referiram uma tese de doutoramento em Serviço Social e para Assistentes Sociais, a obra de Marlene Braz Rodrigues *Corpo, Sexualidade e Violência Sexual*. Os alunos da FPCEUC referem obras apenas associadas à adolescência como as obras *Mamãs de Palmo e Meio* de Otilia Roque e, *Adrian Mole aos 13 anos e ¾*, seja *O Diário de Adrian Mole aos 13 anos e ¾* de Sue

Townsend. Perante estes resultados, parece que a questão dos direitos, do preconceito e da discriminação passa ao lado dos estudantes de Serviço Social, futuros Assistentes Sociais.

Através das respostas das coordenadoras científicas destes cursos, também se notou que a bibliografia existente e disponível para os alunos de 1º ciclo em Serviço Social sobre as questões de discriminação é praticamente inexistente o que vai ao encontro da afirmação dos alunos em referirem apenas duas ou três obras sobre estas questões.

Quanto à introdução de uma componente na formação em Serviço Social que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual, questionaram-se as coordenadoras sobre essa necessidade. As coordenações consideram que não é essencial, pois para esta temática ser inserida muitas outras teriam de o ser. Assim, opõem-se totalmente à introdução de uma componente ou conteúdos programáticos sobre esta temática no plano de estudos da licenciatura em Serviço Social, pois consideram que outras questões se tornam mais urgentes para a formação de Assistentes Sociais não vendo, assim, a sua necessidade.

Para além disso fica a ideia de que esta questão é encarada como uma questão de moral bem/mal. Deste modo, verificou-se que os alunos estão mais receptivos a que esta questão seja abordada de uma forma intencional e não ocasional, coisa que as coordenadoras se opõem.

Após esta análise chegou-se à conclusão que a sexualidade e diversidade sexual ocupam um lugar reduzido nos planos de estudos dos cursos de 1º ciclo em Serviço Social das IES de Coimbra. Proporciona-se a estes estudantes um contacto bastante incipiente com estas questões através de UC que contêm apenas algumas partes de programas relacionadas com estas questões.

Equaciona-se assim, a necessidade de abordar questões sobre discriminação sexual para além de outras, relacionadas com a discriminação racial, étnica, religiosa e cultural de modo a criar competências nos futuros Assistentes Sociais, através da transmissão de conhecimentos e informações fidedignas.

Estas questões deviam ser inscritas como área temática, não pela criação de uma UC específica mas através da introdução de conteúdos programáticos, uma vez que se notou que são praticamente inexistentes mas, que são fundamentais para que estes profissionais prestem serviços de qualidade à população, tenham uma atitude activa e procedimentos profissionais activos contra a discriminação.

Conclusão

O tema central desta investigação incidia na formação de 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (FPCEUC e ISMT) e, especificamente a abordagem à sexualidade e diversidade sexual como componente desta formação.

Resgatando o n.º 4 do artigo 45º do Projecto de Estatuto da Ordem dos Assistentes Sociais²⁶ *O Serviço Social visa a mudança societária, em particular face aos que sofrem as consequências de quaisquer formas de exclusão e injustiça social, nomeadamente por pobreza, desemprego, doença, cumprimento de pena ou violação dos Direitos Humanos.*

Deste modo, colocam-se em evidência várias questões que têm de merecer a atenção do Serviço Social, nomeadamente do Serviço Social português, tendo em conta que os princípios do Serviço Social se pautam pela liberdade, direitos humanos, dignidade humana e justiça social.

É fundamental que os Assistentes Sociais tenham em consideração tanto para a análise da formação como na própria acção profissional e relação com os movimentos sociais as questões de orientação sexual, de género, étnicas, raciais, culturais, entre outras. Devem tomar em linha de conta nas suas práticas profissionais todos os grupos e minorias que são alvo de discriminação, homofobia, racismo e xenofobia, apenas pela sua cor, sexo, religião, língua, país de origem, raça ou como em muitos casos pela sua orientação sexual. Assim, têm o dever de cortar com as práticas conservadoras e de cunho moralista que apenas servem para distanciar os direitos fundamentais a todos os seres humanos.

A questão dos direitos fundamentais que como nos diz a alínea 2 do princípio 13º da CRP (Princípio da Igualdade) *ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual*, assim como a questão da homofobia que causa danos por vezes irreversíveis nos indivíduos que dela são alvo são assuntos que perante os resultados obtidos nesta pesquisa levantam algumas questões.

Identificam-se algumas lacunas na formação em Serviço Social e no comportamento de alguns professores de acordo com os inquiridos.

Atendendo aos *Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social* várias questões não são reforçadas na formação, nomeadamente a questão do currículo

²⁶ Projecto de Estatuto da Ordem dos Assistentes Sociais, Capítulo IV – Deontologia Profissional, artigo 45º n.º 4 – Princípios Fundamentais. <http://www.cpihts.com>

fundamental que deve transmitir a aceitação e o reconhecimento da dignidade, valor e singularidade de todos os seres humanos e a valorização e respeito pela diversidade relativamente à raça, cultura, género, religião, etnia, língua, orientação sexual e outros. As escolas de Serviço Social devem comunicar com clareza, sempre que possível, políticas ou preferências com base na igualdade de género, etnia, raça ou qualquer outra forma de diversidade no processo de recrutamento e nomeação de pessoal; devem preocupar-se em não discriminar nenhum aluno com base na sua raça, cor, cultura, etnia, língua de origem, religião, política, sexo, orientação sexual, idade, estado civil, condição físico ou situação sócio-económica e devem garantir que os seus alunos sejam capazes de estabelecer relações com todas as pessoas e tratá-las com respeito e dignidade, independentemente das suas crenças culturais, etnia e orientações.

Assim, os planos de estudos deveriam pautar-se por estes *Padrões* de modo a consolidar a preocupação em trabalhar contra os preconceitos mesmo que não seja explícito ao nível curricular.

Deste modo, torna-se necessária uma regulamentação da formação nesta área. Embora a grande maioria dos alunos inquiridos tenha reforçado a necessidade de introduzir uma componente na formação que aborde as questões de sexualidade e diversidade sexual verificaram-se atitudes de discriminação e preconceito por parte de alguns deles, nomeadamente sentimentos de ódio em relação a cidadãos portadores de deficiência, árabes, muçulmanos, pessoas da etnia cigana, negros e homossexuais.

As coordenadoras, não partilhando a opinião manifestada pela maioria dos alunos inquiridos, referiram não concordar com a introdução destas questões no plano de estudos de 1º ciclo em Serviço Social considerando que não são fundamentais na formação de Assistentes Sociais.

Verificou-se, também, que as atitudes discriminatórias advêm mais das pessoas em si, daquilo que são e herdaram da sua cultura do que da própria formação e por isso será necessário abordar e reforçar estas questões no 1º ciclo em Serviço Social de modo a combater e contrariar essas atitudes discriminatórias que se encontram enraizadas em alguns alunos.

Como principais conclusões destaca-se que: outros trabalhos desta natureza, abordando a questão dos direitos humanos deveriam ser alvo de análise; seria bastante interessante se esta pesquisa se alargasse a outros estabelecimentos de ensino superior onde é leccionado o 1º ciclo em Serviço Social; seria significativo analisar como é que estas questões

se colocam no exercício da actividade profissional; Deveria haver a observância dos planos de estudos, por exemplo deviam ter pontos onde estas matérias fossem desenvolvidas.

Tendo em conta o exposto, as coordenações e a equipa dos docentes têm um papel significativo a desenvolver.

Bibliografia

CASCAIS, António F. (2006), “Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 109-126.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima (2008), “Diversidade Sexual na Amazônia: Políticas públicas como mecanismo de sustentabilidade no combate a Homofobia” *Comunicação apresentada na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social da Bahia*, Agosto de 2008.

DOMINELLI, Lena; McLEOD, Eileen (1999), *Trabajo Social Feminista*, Madrid: Ediciones Cátedra, p. 17 a 42.

ESTANQUE, Elísio (2001), “Movimentos Sociais, classe e comunidade: reflexões sobre a sociedade portuguesa”, *Serviço Social & Sociedade* nº65, Ano XXII, Editora Cortez, Brasil, p.54 a 77;

GPEARI (Gabinete de Planeamento/Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior). Estatísticas – Inscritos. <http://www.gpeari.mctes.pt/index.php?idc=172&idt=156>

HEALY, Karen (2001), “La herencia de nuestro pasado y la naturaleza de nuestro presente” *Trabajo social: perspectivas contemporâneas*, Madrid: Ediciones Morata, Fundación Paideia, p. 24 a 53.

IAMAMOTO, Marilda Vilela (1992), “Conservadorismo e Serviço Social”, *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, p.17 a 39.

IAMAMOTO, Marilda Vilela (1998), *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez Editora.

IASSW, AIETS (2004), *Estándares Globales para la Educación y Capacitación del Trabajo Social*, <http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>

IRINEU, Bruna, RAFAEL, Josiley (2008), *Educando para a Alteridade: Implicações Ético-Políticas do Movimento LGBTTT em Cuiabá/MT*. Comunicação apresentada na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social da Baía 2008.

LESSA, Camilla *et Al* (2008), “Violência física contra Homossexuais” *Comunicação apresentada na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social da Bahia*, Agosto de 2008.

MARSIGLIA, Regina M. G. (2001), “O projecto de pesquisa em Serviço Social”, *Intervenção e Pesquisa em Serviço Social, Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*, CFESS – ABEPSS – CEAD – UnB, Módulo 5, Universidade de Brasília.

MARTINS, Alcina (1999), “Serviço Social e Investigação”, *Serviço Social, Profissão & Identidade, que Trajectória?* Lisboa/S. Paulo: Veras Editora (p. 45 a 65)

MARTINS, Alcina (1996), *Serviço Social e Investigação*, Comunicação apresentada na abertura Solene do I Curso de Mestrado no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa a 21 de Maio de 1996.

MARTINS, Alcina (2007), *O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas*, Comunicação apresentada no Seminário “Dia Mundial do Assistente Social, APSS/AIDSS a 27 de Março de 2007 em Matosinhos, p. 1 e 2

MARTINS, Alcina, TOMÉ, Rosa (2008), “O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal - problemas e desafios à organização profissional”, *19ª Conferência Mundial de Serviço Social*, IFSW e CFESS, Brasil, Salvador –Bahia.

MOITA, Gabriela (2006), “A patologia da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 53-72.

MULLALY, Robert (1998), *Structural Social Work*, Toronto, Ontario: McClelland & Stewart Inc.

NEGREIROS, Maria Augusta (1998), “*Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social – o caso português*”, artigo publicado na Revista Serviço Social & Sociedade, n.º 56, São Paulo, Cortez, ano XIX.

NETTO, José Paulo (2000), “Elementos Constitutivos da Profissionalização, Serviço Social Da Formação ao Reconhecimento Profissional – Uma Acção Colectiva”, Conferência de Coimbra.

NETTO, José Paulo (2001), “A construção do Projecto Ético-Político do Serviço Social frente à crise Contemporânea” – Ética, Deontologia & Projectos Profissionais, Lisboa, CPIHTS, p.11 a 29.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

RELATÓRIO EUROBARÓMETRO n.º 296 (Julho 2008), *Discrimination in the European Union: Perceptions, Experiences and Attitudes*. Realizado no âmbito do Eurobarómetro, iniciativa da União Europeia que visa uma auscultação e monitorização das opiniões públicas a nível europeu. <http://www.pontemargem.org/>

RODRIGUES, Marlene B.(2007), *Corpo, Sexualidade e Violência Sexual Análise e Intervenção Social*.Lisboa, CPIHTS/VERAS.

SÁEZ, Angel (2006) *Homosexualidad y Trabajo Social Herramientas para la reflexión e intervención profesional*. Siglo XXI de España Editores, S. A.

SANTOS, Ana C. (2006), “Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 3-15.

SANTOS, Silvana et AL (2008) “CFESS Manifesta” *CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual*, 1ª Conferência Nacional de GLBTT realizada em Brasília, 5 a 8 de Junho de 2008.

WAGNER, Leonie (2004), “Serviço Social e movimentos sociais – uma não-relação?” *Civitas-Revista de Ciências Sociais* v.4, n.º1, jan-jun, Porto Alegre.

YAZBECK, Maria Carmelita (1999), “O Serviço Social como especialização do trabalho colectivo”, *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 2, Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, p. 87 a 99.

_____ (2001) “Capacitação em Serviço Social e Política Social – Intervenção e Pesquisa em Serviço Social”, *Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*, CFESS – ABEPSS – CEAD – UnB, Módulo 5, Universidade de Brasília.

Legislação:

- Código Civil Português (2004) Coimbra: Livraria Almedina.
- Código Penal Português (Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro) acedido na morada http://dgpj.mj.pt/sections/noticias/revisao-do-codigo-penal/downloadFile/attachedFile_1_f0/L_59_2007.pdf em 03/12/2008
- Canotilho, J *et al* (2005) “Constituição da República Portuguesa, Lei do Tribunal Constitucional”. Coimbra: Coimbra Editora.

Sítios:

- <http://portugalgay.pt> acedido em 02/12/2008
- <http://portugalgay.pt/politica/ecclesia03.asp> acedido em 02/12/2008
- Documento proferido pelo Bloco de Esquerda, grupo parlamentar, Projecto de lei n.º 206/X “Altera o Código Civil, permitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo”, 1 de Fevereiro de 2006 disponível no site <http://ilga-portugal.pt> acedido em 09/12/2008
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_gay acedido em 12/11/2008
- Diário de Notícias, notícia disponível em http://dn.sapo.pt/2006/03/25/sociedade/homossexuais_masculinos_podem_sangue.html acedido em 03/12/2008
- <http://www.ilga-portugal.pt> acedido em 09/12/2008

- <http://www.ilga-portugal.pt/glb/gip/uf> acedido em 09/12/2008
- <http://pt.wikipedia.org/?id=2007-08> acedido em 11/11/2008
- Associação de Profissionais de Serviço Social <http://www.apross.pt> acedido em 17/12/2008

Apêndices

Apêndice 1: Tabelas 21 a 74 – Atitudes dos alunos face a cidadãos portadores de deficiência, de outra cultura, etnia, raça e orientação sexual

Tabela 21- Simpatia Árabe

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	11	8,4	8,9
Concordo	41	31,3	41,9
Nem concordo nem discordo	63	48,1	92,7
Discordo	6	4,6	97,6
Discordo totalmente	1	,8	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	124	94,7	
Não responderam	7	5,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 22- Aceitação Árabe

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	13	9,9	10,4
Concordo	49	37,4	49,6
Nem concordo nem discordo	48	36,6	88,0
Discordo	11	8,4	96,8
Discordo totalmente	2	1,5	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	125	95,4	
Não responderam	6	4,6	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 23- Admiração Árabe

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	8	6,1	6,5
Concordo	32	24,4	32,3
Nem concordo nem discordo	74	56,5	91,9
Discordo	8	6,1	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	124	94,7	
Não responderam	7	5,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 24- Cordialidade Árabe

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	11	8,4	8,9
Concordo	46	35,1	46,0
Nem concordo nem discordo	58	44,3	92,7
Discordo	7	5,3	98,4
Não sabe/não respondeu	2	1,5	100,0
Total	124	94,7	
Não responderam	7	5,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISM/FPCEUC) 05/2009

Tabela 25- Indiferença Árabe

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	11	8,4	10,5
Nem concordo nem discordo	66	50,4	63,7
Discordo	29	22,1	87,1
Discordo totalmente	14	10,7	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	124	94,7	
Não responderam	7	5,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISM/FPCEUC) 05/2009

Tabela 26- Hostilidade Árabe

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	18	13,7	16,1
Nem concordo nem discordo	60	45,8	64,5
Discordo	24	18,3	83,9
Discordo totalmente	18	13,7	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	124	94,7	
Não responderam	7	5,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISM/FPCEUC) 05/2009

Tabela 27- Desagrado Árabe

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	12	9,2	11,3
Nem concordo nem discordo	53	40,5	54,0
Discordo	32	24,4	79,8
Discordo totalmente	23	17,6	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	124	94,7	
Não responderam	7	5,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 28- Rejeição Árabe

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	12	9,2	11,3
Nem concordo nem discordo	47	35,9	49,2
Discordo	31	23,7	74,2
Discordo totalmente	30	22,9	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	124	94,7	
Não responderam	7	5,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 29- Ódio Árabe

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	9	6,9	8,9
Nem concordo nem discordo	48	36,6	47,6
Discordo	31	23,7	72,6
Discordo totalmente	32	24,4	98,4
Não sabe/não respondeu	2	1,5	100,0
Total	124	94,7	
Não responderam	7	5,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 30- Simpatia Cigano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	8	6,1	6,2
Concordo	51	38,9	45,7
Nem concordo nem discordo	59	45,0	91,5
Discordo	8	6,1	97,7
Discordo totalmente	2	1,5	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 31- Aceitação Cigano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	12	9,2	9,3
Concordo	52	39,7	49,6
Nem concordo nem discordo	50	38,2	88,4
Discordo	12	9,2	97,7
Discordo totalmente	2	1,5	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 32- Admiração Cigano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	7	5,3	5,4
Concordo	29	22,1	27,9
Nem concordo nem discordo	74	56,5	85,3
Discordo	13	9,9	95,3
Discordo totalmente	5	3,8	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 33- Cordialidade Cigano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	13	9,9	10,2
Concordo	36	27,5	38,3
Nem concordo nem discordo	61	46,6	85,9
Discordo	14	10,7	96,9
Discordo totalmente	3	2,3	99,2
Não sabe/não respondeu	1	,8	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 34- Indiferença Cigano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	3	2,3	2,3
Concordo	15	11,5	14,0
Nem concordo nem discordo	65	49,6	64,3
Discordo	32	24,4	89,1
Discordo totalmente	13	9,9	99,2
Não sabe/não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 35- Hostilidade Cigano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	4	3,1	3,1
Concordo	16	12,2	15,5
Nem concordo nem discordo	70	53,4	69,8
Discordo	22	16,8	86,8
Discordo totalmente	16	12,2	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 36- Desagrado Cigano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	4	3,1	3,1
Concordo	13	9,9	13,3
Nem concordo nem discordo	58	44,3	58,6
Discordo	30	22,9	82,0
Discordo totalmente	22	16,8	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 37- Rejeição Cigano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	3	2,3	2,3
Concordo	12	9,2	11,6
Nem concordo nem discordo	52	39,7	51,9
Discordo	33	25,2	77,5
Discordo totalmente	28	21,4	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 38- Ódio Cigano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	8	6,1	7,8
Nem concordo nem discordo	51	38,9	47,7
Discordo	31	23,7	71,9
Discordo totalmente	35	26,7	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 39- Simpatia Deficiente

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	23	17,6	17,7
Concordo	75	57,3	75,4
Nem concordo nem discordo	31	23,7	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	130	99,2	
Não responderam	1	,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 40- Aceitação Deficiente

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	25	19,1	19,2
Concordo	71	54,2	73,8
Nem concordo nem discordo	31	23,7	97,7
Discordo	2	1,5	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	130	99,2	
Não respondeu	1	,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 41- Admiração Deficiente

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	22	16,8	16,9
Concordo	62	47,3	64,6
Nem concordo nem discordo	42	32,1	96,9
Discordo	3	2,3	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	130	99,2	
Não respondeu	1	,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 42- Cordialidade Deficiente

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	18	13,7	14,0
Concordo	68	51,9	66,7
Nem concordo nem discordo	39	29,8	96,9
Discordo	3	2,3	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 43- Indiferença Deficiente

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	4	3,1	3,1
Concordo	12	9,2	12,4
Nem concordo nem discordo	50	38,2	51,2
Discordo	37	28,2	79,8
Discordo totalmente	25	19,1	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 44- Hostilidade Deficiente

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	4	3,1	3,1
Concordo	18	13,7	17,1
Nem concordo nem discordo	49	37,4	55,0
Discordo	27	20,6	76,0
Discordo totalmente	30	22,9	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 45- Desagrado Deficiente

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	10	7,6	9,3
Nem concordo nem discordo	40	30,5	40,3
Discordo	43	32,8	73,6
Discordo totalmente	33	25,2	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 46- Rejeição Deficiente

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	3	2,3	2,3
Concordo	9	6,9	9,3
Nem concordo nem discordo	35	26,7	36,4
Discordo	41	31,3	68,2
Discordo totalmente	40	30,5	99,2
Não sabe/não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 47- Ódio Deficiente

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	8	6,1	7,8
Nem concordo nem discordo	35	26,7	34,9
Discordo	34	26,0	61,2
Discordo totalmente	49	37,4	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 48- Simpatia Muçulmano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	14	10,7	11,1
Concordo	44	33,6	46,0
Nem concordo nem discordo	62	47,3	95,2
Discordo	3	2,3	97,6
Discordo totalmente	1	,8	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	126	96,2	
Não responderam	5	3,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 49- Aceitação Muçulmano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	17	13,0	13,4
Concordo	49	37,4	52,0
Nem concordo nem discordo	53	40,5	93,7
Discordo	5	3,8	97,6
Discordo totalmente	1	,8	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	127	96,9	
Não responderam	4	3,1	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 50- Admiração Muçulmano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	12	9,2	9,5
Concordo	29	22,1	32,5
Nem concordo nem discordo	79	60,3	95,2
Discordo	4	3,1	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	126	96,2	
Não responderam	5	3,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 51- Cordialidade Muçulmano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	14	10,7	11,1
Concordo	39	29,8	42,1
Nem concordo nem discordo	63	48,1	92,1
Discordo	8	6,1	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	126	96,2	
Não responderam	5	3,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 52- Indiferença Muçulmano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	5	3,8	4,0
Concordo	11	8,4	12,7
Nem concordo nem discordo	61	46,6	61,1
Discordo	30	22,9	84,9
Discordo totalmente	17	13,0	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	126	96,2	
Não responderam	5	3,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 53- Hostilidade Muçulmano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	9	6,9	8,7
Nem concordo nem discordo	64	48,9	59,5
Discordo	25	19,1	79,4
Discordo totalmente	24	18,3	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	126	96,2	
Não responderam	5	3,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 54- Desagrado Muçulmano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	9	6,9	8,7
Nem concordo nem discordo	53	40,5	50,8
Discordo	33	25,2	77,0
Discordo totalmente	27	20,6	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	126	96,2	
Não responderam	5	3,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 55- Rejeição Muçulmano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	7	5,3	7,1
Nem concordo nem discordo	53	40,5	49,2
Discordo	34	26,0	76,2
Discordo totalmente	28	21,4	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	126	96,2	
Não responderam	5	3,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 56- Ódio Muçulmano

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	7	5,3	7,1
Nem concordo nem discordo	50	38,2	46,8
Discordo	32	24,4	72,2
Discordo totalmente	33	25,2	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	126	96,2	
Não responderam	5	3,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 57- Simpatia Homossexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	21	16,0	16,3
Concordo	67	51,1	68,2
Nem concordo nem discordo	37	28,2	96,9
Discordo	2	1,5	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 58- Aceitação Homossexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	23	17,6	17,8
Concordo	64	48,9	67,4
Nem concordo nem discordo	36	27,5	95,3
Discordo	5	3,8	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 59- Admiração Homossexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	16	12,2	12,5
Concordo	48	36,6	50,0
Nem concordo nem discordo	54	41,2	92,2
Discordo	8	6,1	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 60- Cordialidade Homossexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	18	13,7	14,0
Concordo	53	40,5	55,0
Nem concordo nem discordo	51	38,9	94,6
Discordo	5	3,8	98,4
Não sabe/Não respondeu	2	1,5	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 61- Indiferença Homossexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	5	3,8	3,9
Concordo	14	10,7	14,8
Nem concordo nem discordo	60	45,8	61,7
Discordo	30	22,9	85,2
Discordo totalmente	18	13,7	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 62- Hostilidade Homossexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	16	12,2	14,1
Nem concordo nem discordo	54	41,2	56,3
Discordo	29	22,1	78,9
Discordo totalmente	26	19,8	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 63- Desagrado Homossexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	3	2,3	2,3
Concordo	10	7,6	10,2
Nem concordo nem discordo	48	36,6	47,7
Discordo	35	26,7	75,0
Discordo totalmente	31	23,7	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 64- Rejeição Homossexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	3	2,3	2,3
Concordo	9	6,9	9,4
Nem concordo nem discordo	44	33,6	43,8
Discordo	35	26,7	71,1
Discordo totalmente	36	27,5	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 65- Ódio Homossexual

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	9	6,9	8,6
Nem concordo nem discordo	38	29,0	38,3
Discordo	40	30,5	69,5
Discordo totalmente	38	29,0	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 66- Simpatia Negro

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	20	15,3	15,5
Concordo	71	54,2	70,5
Nem concordo nem discordo	36	27,5	98,4
Discordo totalmente	1	,8	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 67- Aceitação Negro

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	24	18,3	18,5
Concordo	72	55,0	73,8
Nem concordo nem discordo	32	24,4	98,5
Discordo totalmente	1	,8	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	130	99,2	
Não respondeu	1	,8	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 68- Admiração Negro

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	14	10,7	10,9
Concordo	56	42,7	54,7
Nem concordo nem discordo	53	40,5	96,1
Discordo	3	2,3	98,4
Discordo totalmente	1	,8	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 69- Cordialidade Negro

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	18	13,7	14,0
Concordo	58	44,3	58,9
Nem concordo nem discordo	49	37,4	96,9
Discordo	3	2,3	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 70- Indiferença Negro

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	6	4,6	4,7
Concordo	13	9,9	14,8
Nem concordo nem discordo	59	45,0	60,9
Discordo	30	22,9	84,4
Discordo totalmente	19	14,5	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	128	97,7	
Não responderam	3	2,3	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 71- Hostilidade Negro

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	15	11,5	13,2
Nem concordo nem discordo	53	40,5	54,3
Discordo	30	22,9	77,5
Discordo totalmente	28	21,4	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 72- Desagrado Negro

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	8	6,1	7,8
Nem concordo nem discordo	45	34,4	42,6
Discordo	41	31,3	74,4
Discordo totalmente	32	24,4	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 73- Rejeição Negro

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	7	5,3	7,0
Nem concordo nem discordo	43	32,8	40,3
Discordo	37	28,2	69,0
Discordo totalmente	39	29,8	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Tabela 74- Ódio Negro

	Frequência absoluta (n.º)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
Concordo totalmente	2	1,5	1,6
Concordo	6	4,6	6,2
Nem concordo nem discordo	43	32,8	39,5
Discordo	37	28,2	68,2
Discordo totalmente	40	30,5	99,2
Não sabe/Não respondeu	1	,8	100,0
Total	129	98,5	
Não responderam	2	1,5	
Total	131	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário aos alunos do 1º ciclo em Serviço Social nas IES em Coimbra (ISMT/FPCEUC) 05/2009

Apêndice 2: Guião de entrevista realizada às coordenadoras dos cursos de 1º ciclo em Serviço Social do ISMT e da FPCEUC

Guião de entrevista

* A coordenação científica da licenciatura em Serviço Social desta Instituição tem por referência para a análise da formação os padrões globais para a educação e formação em Serviço Social apresentados em Adelaide (Austrália) em 2004, resultantes da colaboração entre a Associação Internacional de escolas de Serviço Social (AIESS) e a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS)?

* Nas disciplinas de Serviço Social existem conteúdos programáticos que abordem especificamente as questões de discriminação? (área científica do Serviço Social)

Se sim, Quais são essas disciplinas?

E nas disciplinas de outras áreas científicas? (por exemplo as da área da psicologia, sociologia ou ciências da educação)

* Existe algum cuidado, por parte da coordenação da licenciatura, no sentido dos conteúdos programáticos não serem discriminatórios e/ou omissos? Por exemplo: as questões da homofobia integram os conteúdos curriculares? a questão dos preconceitos é alvo de análise nos conteúdos das disciplinas?

* Embora não seja uma preocupação da coordenação da licenciatura, considera que a bibliografia das Unidades Curriculares, assim como, as obras existentes na biblioteca sobre as questões de discriminação, sejam suficientes ou considera que devem ser reforçadas?

* Concorda com a hipótese de que o desconhecimento sobre as questões de diversidade sexual/orientação sexual e o desconhecimento da própria história dos movimentos, associações e grupos LGBT (lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, travestis e transgéneros), por parte dos profissionais, como

Assistentes Sociais, reforça atitudes e opiniões preconceituosas e discriminatórias contra a população LGBT?

* Na sua opinião considera necessária a inclusão de uma disciplina e/ou de conteúdos programáticos que abordem explicitamente as questões de diversidade sexual/orientação sexual no plano curricular da licenciatura em Serviço Social?

Se sim, Quais os conteúdos e em que disciplinas considera importante?

* Tendo em conta o princípio 13º da CRP (*Princípio da Igualdade*), que nos diz na alínea 2 que *Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual*, tem alguma opinião acerca dos motivos pelos quais estas questões ainda são muito pouco ou por vezes nem chegam a ser abordadas nos conteúdos programáticos da licenciatura em Serviço Social.

(tendo em conta os primeiros resultados do tratamento das respostas obtidas através do inquérito por questionário aos alunos)

* Do elenco dos docentes que leccionam as disciplinas considera que alguns têm habilitação/formação mais dirigida para estas questões?

Apêndice 3: Inquérito por Questionário administrado aos alunos de 1º ciclo em Serviço Social

Escola Superior de Altos Estudos (ESAE)

Mestrado em Serviço Social

Inquérito por Questionário

No âmbito do VI Curso de Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga encontramos-nos a realizar uma pesquisa sobre *Sexualidade e Diversidade Sexual na Formação em Serviço Social*.

Com o presente Inquérito por Questionário procuramos abordar esta temática inquirindo os estudantes da licenciatura em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga e da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Deste modo, apelamos à sua colaboração que agradecemos desde já.

As suas respostas destinam-se apenas para efeitos da investigação. O Questionário é confidencial e anónimo não expondo a sua privacidade.

Muito obrigada pela sua colaboração!

A mestranda em Serviço Social

Ana Rocha

(Para um eventual esclarecimento
por favor contactar através do e-mail:
ana_elisabete_rocha@hotmail.com)

A- Caracterização Pessoal

1- Género

Feminino		(1)
Masculino		(2)

2- Idade: _____

3- Estado Civil

Solteiro(a)		(1)
Casado(a)		(2)
União de facto		(3)
Relação conjugal sem coabitação ou com coabitação pontual		(4)
Divorciado(a)		(5)
Separado(a)		(6)
Viúvo(a)		(7)

4- Nacionalidade: _____

5- Concelho de residência: _____

6- Para além de frequentar o curso de Serviço Social possui alguma outra actividade, por exemplo trabalha?

Sim		(1)
Não		(2)

7- Como se posiciona relativamente à sua orientação sexual?

Heterossexual		(1)
Homossexual		(2)
Bissexual		(3)
Outra. Qual?		(4)

8- Já se sentiu discriminado(a) por razões ligadas à sua orientação sexual?

Sim		(1)
Não		(2)

9- Com que frequência se sente discriminado(a) actualmente por razões ligadas à sua orientação sexual.

Sempre		(1)
Frequentemente		(2)
Algumas vezes		(3)
Raramente		(4)
Nunca (passa para a p. 12)		(5)

10- Em que contextos sente essa discriminação? (assinale todas as respostas que correspondem à sua situação)

Em todos os contextos (familiar e fora dele)		(a)
Na rua		(b)
Na família		(c)
No grupo de amigos		(d)
Na vizinhança		(e)
Na universidade		(f)
No Trabalho		(g)
Em serviços públicos		(h)
Nos transportes públicos		(i)
Em estabelecimentos de saúde		(j)
Em espaços comerciais		(k)
Nas forças policíacas/de segurança		(l)
Na utilização de balneários e/ou sanitários públicos		(m)
Em outro(s) contexto(s). Qual(is)?		(n)

11- Indique o tipo de discriminação?

Violência verbal		(1)
Violência física		(2)
Violência psicológica		(3)
Outro tipo. Qual?		(4)

12- Já presenciou alguma situação de discriminação, não o envolvendo directamente, com base na orientação sexual?

Sim		(1)
Não		(2)

13- Se sim, que tipo de discriminação?

Violência verbal		(1)
Violência física		(2)
Violência psicológica		(3)
Outro tipo. Qual?		(4)

14- Tem conhecimento de pessoas que foram alvo de discriminação com base na orientação sexual?

Sim		(1)
Não		(2)

15- Face ao conhecimento de uma situação de discriminação que informação prestaria? (à pessoa vítima de discriminação, agressão)

16- Tem conhecimento que o artigo 13º da Constituição da República Portuguesa proíbe a discriminação em função da orientação sexual?

Sim		(1)
Não		(2)

17- Qual o significado da palavra Homofobia?

18- Tem conhecimento de movimentos, associações e grupos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgéneros e travestis (LGBT) que existem em Portugal?

Sim		(1)
Não		(2)

Se sim, Qual(is)? _____

19- Participa em iniciativas de movimentos, associações ou grupos LGBT?

Sim		(1)
Não		(2)

B – Aspectos sobre a formação em Serviço Social

20- Qual o ano da Licenciatura em Serviço Social que frequenta?

1º Ano		(1)
2º Ano		(2)
3º Ano		(3)

21- Quais os motivos que a(o) levaram a escolher o curso de Serviço Social?

22- Dos temas abaixo assinalados refira os que constam de programas das Unidades Curriculares que já realizou?

Gravidez na adolescência		(1)
--------------------------	--	-----

Planeamento familiar (métodos contraceptivos)		(2)
Aborto (interrupção voluntária da gravidez)		(3)
Sexualidade nos idosos		(4)
Doenças sexualmente transmissíveis (formas de prevenção e tratamento)		(5)
Diversidade sexual/orientação sexual		(6)
Abusos sexuais e outros tipos de agressão		(7)

23- Identifique a(s) Unidade(s) Curricular(es) em que foram abordadas essas questões.

24- Identifique alguma(s) obra(s) sobre diversidade sexual/orientação sexual, que já tenha lido e que lhe tenha(m) sido referenciada(s) nas Unidades Curriculares?

25- Pessoalmente, conhece ou já leu alguma obra que aborde estas questões?

Sim		(1)
Não		(2)

Se sim, Qual? _____

26- No âmbito das Unidades Curriculares e do estágio (caso já tenha realizado ou esteja a realizar) considera que existe alguma relação entre as questões de diversidade sexual e o Serviço Social?

Sim		(1)
Não		(2)

27- No âmbito das disciplinas da licenciatura em Serviço Social são abordadas formas de combate à discriminação?

Sim		(1)
Não		(2)

28- Considera os conteúdos programáticos da sua licenciatura discriminatórios e/ou omissos relativamente às formas de sexualidade não heterossexuais?

Discriminatórios:

Sim		(1)
-----	--	-----

Não		(2)
-----	--	-----

Omissos:

Sim		(1)
Não		(2)

29- Considera que os seus professores têm atitudes/opiniões discriminatórias e/ou omissas no que diz respeito às formas de sexualidade não heterossexuais?

Discriminatórias:

Sim		(1)
Não		(2)

Omissas:

Sim		(1)
Não		(2)

30- Enquanto futuro(a) Assistente Social como procederia num caso de discriminação com base na orientação sexual?

31- Na sua opinião, considera que o sistema de ensino português não incorpora nos conteúdos curriculares, do ensino básico e secundário, questões que abordem a diversidade sexual/orientação sexual, ou seja, tudo o que se identifique com as formas de sexualidade não heterossexuais?

Sim		(1)
Não		(2)

32- Acha que é necessário introduzir no ensino básico e secundário uma componente que aborde as questões de diversidade sexual/orientação sexual?

Sim		(1)
Não		(2)

33- E ao nível da formação em Serviço Social?

Sim		(1)
Não		(2)

Justifique a sua resposta.

C- Atitudes dos alunos perante a diversidade

34- Imagine que foi convidado(a) por um dos seus professores a integrar um grupo de trabalho composto pelos colegas apresentados a seguir. Para cada um deles indique, por favor, o seu grau de conforto utilizando a seguinte escala:

(preencha o quadrado que corresponde à sua escolha)

	Nada confortável	Pouco confortável	Razoavelmente confortável	Confortável	Muito confortável
Árabe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cigano(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deficiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Homossexual (gay/lésbica)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Muçulmano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Negro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

35- Pretendemos saber a sua posição sobre pessoas que pertencem a determinadas raças, religiões, etc. Encontra a seguir uma série de substantivos, pedimos-lhe para assinalar o seu grau de concordância, utilizando a seguinte escala:

(preencha o quadrado que corresponde à sua escolha)

Árabe

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Simpatia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aceitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Admiração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cordialidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Indiferença	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hostilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desagrado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rejeição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ódio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Cigano(a)

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Simpatia					
Aceitação					
Admiração					
Cordialidade					
Indiferença					
Hostilidade					
Desagrado					
Rejeição					
Ódio					

Deficiente

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Simpatia					
Aceitação					
Admiração					
Cordialidade					
Indiferença					
Hostilidade					
Desagrado					
Rejeição					
Ódio					

Muçulmano

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Simpatia					
Aceitação					
Admiração					
Cordialidade					
Indiferença					
Hostilidade					
Desagrado					
Rejeição					
Ódio					

Homossexual

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Simpatia					
Aceitação					
Admiração					
Cordialidade					
Indiferença					
Hostilidade					
Desagrado					
Rejeição					
Ódio					

Negro

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Simpatia					
Aceitação					
Admiração					
Cordialidade					
Indiferença					
Hostilidade					
Desagrado					
Rejeição					
Ódio					

36- Neste espaço pode escrever o que considerar importante a respeito desta temática e questionário.

Anexos

Anexo 1: Plano de Estudos do 1º ciclo em Serviço Social do ISMT

PÁGINA PRINCIPAL
NOTÍCIAS

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
TECNOLÓGICA

LICENCIATURAS (1º CICLO)

PÓS-GRADUAÇÕES

MESTRADOS (2º CICLO)

DOUTORAMENTOS

ALUNOS

FORMAÇÃO

PROTÓCOLOS / REL. INTER.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INTERNATIONAL RELATIONS

INVESTIGAÇÃO

SERVIÇO AO CIDADÃO
ACADÉMICO

LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

■

Prof^{as}. Doutoradas Helena Moura e Clara Cruz Santos

OBJECTIVOS

O Serviço Social como área das Ciências Sociais, tem uma trajetória que o coloca como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. A formação académica deve contribuir para a construção de uma identidade profissional, através de uma sólida qualificação teórica, metodológica e ético-política, e de uma capacitação operacional e prática de investigação que alicerce o conhecimento do Serviço Social e a sua produção, dando suporte à interlocução com as outras áreas das Ciências Sociais.

Concebe-se a área científica de Serviço Social como estruturante do novo Plano de Estudos (o que pressupõe a existência de teorias de base, de uma formação prática, de estágio pré-profissional supervisionado com uma componente de investigação), estabelecendo-se a articulação com as outras áreas científicas complementares que integram esta licenciatura.

Pretende-se que a formação dos futuros Assistentes Sociais conduza à construção de uma postura plural, crítica e promotora da efectividade dos Direitos Humanos e da cidadania, baseada em princípios e valores inerentes à compreensão da sociedade e do Serviço Social, à promoção da justiça social e ao compromisso com o desenvolvimento da autonomia, emancipação e *empowerment* dos sujeitos sociais.

Neste sentido, o Plano de Estudos procura desenvolver no aluno:

- O conhecimento das relações e determinações históricas e sócio-políticas e principais correntes do pensamento que influenciam a trajetória de Serviço Social como profissão e área disciplinar, que tem de ser analisada no tempo e no lugar, com os seus limites/ constrangimentos e potencialidades /possibilidades;
- A análise da sociedade portuguesa, inserida no espaço europeu e internacional, do ponto de vista histórico, político, económico, social e cultural, de forma a contextualizar o campo do Serviço Social, as solicitações existentes e emergentes e as suas tendências;
- O equacionar das relações entre o Serviço Social e as Políticas Sociais, não só ao nível da intervenção, mas também ao nível da concepção, elaboração e avaliação de programas, projectos e medidas de política;
- A compreensão da vertente teórico-metodológica e ético-política que permite desenvolver as competências da intervenção, da planificação, da avaliação e da investigação no Serviço Social, de forma a fazer face aos novos desafios e solicitações que se colocam nas sociedades contemporâneas e particularmente em Portugal;
- O reforço da formação teórico-prática a partir dos primeiros anos do curso, em várias áreas disciplinares, segundo uma estratégia pedagógica contínua, designadamente na área de Serviço Social - de observatório, oficina, trabalho de campo e de projecto e núcleos de estudo - que culmina no *terminus* do curso, com a realização do estágio e a elaboração do trabalho final de curso;
- A intensificação das relações entre a formação académica e a realidade social, institucional e sócio-profissional através dos núcleos de estudo e dos estágios, com supervisão científica, pedagógica e profissional.

SAÍDAS PROFISSIONAIS

Segurança Social, Saúde, Autarquias Locais, Justiça, Trabalho e Educação, Intervenção Psicoterapêutica e Psicossocial, Habilitação própria para a docência (Grupo 19 do Secundário)

PLANO DE ESTUDOS

UNIDADES CURRICULARES	TIPO	ECTS
1º Semestre		
História e Identidade do Serviço Social	S	5
Política Social	S	4
Direitos Humanos e Serviço Social	S	4,5

Sociologia	S	4,5
Psicologia	S	5
Economia	S	4
História Social e Política Contemporânea	S	3
2º Semestre		
Teorias e Metodologias do Serviço Social I	S	4,5
Serviço Social e Política Social I	S	4,5
Ciência Política	S	4
Direito Social I	S	4
Psicologia Social e de Grupos	S	4
Metodologia das Ciências Sociais I	S	4,5
Teorias Sociais Contemporâneas	S	4,5
3º Semestre		
Teorias e Metodologias do Serviço Social II	S	4,5
Serviço Social e Política Social II	S	5,5
Serviço Social e Política Social III	S	4,5
Metodologias das Ciências Sociais II	S	4,5
Direito Social II	S	4
Estrutura da Economia e da Sociedade Portuguesa	S	4
Opção I	S	3
4º Semestre		
Serviço Social e Política Social IV	S	5,5
Ética e Deontologia em Serviço Social	S	4,5
Antropologia	S	4
Sociologia do Desenvolvimento e das Transformações Sociais	S	4,5
Saúde Mental e Psicopatologia	S	4
Estatística I	S	4,5
Opção II	S	3
5º Semestre		
Contemporaneidade e Serviço Social	S	4,5
Investigação em Serviço Social	S	5
Planeamento e Avaliação de Programas Sociais	S	5
Família e Redes Sociais	S	5
Administração e Gestão Social	S	5
Estatística II	S	4,5
6º Semestre		
Núcleos de Estudos I	S	5,5
Serviço Social, Multiculturalismo e Cidadania	S	4,5
Serviço Social e Novas Tecnologias	S	3,5
Estágio I	S	17,5
7º Semestre		
Núcleos de Estudos II	S	5,5
Estágio II	S	24,5

UNIDADES CURRICULARES OPTATIVAS E NÚCLEOS DE ESTUDOS	TIPO	ECTS
Emarketing	S	3
Inglês	S	3
Processos de Requalificação Sócio-Identitárias	S	3
Educação para a Saúde e Sexualidade	S	3
Núcleo de Estudos Infância e Juventude	S	6
Núcleo de Estudos Desafios e Problemáticas na Idade Avançada	S	6
Núcleos de Estudos Desvio, Justiça e Reinserção Social	S	6
Núcleo de Estudos Género, Identidades e Desigualdades	S	6
Núcleo de Estudos Ambiente, Risco e Intervenção em Catástrofes	S	6
Núcleo de Estudos Pobreza e Territórios de Exclusão	S	6
Núcleo de Estudos Cultura Contemporânea e Formas de Dependência	S	6

CONDIÇÕES DE ACESSO À LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

As previstas pelo Decreto - Lei nº 296-A/98 de 25 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis nºs 99/99 de 30 de Março, 26/2003 de 7 de Fevereiro, 76/2004 de 27 de Março, 158/2004 de 30 de Junho, 147 - A/2006 de 31 de Julho, 40/2007 de 20 de Fevereiro e 45/2007 de 23 de Fevereiro

Nota de candidatura

- Classificação final do Ensino Secundário 50%
 - Classificação da Prova de Ingresso 50%
- Elenco das provas de ingresso (exames nacionais das seguintes disciplinas):
- 11 História
 - 13 Inglês
 - 18 Português
- (Deste elenco, basta uma prova)

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INGRESSO

- Ficha ENES
- Fotocópia do Bilhete de Identidade

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A MATRÍCULA

- Boletim de Vacinas (Anti-tetânica)
- 3 fotografias

Protocolo de Financiamento Millennium BCP (PDF)

2008 © ISMT

Anexo 2: Plano de Estudos do 1º ciclo em Serviço Social da FPCEUC



Navegação: [Início](#) > [SSB1](#) > [Descrição Geral](#)

Pesquisa

[Pesquisa Avançada...](#)

Login(e-mail):

Password:

[Antigos alunos](#)

[Descrição Geral](#)

[Plano de Estudos](#)

[Saídas Profissionais](#)

[Documentos](#)

[Perguntas Frequentes](#)

[Outras Questões](#)

[Horários](#)

[Exames](#)

Lic. Serviço Social

Tipo de Curso Estudos de 1º Ciclo - Licenciaturas

Qualificação Licenciado

Data de Início 2008-09-22

Coordenador do Curso CRISTINA MARIA PINTO ALBUQUERQUE

Foto Não Definida

Coordenador Departamental ECTS JOAQUIM MANUEL PIRES VALENTIM

Objectivos
A licenciatura em Serviço Social, consagrando uma articulação complexa de saberes teóricos (multidisciplinares), metodológicos e operativos, visa capacitar os futuros assistentes sociais para a análise crítica, avaliação e transformação de contextos e políticas sociais, sob o enfoque da qualidade de vida, do desenvolvimento social, dos direitos humanos e da Justiça Social. Mediante a utilização fundamentada de conhecimentos sobre o comportamento humano e sobre os sistemas sociais, políticos e económicos, o Serviço Social constitui-se como um mecanismo primordial, e amplamente reconhecido, na resposta a necessidades e problemas sociais, complexos e transversais, no planeamento, avaliação e execução de políticas sociais, bem como na construção de estratégias integradas de reconstituição da coesão social e de efectivação do desenvolvimento humano e territorial.

Descrição da Estrutura Curricular Curso estruturado em 7 semestres com estágio curricular pré profissional no último semestre de estudos.

Nº de Créditos necessários à conclusão do curso e obtenção de qualificação:

210 ECTS.

Acesso a um nível de estudos superior Acesso a estudos de 2º Ciclo.

Habilitações de Acesso
-Provas específicas de ingresso:
(02) Biologia e Geologia ou
(04) Economia ou
(18) Português

-Classificações mínimas:
nota de candidatura – 100 pontos
provas de ingresso – 100 pontos

Numerus Clausus 35

Duração 42 Meses

Email secretaria@fpce.uc.pt



Navegação: Início > SSB1 > P. Estudo de SSB1

Pesquisa

Pesquisa Avançada...

Login(e-mail):

Password:

LOGIN

Antigos alunos

Descrição Geral

Plano de Estudos

Saídas Profissionais

Documentos

Perguntas Frequentes

Outras Questões

Horários

Exames

Lic. Serviço Social - 2008/2009

Plano de Estudos: P. Estudo de SSB1

Ano Lectivo: 2008/2009

P. Estudo de SSB1

Ano	Unidade Curricular	Duração	Área	Ramos	ECTS
1	Ciências Sociais	1º Sem	Sociologia		4.0
1	Contextos de Desenvolvimento Humano	1º Sem	Psicologia		6.0
1	Informática Aplicada às Ciências Sociais	1º Sem	Informática		4.0
1	Introdução ao Serviço Social	1º Sem	Serviço Social		6.0
1	Noções Fundamentais de Direito	1º Sem	Direito		6.0
1	Psicologia Social	1º Sem	Psicologia		4.0
1	Análise Quantitativa de Dados	2º Sem	Estatística		6.0
1	Economia	2º Sem	Economia		6.0
1	Laboratório Social I	2º Sem	Serviço Social		4.0
1	Política Social	2º Sem	Sociologia		6.0
1	Sociologia do Desenvolvimento e da Transf. Social	2º Sem	Sociologia		4.0
1	Sociologia do Trabalho e do Emprego	2º Sem	Sociologia		4.0

<topo>

Ano	Unidade Curricular	Duração	Área	Ramos	ECTS
2	Comportamentos Anti-Sociais e Intervenção	1º Sem	Psicologia		4.0
2	Contextos Sociais de Desigualdades e Exclusão	1º Sem	Serviço Social		6.0
2	Metodologias e Práticas do Serviço Social I	1º Sem	Serviço Social		6.0
2	Opção I (**)	1º Sem			
2	Psicopatologia	1º Sem	Psicologia		6.0
2	Psicossociologia da Educação	1º Sem	C. Educação		4.0
2	Aconselhamento e Desenvolvimento Pessoal	2º Sem	Psicologia		4.0
2	Metodologia da Investigação Científica	2º Sem	Metodologia		6.0
2	Opção II (**)	2º Sem			
2	Psicologia das Organizações	2º Sem	Psicologia		4.0
2	Psicossociologia da Família	2º Sem	Psicologia		6.0
2	Serviço Social e Sectorial I	2º Sem	Serviço Social		6.0

<topo>

Ano	Unidade Curricular	Duração	Área	Ramos	ECTS
3	Desenvolvimento Social e Comunitário	1º Sem	Serviço Social		4.0
3	Laboratório Social II	1º Sem	Serviço Social		6.0
3	Metodologias e Práticas do Serviço Social II	1º Sem	Serviço Social		6.0
3	Opção III (**)	1º Sem			
3	Questões Psicossociais do Envelhecimento	1º Sem	Psicologia		4.0
3	Serviço Social e Sectorial II	1º Sem	Serviço Social		6.0
3	Ética e Deontologia do Serviço Social	2º Sem	Serviço Social		4.0
3	Laboratório Social III	2º Sem	Serviço Social		6.0
3	Opção IV (**)	2º Sem			
3	Planeamento e Gestão de Projectos	2º Sem	Serviço Social		6.0
3	Planificação e Intervenção Sócio-Educativa	2º Sem	C. Educação		6.0
3	Reabilitação em Populações Especiais	2º Sem	Psicologia		4.0

<topo>

Ano	Unidade Curricular	Duração	Área	Ramos	ECTS
4	Estágio	1º Sem	Serviço Social		22.0

4	Opção V (**)	1º Sem		
4	Seminário	1º Sem	Serviço Social	4,0

<topo>

(*) Unidade curricular opcional

(**) Grupo de unidades curriculares opcionais

Observações

Nas Opções I, Opções II, Opções III, Opções IV e Opções V os alunos poderão escolher quaisquer unidades curriculares do Mestrado Integrado em Psicologia e da Licenciatura em Ciências da Educação.